

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	7
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	13
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
---	----

Notas Explicativas	62
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	147
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	149
---	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	150
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	153
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	154
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.420.804.398
Preferenciais	0
Total	2.420.804.398
Em Tesouraria	
Ordinárias	398.257
Preferenciais	0
Total	398.257

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	49.819.186	41.654.417	39.857.182
1.01	Ativo Circulante	15.398.048	10.411.555	8.418.034
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.228.615	2.575.290	2.284.048
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.568.020	2.070.438	642.312
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	4.568.020	2.070.438	642.312
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	4.568.020	2.070.438	642.312
1.01.03	Contas a Receber	3.066.906	3.051.834	3.182.935
1.01.03.01	Clientes	3.066.906	3.051.834	3.182.935
1.01.04	Estoques	202.553	246.602	203.278
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.666.526	1.795.127	1.787.093
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.666.526	1.795.127	1.787.093
1.01.06.01.01	Impostos Indiretos a Recuperar	354.620	374.015	420.284
1.01.06.01.02	Impostos Diretos a Recuperar	1.311.906	1.421.112	1.366.809
1.01.07	Despesas Antecipadas	275.148	149.796	173.139
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	390.280	522.468	145.229
1.01.08.03	Outros	390.280	522.468	145.229
1.01.08.03.01	Operações com Derivativos	134.292	262.666	16.602
1.01.08.03.02	Outros Ativos	197.251	210.539	90.606
1.01.08.03.03	Arrendamento Mercantil	30.076	5.357	4.931
1.01.08.03.04	Outros Valores a Compensar	28.661	43.906	33.090
1.02	Ativo Não Circulante	34.421.138	31.242.862	31.439.148
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.925.956	4.115.088	4.526.228
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	11.508	7.061	3.849
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	11.508	7.061	3.849
1.02.01.04	Contas a Receber	186.301	128.827	103.075
1.02.01.04.01	Clientes	186.301	128.827	103.075
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	83.139	73.598	68.628
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.645.008	3.905.602	4.350.676
1.02.01.10.03	Operações com Derivativos	521.627	239.423	29.909

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
1.02.01.10.04	Outros Aivos Não-Circulantes	18.908	30.024	58.513
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	718.773	794.755	919.850
1.02.01.10.06	Impostos Indiretos a Recuperar	905.312	856.786	823.349
1.02.01.10.07	Impostos Diretos a Recuperar	730.455	1.277.127	2.367.608
1.02.01.10.08	Arrendamento Mercantil	213.045	156.841	151.447
1.02.01.10.09	Imposto de renda e contribuição social diferido	536.888	550.646	0
1.02.02	Investimentos	1.601.703	1	0
1.02.02.01	Participações Societárias	1.601.703	1	0
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.601.703	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	1	0
1.02.03	Imobilizado	18.308.400	18.100.698	17.612.164
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.029.680	11.261.308	10.033.219
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	6.495.053	6.325.509	5.993.272
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	783.667	513.881	1.585.673
1.02.04	Intangível	10.585.079	9.027.075	9.300.756
1.02.04.01	Intangíveis	10.585.079	9.027.075	9.300.756
1.02.04.01.02	Licença de uso de Softwares	2.478.986	2.739.028	3.091.216
1.02.04.01.03	Autorizações	4.793.831	4.115.007	4.533.381
1.02.04.01.04	Goodwill	475.743	1.527.220	1.159.649
1.02.04.01.05	Outros Intangíveis	2.836.519	645.820	516.510

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	49.819.186	41.654.417	39.857.182
2.01	Passivo Circulante	10.611.482	8.301.956	8.135.119
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	303.239	272.635	217.523
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	303.239	272.635	217.523
2.01.02	Fornecedores	3.267.404	3.128.732	3.916.048
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.063.458	2.932.486	3.762.674
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	203.946	196.246	153.374
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.663.795	1.232.077	733.564
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.293.999	806.497	295.312
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	186.294	117.349	153.855
2.01.03.01.02	Outros Impostos e taxas	1.107.705	689.148	141.457
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	303.721	359.498	377.105
2.01.03.02.01	ICMS	303.721	359.498	377.105
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	66.075	66.082	61.147
2.01.03.03.01	ISS	66.075	66.082	61.147
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	538.450	1.689.385	1.384.180
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	538.450	1.689.385	1.384.180
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	275	0	1.278.907
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	538.175	1.689.385	105.273
2.01.05	Outras Obrigações	4.838.594	1.979.127	1.883.804
2.01.05.02	Outros	4.838.594	1.979.127	1.883.804
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	533.580	538.576	597.550
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	194.837	7.273	858
2.01.05.02.05	Autorizações a pagar	2.630.169	102.507	88.614
2.01.05.02.06	Receita Diferidas	197.179	266.436	281.930
2.01.05.02.07	Arrendamento Mercantil	1.269.878	1.054.709	873.068
2.01.05.02.08	Outros Passivos	12.951	9.626	41.784
2.02	Passivo Não Circulante	14.100.598	10.169.716	9.663.256
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.307.015	655.647	644.908

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.639.616	655.647	644.908
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	396.006	0	379.599
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.243.610	655.647	265.309
2.02.01.02	Debêntures	1.667.399	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	9.826.210	8.619.776	8.230.814
2.02.02.02	Outros	9.826.210	8.619.776	8.230.814
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições Indiretos	3.273	3.102	2.997
2.02.02.02.05	Impostos, Taxas e Contribuições Diretos a recolher	13.227	212.444	212.310
2.02.02.02.06	Autorizações a Pagar	1.250.918	232.940	237.723
2.02.02.02.07	Receita Diferidas	689.161	755.488	827.182
2.02.02.02.08	Arrendamento Mercantil	7.793.661	7.324.126	6.907.802
2.02.02.02.09	Outros Passivos	62.020	62.783	39.253
2.02.02.02.10	Operações com Derivativos	13.950	28.893	3.547
2.02.03	Tributos Diferidos	0	0	78.230
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	78.230
2.02.04	Provisões	967.373	894.293	709.304
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	967.373	894.293	709.304
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	429.951	399.288	254.833
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	192.132	213.026	208.224
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	6.492	7.346	5.782
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	309.019	245.432	208.202
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	29.779	29.201	32.263
2.03	Patrimônio Líquido	25.107.106	23.182.745	22.058.807
2.03.01	Capital Social Realizado	13.477.891	13.477.891	13.476.172
2.03.02	Reservas de Capital	396.949	392.346	36.154
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	353.604	353.604	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	48.202	43.579	36.154
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-4.857	-4.837	0
2.03.04	Reservas de Lucros	11.236.551	9.317.356	8.550.298

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
2.03.04.01	Reserva Legal	1.175.215	1.036.194	952.486
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.958.301	1.781.560	1.612.019
2.03.04.10	Reserva para Expansão	8.103.035	6.499.602	5.985.793
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-4.285	-4.848	-3.817

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	18.058.027	17.267.812	17.377.194
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.443.023	-7.996.615	-7.433.731
3.03	Resultado Bruto	9.615.004	9.271.197	9.943.463
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.858.973	-6.456.280	-5.356.703
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.621.788	-4.443.027	-4.986.289
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.723.384	-1.656.267	-1.693.104
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.849.358	125.508	1.951.942
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.351.587	-482.494	-629.252
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-11.572	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.756.031	2.814.917	4.586.760
3.06	Resultado Financeiro	-652.806	-807.277	187.963
3.06.01	Receitas Financeiras	1.612.676	796.406	1.515.658
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.265.482	-1.603.683	-1.327.695
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.103.225	2.007.640	4.774.723
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-146.051	-163.950	-914.561
3.08.01	Corrente	203.353	-752.328	-66.483
3.08.02	Diferido	-349.404	588.378	-848.078
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.957.174	1.843.690	3.860.162
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.957.174	1.843.690	3.860.162
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,22	0,76	0,09
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,22	0,76	0,09

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	2.957.174	1.843.690	3.860.162
4.02	Outros Resultados Abrangentes	563	-1.031	-1.935
4.02.01	Plano de pensão e outros benefícios pós emprego	853	-1.562	-2.932
4.02.03	Tributos diferidos	-290	531	997
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.957.737	1.842.659	3.858.227

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	10.078.087	8.673.871	7.233.179
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.867.169	9.532.715	11.088.321
6.01.01.01	Lucros antes do IR e CSSL	3.103.225	2.007.640	4.774.723
6.01.01.02	Depreciação e Amortizações	5.691.696	5.527.012	5.128.981
6.01.01.03	Atualização Monetária sobre depósito e processos administrativos e judiciais	-27.768	131.253	149.631
6.01.01.05	Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados	51.913	-88.085	32.412
6.01.01.06	Opções compra de ações	15.672	2.588	2.791
6.01.01.07	Provisão para processos administrativos e judiciais	278.789	333.724	498.698
6.01.01.08	Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	1.486	-284	226
6.01.01.09	Juros, Variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros	119.864	166.057	-1.062.473
6.01.01.10	Perdas por créditos de Liquidação Duvidosa	544.642	552.817	748.291
6.01.01.11	Juros sobre arrendamento mercantil passivo	858.259	910.691	821.463
6.01.01.12	Juros sobre arrendamento mercantil ativo	56	-10.698	-6.422
6.01.01.13	Ganho na transação de venda 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)	-782.237	0	0
6.01.01.14	Resultado de equivalência patrimonial	11.572	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	210.918	-858.844	-3.855.142
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-583.346	-390.087	-1.025.731
6.01.02.02	Impostos e Contribuição a Recuperar	664.397	1.260.949	-1.618.971
6.01.02.03	Estoques	44.050	-43.325	-20.219
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-134.893	20.928	99.636
6.01.02.05	Depósitos judiciais	215.698	203.567	252.045
6.01.02.06	Outros ativos	41.610	-111.003	2.093
6.01.02.07	Obrigações Trabalhitas	35.506	53.667	8.182
6.01.02.08	Fornecedores	153.357	-818.989	-396.388
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições	366.605	-320.674	56.781
6.01.02.10	Pagamento de processos judiciais e administrativos	-316.804	-413.634	-645.021
6.01.02.11	Autorizações a pagar	-8.604	-10.871	-100.182
6.01.02.12	Receita Diferidas	-135.583	-87.188	-204.355
6.01.02.13	Outros Passivos	-116.981	-132.606	-101.507

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-14.094	-69.578	-161.505
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-6.689.396	-5.293.356	-3.713.852
6.02.01	Ativos financeiros ao valor justo	-2.502.030	-1.428.888	130.532
6.02.02	Adições ao imobilizado e intangível. Efeitos da aquisição 5G sem impacto no caixa, vide nota 40.	-5.283.707	-3.891.306	-3.853.484
6.02.04	Recebimento de arrendamento mercantil financeiro	47	4.879	9.100
6.02.05	Caixa proveniente da incorporação da TIM PARTICIPAÇÕES	0	21.959	0
6.02.06	Caixa proveniente da venda de 51% I-Systems (antiga FiberCo) (nota 1)	1.096.294	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-735.366	-3.089.273	-2.310.642
6.03.01	Novos Empréstimos	3.062.000	1.800.000	1.000.000
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-1.710.935	-1.806.922	-723.500
6.03.03	Dividendos e JSCP Pagos	-1.042.976	-1.153.054	-937.542
6.03.04	Operações com derivativos	216.197	-134.360	32.761
6.03.05	Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações	-11.069	0	0
6.03.06	Juros pagos – Empréstimos	-78.952	-72.643	-96.649
6.03.07	Pagamento Leasing	-1.179.723	-927.903	-800.621
6.03.08	Juros pagos – Arrendamento	-832.928	-794.391	-785.091
6.03.09	Novos financiamentos licença 5G	843.020	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.653.325	291.242	1.208.685
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.575.290	2.284.048	1.075.363
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.228.615	2.575.290	2.284.048

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.477.891	392.346	9.317.356	0	-4.848	23.182.745
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.477.891	392.346	9.317.356	0	-4.848	23.182.745
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	4.603	0	-1.047.500	0	-1.042.897
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.623	0	0	0	4.623
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-20	0	0	0	-20
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.047.500	0	-1.047.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.957.174	563	2.957.737
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.957.174	0	2.957.174
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	563	563
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.919.195	-1.909.674	0	9.521
5.06.04	Constituição de reserva de benefício fiscal	0	0	176.741	-176.741	0	0
5.06.05	Reserva legal	0	0	139.021	-139.021	0	0
5.06.06	Constituição de reserva para expansão	0	0	1.593.912	-1.593.912	0	0
5.06.07	Dividendos não reclamados	0	0	9.521	0	0	9.521
5.07	Saldos Finais	13.477.891	396.949	11.236.551	0	-4.285	25.107.106

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.476.172	36.154	8.550.298	0	-3.817	22.058.807
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.476.172	36.154	8.550.298	0	-3.817	22.058.807
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.719	356.192	0	-1.083.000	0	-725.089
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	7.425	0	0	0	7.425
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-4.837	0	0	0	-4.837
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.083.000	0	-1.083.000
5.04.08	Incorporação de sociedade do Grupo TIM	1.719	353.604	0	0	0	355.323
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.843.690	-1.031	1.842.659
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.843.690	0	1.843.690
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.031	-1.031
5.05.02.06	Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido da controlada	0	0	0	0	-1.031	-1.031
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	767.058	-760.690	0	6.368
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	760.690	-760.690	0	0
5.06.04	Dividendos não reclamados	0	0	6.368	0	0	6.368
5.07	Saldos Finais	13.477.891	392.346	9.317.356	0	-4.848	23.182.745

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.476.172	33.363	5.873.136	0	-1.882	19.380.789
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.476.172	33.363	5.873.136	0	-1.882	19.380.789
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.791	0	-1.183.000	0	-1.180.209
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.183.000	0	-1.183.000
5.04.08	Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	0	2.791	0	0	0	2.791
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.860.162	-1.935	3.858.227
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.860.162	0	3.860.162
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.935	-1.935
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.677.162	-2.677.162	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	183.300	-183.300	0	0
5.06.04	Constituição de Reserva para Expansão	0	0	2.299.701	-2.299.701	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva de Benefício Fiscal	0	0	194.161	-194.161	0	0
5.07	Saldos Finais	13.476.172	36.154	8.550.298	0	-3.817	22.058.807

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	24.902.358	21.249.577	23.363.883
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	22.737.749	21.802.394	22.317.174
7.01.02	Outras Receitas	2.709.251	0	1.795.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-544.642	-552.817	-748.291
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.702.345	-5.591.596	-5.870.330
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.676.158	-2.641.923	-2.575.465
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.026.187	-2.949.673	-3.294.865
7.03	Valor Adicionado Bruto	17.200.013	15.657.981	17.493.553
7.04	Retenções	-5.691.696	-5.527.012	-5.128.982
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.691.696	-5.527.012	-5.128.982
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.508.317	10.130.969	12.364.571
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.601.104	796.406	1.515.657
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-11.572	0	0
7.06.02	Receitas Financeiras	1.612.676	796.406	1.515.657
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.109.421	10.927.375	13.880.228
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.109.421	10.927.375	13.880.228
7.08.01	Pessoal	923.386	852.093	853.017
7.08.01.01	Remuneração Direta	621.702	552.749	511.231
7.08.01.02	Benefícios	191.346	196.124	177.944
7.08.01.03	F.G.T.S.	63.689	60.722	58.169
7.08.01.04	Outros	46.649	42.498	105.673
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.014.887	5.811.993	7.067.996
7.08.02.01	Federais	2.113.953	1.906.223	3.048.980
7.08.02.02	Estaduais	3.773.000	3.791.380	3.907.156
7.08.02.03	Municipais	127.934	114.390	111.860
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.204.827	2.414.770	2.094.846
7.08.03.01	Juros	2.263.324	1.601.595	1.326.073
7.08.03.02	Aluguéis	941.503	813.175	768.773
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.957.174	1.843.690	3.860.162

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.047.500	1.083.000	1.183.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.909.674	760.690	2.677.162
7.08.05	Outros	9.147	4.829	4.207
7.08.05.01	Investimento Social	9.147	4.829	4.207

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2021

COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Prezados acionistas,

A administração da TIM S.A. (“TIM S.A.”, “Companhia” ou “TIM”) apresenta o Relatório da Administração e Análise dos Resultados 2021, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e com o Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2021.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*), conforme definidas pela IASB.

As informações operacionais e financeiras de 2021, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R\$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

Perfil da Companhia

A TIM S.A. é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e ADRs (*American Depositary Receipts*) listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE). Em 2021, a TIM confirmou a sua manutenção, pelo décimo quarto ano consecutivo, no seleto grupo de companhias que integram o portfólio ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3), reforçando o seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Além disso, a TIM é listada desde 2011 no Novo Mercado, segmento reconhecido pelo mais alto nível de governança corporativa da B3 e a partir de 2021 passou a fazer parte dos índices S&P-B3 Brasil ESG, Refinitiv Diversity & Inclusion e Bloomberg Gender Equality.

A TIM S.A. é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária do grupo Telecom Italia. A TIM opera nos mercados de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, em todo território brasileiro, e no mercado de ultra banda larga abrangendo alguns estados do país.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. Mensagem da Administração

O ano de 2021 ainda foi fortemente impactado pela pandemia de COVID-19, que impôs grandes desafios à sociedade, com impactos para a saúde pública e econômicos. Em meio ao aumento da vacinação, surgimento de novas variantes do vírus, escalada da inflação e aumento dos juros, a TIM se mostrou resiliente para entregar resultados sólidos ao final de 2021, cumprindo com todas as metas estabelecidas junto a seus acionistas e ao mercado financeiro em geral.

Evolução da Pandemia e a Dinâmica Macroeconômica

Ao longo do primeiro semestre, a economia brasileira vinha registrando recuperação a despeito da oscilação das condições sanitárias, e a consequente adoção de novas medidas restritivas entre março e abril. O impacto dessas restrições sobre a atividade econômica em geral e sobre a atividade da TIM se deu em magnitude significativamente menor do que em períodos similares em 2020. No segundo semestre, a vacinação da população se acelerou, mas a recuperação econômica continuou a se dar de forma heterogênea entre os diferentes setores. A aceleração da inflação com posterior início do ciclo de aperto monetário limitaram a melhora de dinamismo da economia. Para nós, esta situação se materializou principalmente no segmento de telefonia móvel pré-pago como consequência de uma disponibilidade de renda das famílias ainda bastante pressionada seja pela inflação, pelo endividamento e por um mercado de trabalho ainda vacilante.

M&A e 5G: Transformações Setoriais e para TIM

Em 2021, grandes transformações setoriais tomaram forma e começaram a se materializar. De um lado, a transação de compra dos ativos móveis da Oi Móvel S.A. passou a ser analisada pelos órgãos reguladores setorial (Anatel) e de concorrência (CADE) que mesmo sem apresentar uma resposta definitiva dentro do ano indicavam uma definição logo no início de 2022. De outro lado, houve uma proliferação de iniciativas no setor de telecomunicações para explorar as oportunidades do serviço de ultra banda-larga, seja através de IPOs de pequenos provedores, seja através da criação de veículos neutros de infraestrutura de fibra ótica. Neste último caso, optamos por fechar um acordo com a IHS Brasil para a venda de 51% de um veículo de fibra recém criado com intuito de acelerar o desenvolvimento de sua cobertura dos serviços de FTTH (*Fiber-To-The-Home*).

No segundo semestre do ano, ocorreu o leilão de frequências que previa a venda de lotes de espectro destinados às tecnologias 4G e 5G. Participamos de forma muito bem sucedida, adquirindo um conjunto de faixas de frequências que ajudarão na composição do nosso portfólio de espectro e evolução dos serviços com a implantação das novas redes 5G e reforço de capacidade na rede 4G.

Resiliência em Face das Adversidades e Foco na Execução da Estratégia

O primeiro semestre foi marcado por uma recuperação mais pujante, mas conseguimos a despeito dos desafios do segundo semestre, manter um bom nível de crescimento anual de receita de serviços (+6% no 1S e +4% no 2S) para fechar o ano com crescimento positivo de 5% versus 2020. Esse desempenho representa uma robusta recuperação se comparamos com a performance de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2020, onde o crescimento da receita de serviços foi de apenas 0,4% A/A. Nossa capacidade de encontrar soluções em meio as adversidades e o foco na execução da nossa estratégia foram fundamentais para essa evolução no desempenho.

Entre as iniciativas implementadas em 2021 que suportaram essa performance, destacam-se; (i) a contínua evolução da abordagem de volume para valor, com contínuo crescimento de ARPU, redução do *churn* e recuperação da adição de clientes; (ii) o resgate do tema Música como parte dos nossos lançamentos de oferta e de um novo posicionamento de marca; (iii) a sólida execução na nossa operação de banda larga; (iv) o contínuo avanço da nossa infraestrutura de rede e TI; (v) a busca incessante por eficiência de custos e investimentos; e (vi) a continua evolução da estratégia de Plataforma de Clientes materializada por mais uma parceria fechada no segmento de educação a distância com a plataforma Ampli.

Os impactos positivos dessas iniciativas ficaram evidentes nos resultados das diferentes linhas de negócio:

- Do ponto de vista dos Serviços Móveis, a receita manteve uma boa dinâmica e terminou o ano com crescimento próximo a 5% contra o ano de 2020. Essa performance foi puxada pelo segmento Pós-Pago que cresceu mais de 5% A/A, enquanto o Pré-Pago caiu próximo a 2%.
- A banda larga residencial manteve um forte crescimento de aproximadamente 15% comparado a 2020.
- Nossas receitas com a Plataforma de Clientes somaram cerca de R\$ 120 milhões, multiplicando por 8 o número de 2020 e com grandes contribuições da parceria com o Banco C6 e das iniciativas de Publicidade Móvel.

Uma Infraestrutura Robusta para Suportar uma Melhor Experiencia para o Cliente

O desenvolvimento da nossa infraestrutura é pilar fundamental da estratégia de melhoria da experiência dos clientes. Desta maneira, em 2021, demos ênfase em continuar evoluindo na qualidade dos nossos serviços através do fortalecimento da nossa rede e dos nossos sistemas.

Por mais um ano, a TIM assegurou a liderança em 4G, tendo a maior e melhor cobertura nesta tecnologia. Fechamos 2021 com mais de 4700 mil cidades e nos aproximamos cada vez mais da meta de cobrir todos os municípios do país até 2023. Nossa rede móvel foi atestada mais uma vez como líder em disponibilidade 4G e melhor experiência de vídeo e vídeo-chamada pela OpenSignal. A cobertura de 4.5G superou 1700 cidades e lançamos a tecnologia 5G DSS e fizemos pilotos com o 5G *standalone*.

Na rede fixa, superamos a marca de 112 mil quilômetros de fibra ótica em *backbone* e *backhaul*, o que nos possibilitou conectar mais 1200 cidades com fibra ótica, expandimos também nossa cobertura do serviço de banda larga residencial da TIM Live, chegando a 4,2 milhões de domicílios em FTTH e 6,7 milhões de domicílios totais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Na frente de TI, avançamos no projeto Journey to Cloud para migrar todo o nosso *datacenter* para nuvem, fechamos o ano com 44% de migração. Este projeto, e outros com foco em digitalização tem impacto tanto nos custos da Companhia quanto na satisfação dos clientes.

Eficiência e Geração de Caixa

Nossa cultura voltada para eficiência tem sido uma marca registrada da TIM na última década. Portanto em 2021, não foi diferente, apesar das pressões inflacionárias e da crise energética, conseguimos compensar uma boa parte desses efeitos com iniciativas voltadas a transformação digital e a cortes de custos mais tradicionais. O controle da inadimplência também contribuiu para o crescimento dos gastos ficar abaixo dos 5% e menos da metade da inflação oficial (IPCA: 10,06%).

A sólida performance nas frentes operacional e financeira produziu, mais uma vez, o maior EBITDA da história da TIM, atingindo mais de R\$ 8,7 bilhões, com uma margem de 48,4% no ano e, também, um excelente nível de fluxo de caixa operacional em mais de R\$ 6 bilhões. Com isso, fechamos o ano com sólida posição financeira e prontos para cumprir com as obrigações de desembolso extras que teremos em 2022 – aquisição de ativos da Oi Móvel e das licenças de frequência. Nosso caixa ficou próximo a R\$ 9,8 bilhões com um endividamento líquido de R\$ 3,7 bilhões (incluindo o impacto relacionado as licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R\$ 843 milhões) e ainda assim, a Companhia manteve a alavancagem em patamar saudável. Esse cenário nos deu conforto de manter a distribuição aos acionistas no patamar de R\$ 1 bilhão através do instrumento de JSCP.

Conclusão e Perspectivas

A capacidade de agir rapidamente e de maneira assertiva, aproveitando oportunidades do mercado e mantendo o foco na execução da estratégia foram as marcas de 2021. Essa combinação tornou possível a entrega de todas as metas definidas para o ano, mesmo em um cenário de alta incerteza.

A expectativa para o ano de 2022 é de aceleração no processo de transformação da TIM e do setor com a aprovação da transação com a Oi Móvel, o início da implementação do 5G “de verdade” e a mudança de paradigma da banda-larga fixa para redes neutras. Esperamos, ainda, capitalizar mais as iniciativas nas frentes de transformação digital e de novos negócios, criando grandes oportunidades para TIM de eficiência e crescimento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Panorama Econômico e Industrial

2.1. Ambiente Macroeconômico

Apesar das expectativas positivas para o ano, 2021 foi, ainda, significativamente impactado pela pandemia do Coronavírus – COVID 19, que trouxe, além de um imensurável ônus humano, um expressivo ônus para atividade econômica do Brasil e do mundo.

Após o início da vacinação em massa no mundo ainda no final de 2020 e com o avanço da vacinação no Brasil durante todo o ano de 2021, combinado com a consequente diminuição das restrições de mobilidade e uma expressiva redução na taxa de desemprego (11,6% em novembro de 2021), ocorreu um reaquecimento da atividade econômica do país. Isso fez com que as projeções de alta do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para o período, atingissem o patamar de 4,50%, segundo o último relatório FOCUS¹ do ano, em comparação a uma previsão de crescimento de 3,41%, no primeiro relatório FOCUS² de 2021.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2021 em 10,06%³, maior inflação anual acumulada desde 2015. O IPCA registrado foi significativamente superior ao centro da meta, que era de 3,75% para o ano. Esse resultado foi influenciado principalmente pelo grupo Transportes, que na cesta dos itens avaliados apresentou a maior variação e fechou o ano com aumento de 21,03% e o maior impacto no acumulado do ano. Além dos Transportes, se destacaram os itens Habitação e Alimentação e Bebidas. De maneira macro, a economia ainda sofre com a obstrução das cadeias de abastecimento no Brasil e no mundo, como consequência das medidas de combate ao COVID-19, causando ainda um forte choque na oferta de bens e serviços e, conseqüentemente, pressionando a inflação do mundo para cima.

Na frente cambial, o dólar americano apresentou forte valorização em relação ao Real em 2021, fechando o ano cotado em R\$ 5,57⁴, uma alta de 7,4%, depois de ter atingido R\$ 5,79⁵, em março deste ano, tendo apresentado forte oscilação ao longo do ano, diante de um cenário de elevação do risco fiscal decorrente do agudo aumento dos gastos públicos decorrentes da pandemia, a paralisação das reformas fiscal e administrativa, contribuíram para uma forte oscilação cambial ao longo do ano. A balança comercial fechou o ano com um superávit de US\$ 61 bilhões⁶. O valor representa um crescimento de 21,1% em relação ao ano de 2020 e superou o recorde de US\$ 56 bilhões de 2017. O saldo positivo é resultado de US\$ 280,4 bilhões em exportações e US\$ 219,4 bilhões em importações. A exportação em 2021 cresceu 34% na comparação com 2020, enquanto a importação cresceu 38,2%.

¹ Estimado pelo relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) de 31 de dezembro de 2021.

² Estimado pelo relatório FOCUS emitido pelo Banco Central (BACEN) de 08 de janeiro de 2021.

³ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁴ Fonte: Banco Central.

⁵ Fonte: Banco Central.

⁶ Fonte: Ministério da Economia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Quanto ao cenário internacional, também verificamos uma forte aceleração na vacinação contra a COVID-19 em grande parte do mundo, o que acarretou, igualmente, na diminuição das restrições de mobilidade e reunião de pessoas e, conseqüentemente, na retomada parcial da atividade econômica. Nos EUA e países desenvolvidos, o ano trouxe a inflação como novidade nos relatórios econômicos, o que não acontecia há décadas. Especialmente nos EUA, o índice de preços ao consumidor atingiu 7% em 2021, a maior alta em desde 1982. O PIB dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) avançou 0,9% no 3º trimestre de 2021 em comparação com o trimestre anterior e retomou nível pré-pandemia. Devido a aceleração da retomada da atividade econômica, o FMI reviu sua projeção de crescimento da economia mundial em 2021 para 5,9%⁷.

2.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações

O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional".

O setor sempre foi impactado por uma acirrada competição no mercado brasileiro, verificada pela presença de ofertas mais agressivas sob o ponto de vista do conteúdo disponibilizado aos clientes e de uma redução no patamar dos preços praticados pelas operadoras de um modo geral, o que, de certa forma, limita a capacidade da Companhia de repassar aumentos de custos ou de propor a adesão a ofertas de maior valor, levando todo o setor de telecomunicações à uma certa degradação.

Por outro lado, o ambiente altamente competitivo pode ter sido, em última análise, um dos gatilhos para a consolidação do mercado móvel, que se vislumbra terminar 2022, com a concretização da venda da Oi Móvel, e conseqüente divisão dos ativos para os players remanescentes do setor.

Ao longo do ano de 2021, o setor continuou a sofrer os impactos oriundos da profunda crise causada pela epidemia COVID-19, e de todas as restrições destinadas a retardar sua propagação. Todavia, o setor manteve a tendência de crescimento no consumo de dados, exigindo das operadoras a capacidade de adaptação de suas redes, enfrentando o desafio de entregar uma infraestrutura cada vez mais robusta, em ambiente de maior racionalidade nos investimentos, como projetos como a densificação de sites, o *refarming* de frequência e a agregação de portadoras em duas ou três frequências. Além disso, a TIM segue avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede. Essa evolução da rede da Companhia permite a ampliação significativa do tráfego na rede 4G, que propicia aos seus clientes melhor experiência de uso, tanto em termos de performance, com maior velocidade de *download* e *upload* e menor latência, como em cobertura *indoor* e maior penetração.

⁷ Fonte: Fundo Monetário Internacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Essa demanda por evolução tecnológica e investimentos no setor tende a ser mantida, isso pode ser verificado, especialmente, considerando o leilão do 5G, que foi realizado no último trimestre do ano de 2021, e instituiu uma série de obrigações relacionadas à autorização do direito de utilização das frequências, o que, certamente, obrigará o setor a passar por um novo ciclo de investimentos. A implantação dessa nova tecnologia vai trazer avanços muito expressivos, possibilitando a geração de novos modelos de negócio, incentivando uma sociedade cada vez mais conectada, além de abrir caminho para a implementação de avanços em pesquisa e desenvolvimento.

Por fim, 2021 mostrou-se um ano no qual a demanda por Banda Larga Fixa se consolidou. Durante o ano, *players* menores lançaram suas Ofertas Públicas Iniciais (“IPOs”) e fortaleceram suas posições financeiras para continuar crescendo. A Banda Larga Fixa é uma grande oportunidade no país por ainda ter baixa penetração fora dos grandes centros, mas, por outro lado, pode ser muito influenciada pela separação de empresas provedoras de serviços e *players* de infraestrutura, visto que as empresas prestadoras de serviços podem alugar infraestrutura das empresas especializadas buscando uma aceleração de crescimento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. Serviços TIM

3.1. Negócios

A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de atender novos padrões de consumo ao mercado. A abordagem proativa permite à Companhia estar em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios nas telecomunicações. A mudança no perfil de uso dos clientes e o surgimento de novas tecnologias fomentam uma ruptura na indústria de telecomunicações, baseada no consumo de dados, conteúdos e serviços digitais.

O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo, tanto para clientes pessoas físicas como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além dos tradicionais serviços de voz e dados, a TIM oferece o serviço de ultra banda larga fixa, TIM Live, e o serviço de banda larga fixa através da rede móvel, utilizando a tecnologia WTTx e 5G DDS, bem como segue em busca de novas fontes de receita, com iniciativas pioneiras em novas frentes de negócio, tais como serviços financeiro e monetização da base de clientes, *mobile advertising* e IoT.

Ainda no portfólio, a Companhia oferece uma série de conteúdos e serviços digitais em seus pacotes, aumentando as funcionalidades dos dispositivos móveis no cotidiano de seus clientes. A capacidade de gerir um portfólio completo e variado dá à TIM a possibilidade de ofertar pacotes customizados aos seus clientes e propor ofertas convergentes em determinadas regiões.

Demonstrando esse diferencial, em 2021, a TIM iniciou a primeira parceria entre uma empresa de telecomunicações e uma empresa de educação. Foram lançadas ofertas exclusivas para os clientes que se matriculassem nos cursos oferecidos na plataforma e os clientes TIM passaram a receber descontos em cursos selecionados. Por sua vez, as ofertas lançadas em parceria com o C6 Bank continuam a agregar um diferencial ao portfólio, ao somar mais conveniência e adicionar novas experiências às ofertas dos planos Controle e Pós puro. Continuamos oferecendo aos clientes do plano TIM Black Família um *marketplace* para serviços de OTT, uma maior flexibilidade na escolha do conteúdo de entretenimento incluído no plano e o atendimento diferenciado do TIM Concierge. A inovação em ofertas e a consistência na operação têm garantido o diferencial do portfólio e uma maior qualidade na aquisição de novo clientes.

3.2. Estratégia

A estratégia adotada pela TIM para 2021 foi baseada em cinco frentes indicadas abaixo, cada uma das quais focada nas principais partes interessadas da Empresa (clientes, colaboradores e acionistas) e, juntas, visam redesenhar a experiência do cliente e fazer da TIM a melhor escolha por valor no mercado, apoiada por sua posição como líder na ultra banda larga móvel e sua variedade de ofertas inovadoras:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- *Mover de volume para valor*: Melhorar e acelerar a transição de volume para valor, para sustentar o crescimento do negócio móvel, com foco na experiência do cliente;
- *Melhorar a infraestrutura*: Preencher o atual gap de infraestrutura com M&A, também promovendo o crescimento inorgânico e capturando potenciais sinergias;
- *Monetizar além do core*: Expandir novos fluxos de receita a partir de modelos de negócios alternativos, como serviços financeiros móveis, Educação, Saúde e publicidade digital móvel, visando a monetização da nossa base de clientes e alavancando a plataforma de base de clientes através de ecossistemas e parcerias;
- *Aprimorar tecnologia e operações*: Implementar projetos transformacionais em infraestrutura (ex., 5G, ORAN, M-MIMO, *cloudification*) e abordar desafios estruturais e preparar nossa tecnologia e nossas operações para desenvolvimentos futuros; e
- *Explorar oportunidades de banda larga fixa*: Capturar oportunidades de crescimento do mercado de ultra banda larga com novos modelos financeiros e de negócio.

Todos os cinco pilares estratégicos mencionados acima estão diretamente relacionados ao nosso compromisso com a experiência do usuário, que é um dos nossos três pilares de fundação da marca TIM (incluindo também a inovação e a qualidade), além de estarem voltados para o fortalecimento do nosso core e na construção do futuro da companhia.

Ao longo do ano de 2021, para implementação dos pilares estratégicos mencionados acima, a TIM direcionou esforços por meio de dois habilitadores transformacionais: (i) Impulsionar **eficiências disruptivas** por meio da digitalização, automatização e novos modelos operacionais, alavancando habilidades e o aprimoramento de capacidades; e (ii) Fortalecer e consolidar a **proposta de ESG** fazendo uma transformação positiva

Este é o principal objetivo da estrutura proposta, na qual o cliente é o centro de tomada de decisão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Recursos Humanos

A Diretoria de Recursos Humanos está estruturada com o propósito de assegurar as melhores práticas relativas à gestão de pessoas para suportar o processo de evolução da Companhia, alinhadas com as transformações tecnológicas e desafios de negócio, que incluem o compromisso com a sustentabilidade e a valorização da diversidade e inclusão.

Contar com um time engajado é fundamental para superar desafios e conquistar melhores resultados. Na TIM, a relação de transparência e respeito com todos os níveis fortalece o orgulho de pertencer e a clareza sobre nosso direcionamento. Esses fatores são diferenciais no desenvolvimento da nossa marca empregadora.

Em 2021, tivemos uma adesão de (97%) na Pesquisa de Clima e Engajamento, confirmando a consistência desse processo como um dos mais importantes para se ouvir as pessoas e dar oportunidade de contribuir para a evolução da nossa empresa.

O resultado da Pesquisa de Clima e Engajamento de 2021 foi 83%(-1pp/2020), colocando a TIM 10p.p. acima do Mercado de Telecom Global da Mercer, consultoria parceira responsável pela metodologia e aplicação da pesquisa.

Os principais destaques ficam para a consistência no programa de aculturação em Diversidade & Inclusão (mantida em 95%), o aumento na atuação da liderança no desenvolvimento dos times, através de feedback (84% | +3pp), tolerância ao erro (85% | +2pp), coerência na avaliação de desempenho (83% | +3pp) e prática do reconhecimento financeiro e não financeiro (71% | +2pp), em coerência com a revisão das competências e do Performance.

Em 2022, será necessário maior foco em ações estruturadas de bem-estar-estar e evoluir em agilidade e prontidão para mudanças, a fim de manter o posicionamento de cuidado com as pessoas e melhoria nos processos para a inovação.

A cultura de integridade e carreiras atrativas também se destacam entre os fatores mais reconhecidos pelo nosso time, refletindo o alto engajamento e o sucesso de ações como o TIM Talks Experience 2021 e campanhas de Diversidade e Inclusão, direcionadas aos cinco pilares trabalhados na empresa: gênero, raça, pessoas com deficiência, pessoas LGBTI+ e gerações.

4.1. Pessoas

A TIM encerrou o ano de 2021 com 9.337 funcionários em todo Brasil. Esses colaboradores, com suas histórias e conhecimento, representam o capital intelectual da Companhia e atuam como motores para o desenvolvimento do negócio.

Aproximadamente 70,4% dos colaboradores possuem ensino superior completo ou frequentam a universidade e 9,9% possuem pós-graduação. Os números e resultados mostram que a TIM possui um quadro diversificado e altamente qualificado de colaboradores para atender os desafios da Companhia. A força de trabalho é complementada por 216 estagiários e 128 jovens aprendizes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.2. Desenvolvimento e Treinamento

Os colaboradores da TIM têm acesso a uma oferta de treinamento e desenvolvimento bem estruturada para evoluir dentro da companhia e construir uma carreira de sucesso. A TIM investiu mais de R\$ 10 milhões em treinamento e desenvolvimento dos seus colaboradores em 2021.

Para orientar as carreiras dos seus colaboradores, a TIM identifica e monitora o desempenho individual para guiar as atividades com mais assertividade. A Companhia avalia a dedicação e o desempenho diferenciado dos seus profissionais por meio de diferentes ferramentas de gestão de performance, e encoraja e proporciona oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem.

Aqui na TIM, ao longo do ano de 2021, em continuidade ao plano iniciado em 2020, tivemos como foco apoiar a evolução e a transformação da empresa rumo ao modelo de digital TELCO, com foco específico no desenvolvimento das *new capabilities*, necessárias para alcançar os objetivos do plano estratégico e industrial da companhia.

Ao longo de 2021, a TIM implementou diversos programas e iniciativas para gerenciar e suportar o desenvolvimento das pessoas nas competências necessárias para alcançar as estratégias do negócio:

- **Novo Processo de Gestão de Desempenho:** a TIM completou seu ciclo de gestão de desempenho 2020/21, envolvendo mais de 7.700 colaboradores com algumas novidades importantes como a inclusão de novos públicos (equipe de Vendas e Atendimento, Estagiários), com uma abordagem profundamente customizada. O foco da avaliação está relacionado ao modelo de competência, bem com a capacidade em fazer acontecer. A implementação de uma nova plataforma de Gestão de Desempenho, customizada para proporcionar a melhor experiência digital aos colaboradores, também foi uma novidade.
- **Soluções Digitais de Desenvolvimento da Liderança:** Durante este ano, a TIM lançou duas soluções inovadoras para desenvolver nossos líderes: o Programa E-Coaching e o Mentoring Executivo, mais de 350 líderes experimentaram uma solução digital de desenvolvimento, customizada para suas próprias necessidades.
- **Gestão de Sucessões:** A continuidade do mapeamento de sucessão foi realizada este ano para garantir a aceleração do desenvolvimento e a prontidão para cargos mais críticos da alta administração e posição de executivos.
- **Mentoria interempresarial para mulheres:** em julho de 2021, a TIM, juntamente com um número crescente de grandes empresas, criou uma iniciativa para acelerar o desenvolvimento de carreira das mulheres. A iniciativa está inserida no Projeto “Mulheres Positivas”, que tem o escopo mais amplo de viabilizar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho brasileiro. Em 2021, foram desenvolvidas 2 ondas de mentoria, envolvendo 149 mulheres.

Os principais programas e iniciativas de treinamento estão listados abaixo:

- **Principais questões institucionais e de compliance:** todos os colaboradores participam de cursos sobre as principais questões institucionais e de compliance, como ética, direitos humanos, políticas de sustentabilidade e meio ambiente, saúde e segurança, segurança da informação e anticorrupção, alinhadas às diretrizes do Grupo e às leis internacionais e nacionais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Digital Learning Roadmap:** a nova plataforma de formação online "Talent Hub Aprendizagem" inclui roteiros individuais e coletivos para a aprendizagem digital. O roteiro centra-se em questões estratégicas como mentalidade digital, novas capacidades, inovação, responsabilidade, experiência do cliente, execução, networking colaborativo, gestão da mudança.
- **TIM Talks:** Programa anual de Treinamento, Desenvolvimento e Comunicação da TIM Brasil. Assim como em 2020, o evento contou com a participação do público interno e externo. O TIM Talks começou em novembro com um evento de Abertura, e se estendeu até o final de dezembro por meio de um programa de workshops focado em questões estratégicas do setor como 5G, Cloud, IA, Privacidade e etc. O workshop contou com a participação de representantes do mercado, do mundo acadêmico e de instituições em geral, e pela primeira vez também envolveu convidados internacionais.
- **Plano de Apoio no contexto da Pandemia de COVID 19:** Ao longo dos anos de 2020 e 2021, em função da pandemia do novo coronavírus, a TIM realizou ações de treinamento voltados à temas de saúde e segurança diversos, como saúde mental, autocuidado, ergonomia, bem-estar em suas mais variadas dimensões (Ex: nutrição, exercícios físicos, etc) incluindo aulas online (ex: meditação), prevenção ao COVID-19 e também disponibilizamos os conteúdos de integração em formato digital. Além disso, transformamos 100% das nossas ações de treinamento para a metodologia à distância, sendo que a própria SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho) também passou a ser online, integrada à Jornada de Saúde e Bem Estar e com alguns eventos abertos à sociedade.
- **Onboarding:** Levando em consideração os processos de transformação digital que a TIM iniciou há alguns anos, um novo programa *Onboarding* 100% digital foi projetado para engajar e preparar os novos funcionários para o dia a dia.
- **Jornadas Verticais:** A TIM Brasil criou jornadas de aprendizagem personalizadas para as diversas áreas, com base nas diferentes necessidades relacionadas ao escopo de atividades.
- **Journey to Cloud e Agile Journey:** Alinhada ao seu plano de transformação digital e inovação, a TIM implementou um plano estruturado de *upskilling* para todos os profissionais envolvidos na migração da infraestrutura em um ambiente *multi-cloud* e para os usuários dos novos dados e tecnologias de análise. Desde 2020, mais de 500 pessoas estiveram envolvidas no programa.
Em 2021 foi implementado um programa de formação *Agile Journey*, com o objetivo de disseminar a cultura, bem como os métodos e as ferramentas das Metodologias Ágeis. A Jornada passou a envolver as equipes que atuam nos processos de criação de serviços, a fim de trazer ganhos incrementais para o negócio, reduzir riscos e realizar melhorias contínuas. Mais de 170 funcionários já iniciaram a jornada.
- **Iniciativas para a força de vendas (Programa *Evolution Consumidor e Corporativo*):** jornada de aprendizagem para as lojas TIM e Força de Vendas, pensado de forma inovadora, baseado no princípio de gamificação, que se traduziu em maior envolvimento, novos conhecimentos com uma "pegada" diferente, e maior valor para a empresa. Uma experiência única, personalizada e humanizada. O modelo de treinamento virtual foi mantido e aprimorado em 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Por acreditar que a diversidade e a inclusão são essenciais para a valorização e engajamento das pessoas, e desempenham um papel fundamental no processo de inovação, reforçamos nosso posicionamento e compromisso com o tema através da construção de políticas, programas e iniciativas de diversidade e inclusão, alinhadas à estratégia do negócio, cultura organizacional e valorização da contribuição de cada colaborador(a) na TIM.

Em 2021 o Programa de Diversidade e Inclusão seguiu em continuidade com o calendário anual de ações, baseado no calendário da ONU e demais datas reconhecidas nacionalmente; acompanhamento estratégico do tema pelo comitê de diversidade e inclusão, formado pela alta liderança; e atuação dos grupos de afinidade, formados por colaboradores de todos os níveis, áreas e regiões, que atuaram conjuntamente no desenho e implementação de ações inclusivas para os pilares de gênero, pessoas LGBTI+, raça, gerações e pessoas com deficiência.

Dentre as iniciativas lançadas temos o Programa de Estágio Inclusivo que flexibilizou perfil e pré-requisitos do processo seletivo para ampliar o acesso de grupos sociais minorizados, além de não haver restrições para idade, cursos e instituição de ensino o programa reservou 50% das vagas para pessoas negras. No pilar de gênero lançamos o Projeto Mulheres Positivas, voltado para ampliar a participação das mulheres no mercado de trabalho. O projeto conta com o aplicativo Mulheres Positivas como plataforma digital para apoiar o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres, o movimento liderado pela TIM começou em julho com 10 empresas e finalizou 2021 com 47 empresas parceiras que juntas oferecem acesso gratuito a vagas e cursos de capacitação, além de mentoria intercompany para mulheres.

Reforçando o compromisso e atuação concreta com foco no pilar Social do Plano ESG, a TIM estabeleceu a meta de ter até 2023 35% das posições de liderança ocupada por mulheres e 40% do quadro de colaboradores composto por pessoas negras. Também nos tornamos signatária dos principais ecossistemas de pactos e associações. Entre março e dezembro assinamos os Princípios de Empoderamento das Mulheres, da ONU Mulheres; Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero; Rede Empresarial de Inclusão Social; Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, Fórum de Gerações e Futuro do Trabalho e Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas.

Como parte do compromisso de promover um ambiente cada vez mais inclusivo, seguro e livre de discriminação, a TIM lançou em novembro o Programa Respeito Gera Respeito, com novas diretrizes e política para prevenção, coibição e gerenciamento às práticas de assédio, além de ações educativas e iniciativas internas e externas para promover ambientes e relações livres de discriminação e violência.

Mantivemos no programa o plano integrado de comunicação e treinamento, com total de mais de 40 ações e mais de 3.900 colaboradores treinados. O TIM Convida, evento 100% digital e aberto à sociedade para gerar diálogo e reflexão sobre diversidade e inclusão, apresentou 7 edições ao longo do ano totalizando mais de 386 mil visualizações Youtube.

Com a consistência do Programa de Diversidade e Inclusão, a TIM vem se tornando uma das líderes na promoção da diversidade e inclusão. Em 2021 fomos a primeira telco a nível global a receber o prêmio *GSMA's Diversity in Tech*, que reconhece empresas que promovem a igualdade e a diversidade no setor de tecnologia, e a única empresa brasileira a integrar e liderar o *Refinitiv*

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Diversity & Inclusion Index, que mede a nível global o desempenho das empresas nas iniciativas de diversidade e inclusão.

4.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo visa conceder ações ou opções de compra de ações da TIM S.A. a colaboradores da Companhia e suas subsidiárias, buscando desse modo promover a expansão, conquista e sucesso dos objetivos corporativos e garantindo o alinhamento de interesses dos acionistas e da administração da TIM.

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo; “Plano 2011-2013”, “Plano 2014-2016”, “Plano 2018-2020” e “Plano 2021-2023”, respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares* e / ou *restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder ações aos participantes de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga. De maneira geral, os objetivos de desempenho são vinculados a indicadores econômico / financeiros, métricas de desempenho acionário (exemplo: Total Shareholder Return) e indicadores ESG (Environmental, Social & Governance), sempre em linha com os objetivos apresentados aos acionistas para o Plano Trienal.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (Vesting). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

Conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a gestão dos Planos fica a cargo do Conselho de Administração, sujeito ao Estatuto Social da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Especificamente para o ano de 2017, em função da Companhia ter iniciado o processo de reestruturação do seu plano de incentivo de longo prazo, em caráter excepcional e devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, o plano de incentivo de longo prazo ocorreu em forma de bônus, com o pagamento condicionado ao atingimento de determinados indicadores financeiros da TIM e dividido em três parcelas anuais.

4.3.1. Opção de Ações Ciclo 2011-2013

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2011 - 2013	8.567.765	-3.399.832	-5.167.933	0
1ª Concessão	2.833.595	-1.532.132	-1.301.463	0
2ª Concessão	2.661.752	-896.479	-1.765.273	0
3ª Concessão	3.072.418	-971.221	-2.101.197	0

4.3.2. Opção de Ações Ciclo 2014-2016

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Expiradas	Opções Não Exercidas
Plano 2014 - 2016	8.965.119	-3.921.020	-4.931.547	112.552
1ª Concessão	1.687.686	-129.643	-1.558.043	0
2ª Concessão	3.355.229	-1.709.149	-1.646.080	0
3ª Concessão	3.922.204	-2.082.228	-1.727.424	112.552

4.3.3. Ações Ciclo 2018-2020

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Não Transferidas
Plano 2018 - 2020	2.576.648	-1.000.645	-629.875	946.128
1ª Concessão	849.932	-376.859	-473.073	0
2ª Concessão	930.662	-417.208	-86.424	427.030
3ª Concessão	796.054	-206.578	-70.378	519.098

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**4.3.4. Ações Ciclo 2021-2023**

Plano	Ações Concedidas	Ações Transferidas	Ações Canceladas	Ações Não Transferidas
Plano 2021 - 2023	3.431.610	0	-311.876	3.119.734
1ª Concessão	<i>3.431.610</i>	<i>0</i>	<i>-311.876</i>	3.119.734
2ª Concessão	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
3ª Concessão	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5. Rede

Infraestrutura é um dos pilares estratégicos da Companhia e a TIM reafirma o seu compromisso de investimento em 2021, buscando oferecer mais e melhores serviços. As recentes mudanças no padrão de consumo bem como a crescente expectativa dos usuários quanto à qualidade dos serviços prestados, exigem um plano estruturado de expansão da rede, respaldado por análises técnicas mais robustas quanto ao padrão de consumo e necessidades de seus clientes, além de uma grande transformação cultural.

No âmbito da utilização do espectro, a TIM continua seu bem-sucedido projeto de *refarming* expandindo para a frequência 2,1 GHz, visando mais eficiência e melhor performance. Com relação à fibra, a Companhia segue com o projeto de expansão de rede, de forma a suportar a rede convergente de ultra banda larga, aumentando a disponibilidade do FTTH e o FTTS.

A TIM possuía ao final de 2021, 1.766 *Biosites* e projeta ampliar a sua utilização. Os *Biosites* são estruturas sustentáveis de menor custo, mais fáceis de instalar e que não causam impacto visual nas cidades, para aumentar a densidade de sites. No contexto de *big data*, a Companhia segue numa constante evolução de suas ferramentas de análise a partir de bases mais completas e abordagem proativa, visando um direcionamento mais eficiente dos investimentos.

No que tange à cultura corporativa, as novas tecnologias e as expectativas dos clientes provocam uma ruptura no modelo tradicional das operadoras de telecomunicações. Nesse cenário, a TIM visa desenvolver, motivar e engajar seus colaboradores com vistas a atuarem em um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, a partir de um modelo operacional ágil e flexível.

5.1. Cobertura Nacional

A infraestrutura da TIM tem um alcance nacional, cobrindo aproximadamente 98% da população urbana brasileira, com presença em aproximadamente 4.715 cidades. A Companhia também possui uma ampla cobertura de dados, mantendo a sua posição de liderança em cobertura 4G no país.

Em 2021, a TIM continuou concentrando a maior parte de seus investimentos em rede e tecnologia de informação, em linha com o praticado nos anos anteriores e com o objetivo de atender à crescente evolução do consumo de dados. A melhoria e o crescimento da infraestrutura estão apoiados em diferentes projetos, dentre eles se destacam a expansão da rede de fibra ótica (*backbone*, *backhaul* e FTTH), densificação de *sites*, *refarming* de frequência e agregação de portadoras em duas ou três frequências (conforme localidade). Além disso, a TIM vem avançando nas iniciativas de compartilhamento focada no 4G e no transporte de rede.

Em relação aos principais projetos em andamento focados na modernização e melhoria contínua de nossa infraestrutura, destacamos:

- Compromisso de expandir a cobertura 4G para todos os municípios do Brasil até 2023;
- Expansão da cobertura 4.5G para 1.712 cidades em 2021;
- Expansão do uso do 4G na frequência de 700MHz, presente em 3.975 municípios ao final do ano;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Expansão do VoLTE, disponibilizado para 4700 cidades;
- Ampliação do *refarming* da frequência de 2,1 GHz no 4G, atingindo 354 cidades;
- Projeto de virtualização de infraestrutura;
- Acordo de compartilhamento de infraestrutura de rede móvel com a Vivo, visando a eficiência na alocação de Capex e Opex;
- Expansão da capacidade de rede através da solução Massive MIMO;
- Consolidação da rede NB-IoT, presente em mais de 4.018 municípios ao final de 2021, possibilitando a criação de soluções IoT não apenas nas grandes cidades, mas também nos municípios mais afastados das capitais.

Adicionalmente, o uso da frequência de 700MHz no desenvolvimento da rede LTE continua a evoluir, proporcionando uma significativa melhora na experiência de uso dos clientes tanto em termos de performance, com maior velocidade de download e upload e menor latência, como em cobertura indoor, maior penetração.

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
Cidades 4G	4,715	3,877	21.6%
das quais 700 Mhz habilitadas	3,975	3,294	20.7%
das quais VoLTE habilitadas	4,700	3,860	21.8%
População Urbana Coberta (4G)	98%	95%	3.0p.p.
das quais 700 Mhz habilitadas	94%	92%	2.0p.p.
das quais VoLTE habilitadas	97%	94%	3.0p.p.
Cidades 3G	4,022	3,506	14.7%
População Urbana Coberta (3G)	94%	93%	1.0p.p.
Biosites	1,766	1,679	5.2%
Sky Coverage (nº sites)	924	-	n.a.
Massive MIMO (nº sites)	2,306	753	206.2%
Homes passed	6,683	6,366	5.0%
FTTH	4,185	3,244	29.0%
FTTC	3,412	3,693	-7.6%
Cidades Cobertas com Fibra*	37	35	5.7%
FTTH	35	33	6.1%
FTTC	5	5	0.0%
FTTCity (nº cidades)	1,231	1,001	23.0%

Ao final do ano, a TIM possuía um total de 23.206 sites com maior porcentagem conectados através de *backhaul* de alta capacidade.

Em relação a infraestrutura de transporte, **a Companhia alcançou 112 mil km de fibra ótica para backbone e backhaul**, um avanço de 3,8% A/A.

A cobertura na banda larga fixa também seguiu em constante expansão ao longo de 2021, superando ao final do ano 4.2 milhões de *homes passed* em FTTH, enquanto o FTTC alcançou 3,4 milhões. Isso representa um total de 6,7 milhões de *homes passed* em 28 cidades e 7 regiões administrativas do DF (FTTH + FTTC)⁸.

⁸ (+) Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Nilópolis (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João do Meriti (RJ), Duque de Caxias (RJ), São Paulo (SP), Mauá (SP), Poá (SP), Suzano (SP), Francisco Morato (SP), Franco da Rocha (SP), Diadema (SP),

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Por fim, com um **alcance de 1.766 Biosites ativos ao final de 2021**, o desenvolvimento dos projetos de instalação de *Biosites* também está alinhado aos valores de responsabilidade social corporativa da companhia. Essas estruturas trazem uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico. Além disso, contribuem para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – tendo multifuncionalidade capaz de agregar a transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança –, além de serem de menor custo e de rápida instalação.

Atualmente, a Companhia detém autorização de uso de mais aproximadamente 120 MHz em espectro⁹, distribuídos da seguinte forma:

Média de Espectro Ponderada por População						
450 MHz	700 MHz	850 MHz	900 MHz	1.800 MHz	2.100 MHz	2.500 MHz
3	20	11	5	35	22	22

5.2. Resultado do leilão de frequências (“Leilão 5G”)

Nos dias 4 e 5 de novembro de 2021 foi realizado o leilão de frequências para 4G e 5G pela Anatel. A TIM arrematou um total de 11 lotes nas frequências de 3,5GHz, 2,3GHz e 26GHz, com valor total ofertado de R\$ 1,05 bilhão, que depois foi ajustado segundo as regras da Anatel para R\$ 884,5 milhões.

As faixas adquiridas possuem um conjunto de obrigações que deverão ser atendidas com contribuições financeiras ou com construção de infraestrutura de rede móvel e fixa. Para maiores detalhes sobre as obrigações envolvendo cada faixa, consultar o [Comunicado ao Mercado](#) divulgado pela TIM em 5 de novembro de 2021.

5.3. Qualidade

Por mais um ano, a TIM reforça seu compromisso com a evolução de seus serviços e melhoria contínua da qualidade para garantir uma melhor experiência de uso aos seus clientes. O foco na expansão e melhoria da infraestrutura de rede segue sendo fator fundamental do nosso plano de negócios.

No final de 2021, a **TIM obteve a melhor pontuação no quesito “experiência em vídeo e vídeo-chamada” em relatório emitido pela OpenSignal¹⁰, em parceria com a Anatel. A Companhia somou 66 pontos em experiência de vídeo e vídeo-chamada (classificada com a métrica de “muito bom”)**, em pontuação de 0 a 100, acima das demais grandes operadoras do setor. Segundo o informe, o cálculo de experiência de vídeo mede diretamente *streaming* de vídeo em terminais de usuário, utilizando uma abordagem baseada na UIT que leva em conta critérios como a qualidade da imagem, tempo de carregamento e taxa de travamento, em redes 3G e 4G.

Salvador (BA), Lauro de Freitas (BA), Camaçari (BA), Feira de Santana (BA), Recife (PE), Olinda (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Paulista (PE), Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Anápolis (GO), Manaus (AM), Belo Horizonte (MG), Betim (MG), Contagem (MG), Brasília (DF), Taguatinga (DF), Samambaia (DF) e Ceilândia (DF).

⁹ Excluídos os espectros relacionados ao 5G.

¹⁰ Matéria vinculada ao Telesíntese (15/12/2021).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Além disso, no relatório, a TIM confirmou mais uma vez a qualidade superior de sua rede, destacando-se novamente como **líder em disponibilidade 4G**. Isso significa que os **clientes da TIM navegaram através do 4G com maior frequência – 90% do seu tempo conectado**.

Os demais destaques de Rede e Qualidade desse trimestre e no ano foram:

- (i) A manutenção do ritmo de crescimento e liderança da cobertura de 4G, que é objetivo estratégico da companhia, fazendo parte tanto de seus compromissos do TAC com a Anatel quanto da debenture ESG emitida no 2º trimestre do ano;
- (ii) Participação no leilão de frequências para 4G e 5G, arrematando as principais faixas de espectro: aquisição de lotes das frequências 3.5GHz, 2.3GHz e 26GHz;
- (iii) Evolução da nossa plataforma de TI com 44% de todo o *workload* já migrado em 9 meses de projeto: migração de mais de 3.500 servidores para a *cloud* no ano, incluindo todo nosso CRM, estrutura de *big data* e plataforma de *billing*, preparando o ambiente para o recebimento dos ativos móveis da Oi;
- (iv) Constante qualificação de nossos canais de atendimento e relacionamento com clientes:
 - 1. No comparativo anual de 2021, a Companhia registrou: (a) 30% de redução do tempo de atendimento nos canais assistidos (CRC e Vendas); (b) 15% de aumento do atendimento automático via URA cognitiva; (c) Meu TIM como o aplicativo de atendimento mais bem avaliado do Brasil entre as operadoras (nota 4.4 na Play Store);
 - 2. A TIM também ficou em **primeiro lugar no Ranking de Satisfação da Anatel 2021** que analisa o atendimento das empresas aos clientes na recepção e solução de demandas, reforçando a estratégia da companhia na melhoria da experiência do cliente. Além disso, a TIM foi a operadora com maior redução A/A no índice de reclamações da Anatel no 4T21 – atingindo 45% de redução no período frente ao 4T20, com destaque para o pré-pago que diminuiu em 55% – e no resultado de 2021 – registrando 32% de redução no volume de reclamações vs. 2020;
 - 3. Da mesma forma que o tem anterior, o Grupo TIM foi classificado como o menos reclamado nos entrantes dos PROCONs integrados ao sindec em 2021, registrando - 28% frente a 2020;
 - 4. Adicionalmente, a TIM foi a primeira operadora a adotar a modalidade de pagamentos via PIX, registrando em 2021 mais de 11,5 milhões de faturas quitadas em 12 meses desde sua implementação. Atualmente, cerca de 80% da base da Companhia realiza pagamentos através dos canais digitais, sendo 13% via PIX.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6. Desempenho Operacional

6.1. Panorama do Mercado Brasileiro

O mercado móvel registrou um crescimento de 1,2% A/A no final de 2021 reforçando o movimento de evolução positiva da base no último trimestre. Nos últimos 12 meses, o pós-pago registrou adições líquidas de 16,7 milhões de acessos, sendo 58% deste volume linhas humanas. O pré-pago apresentou 4,1 milhões de novos acessos.

6.2. Desempenho da TIM

O segmento pós-pago encerrou o ano de 2021 com 22,9 milhões de acessos (+4,7% A/A). O *mix* do segmento na base total foi de 44%, +1,5 p.p. A/A. As adições líquidas dos últimos 12 meses acumularam um saldo positivo de mais de 1,0 milhão de novos acessos. A taxa de desconexão mensal no pós-pago mantém nos patamares mais baixos (2,7% no 4T21), como registrado nos últimos trimestres.

Ao final do trimestre, o Pós-pago Humano registrava uma base de 18,9 milhões acessos (+4,7% A/A), com adições líquidas de 847 mil acessos nos últimos 12 meses.

O segmento pré-pago finalizou o ano de 2021 com 29,2 milhões de acessos, uma queda de 1,4% A/A. A base acumulou 403 mil desconexões nos últimos 12 meses. O segmento é o mais impactado pela deterioração da economia, principalmente nos últimos 2 anos.

Detalhamento da base de clientes por tecnologia:

- A base 4G finalizou o período com 46,3 milhões de acessos, acelerando novamente o ritmo e mantendo o patamar de dois dígitos de crescimento (+10,2% A/A);
- A base de M2M fechou o ano com 4 milhões de linhas, um aumento de 5,0% comparado ao mesmo período do ano passado.

6.3. Segmento Fixo

A base TIM Live encerrou o ano de 2021 com 685 mil conexões, mantendo o ritmo de crescimento (+6,1% A/A). Nos últimos 12 meses, as adições líquidas do serviço atingiram aproximadamente 40 mil acessos, sendo a base FTTH o principal motor. Os planos de maior valor, com velocidades acima de 100 Mbps, seguem ganhando cada vez mais relevância, atingindo 62% de participação na base total no trimestre.

Mesmo limitando a entrada em novos mercados, a cobertura da rede FTTH continuou crescendo, priorizando a consolidação dos clusters já ativos. Dessa forma, o total de *homes passed* em fibra cresceu 29,0% A/A, com presença em 28 cidades e 7 regiões administrativas do DF.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7. Desempenho Financeiro

Para representar melhor o desempenho financeiro e tendências comerciais, a TIM normaliza algumas linhas da sua Demonstração de Resultados, eliminando o impacto de elementos não-recorrentes. Estes movimentos são apontados quando requeridos.

7.1. Receita Operacional

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R\$ milhões			
Receita Líquida	18.058	17.268	4,6%
Receita de Serviços	17.497	16.665	5,0%
Serviço Móvel	16.349	15.610	4,7%
Gerada pelo Cliente	14.843	14.351	3,4%
Interconexão	533	528	0,9%
Plataforma de Clientes*	119	15	714,3%
Outras Receitas	853	717	19,1%
Serviço Fixo	1.147	1.054	8,8%
dos quais TIM Live	720	628	14,7%
Receita de Produtos	561	603	-6,9%

*A Plataforma de Clientes inclui receitas de novas iniciativas, como Serviços Financeiros e Educacionais, e Publicidade Móvel. Realocação de impostos entre as linhas de Receita Gerada pelo Cliente e Plataforma de Clientes, impactando estas aberturas desde o início de 2021.

No acumulado de 2021, a **Receita Líquida Total atingiu R\$ 18.058, ante R\$ 17.268 em 2020, uma evolução de 4,6% A/A**, impulsionada pela performance consistente da Receita de Serviços. Esse crescimento, também, foi impactado por uma base comparativa menor, uma vez que os principais impactos da pandemia de COVID-19 ocorreram no 2T20. A despeito do contexto macroeconômico desafiador imposto pela pandemia, a **Receita Líquida de Serviços fechou o ano com um crescimento de 5,0%**, esse desempenho teve como principais alavancas: (i) a performance do pós-pago móvel; e (ii) a receita de Plataforma de Clientes.

Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

A **Receita do Serviço Móvel (RSM) apresentou um crescimento de 4,7%, A/A atingindo R\$ 16.349 milhões** no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. No acumulado do ano mantém evolução consistente, refletindo a estratégia da companhia de monetizar suas bases de clientes através de dois pilares: (i) diferenciação de oferta e (ii) migração da sua base de clientes para planos de mais alto valor. **No ano, o ARPU de 2021 expandiu 5,9% para atingir R\$ 26,4.**

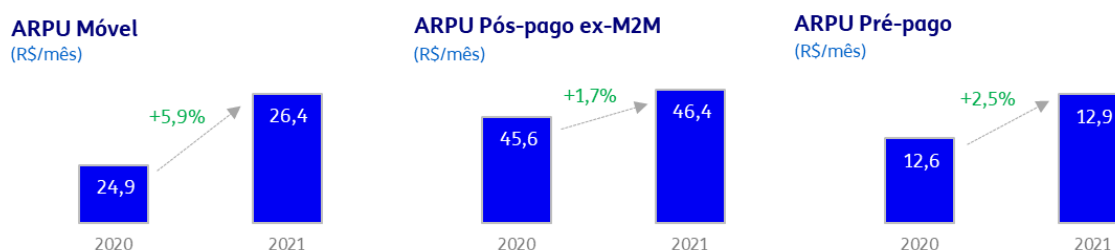
Detalhando o desempenho de cada segmento móvel no quarto trimestre:

- (i) No Pré-pago, observamos uma desaceleração durante o segundo semestre, refletindo a piora nos indicadores macroeconômicos e o encerramento do auxílio emergencial do governo no mês de outubro, que pressionou mais o segmento, revertendo a retomada da trajetória de crescimento observada no primeiro semestre. Entretanto, a Companhia segue com foco na diferenciação de ofertas e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

em uma gestão da base mais eficiente, o que contribuiu para o **crescimento do ARPU de Pré-pago¹¹ no ano de 2021 – alta de 2,5% vs. 2020;**

- (ii) **A Receita com Clientes Pós-Pagos teve uma alta de 5,4% A/A vs. 2020. O ARPU de Pós-Pago Humano¹² (ex-M2M) em 2021 teve alta de 1,7% contra 2020.** Esse desempenho tem como motor o foco da Companhia na abordagem de valor, com ênfase na gestão eficiente da base de clientes, redução das desconexões e na evolução do portfólio de ofertas, com benefícios específicos para cada segmento. Adicionalmente, cabe destacar que, durante esse trimestre, tivemos aumento das vendas nos planos Controle e Pós-puro, impulsionados pelas campanhas de final do ano, Black Friday e Natal, apesar dos desafios impostos pela atividade comercial menos intensa no país.



A Receita de Interconexão (ITX) ficou praticamente estável em A/A, atingindo R\$ 135 milhões no 4T21. A incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços atingiu 2,3% no trimestre. No ano, essa linha apresentou aumento de 0,9% A/A, em virtude, principalmente, do impacto do aumento da tarifa VU-M (Tarifa de Terminação Móvel) no início do ano.

A Receita de Plataforma de Clientes, no acumulado do ano, somou R\$ 119 milhões, com R\$ 83 milhões vindos de Serviços Financeiros, R\$ 36 milhões de Publicidade Móvel e R\$ 342 mil de Serviços Educacionais.

A linha de Outras Receitas registrou no ano um crescimento de 19,1% A/A, explicado majoritariamente pelo crescimento na receita gerada por contratos de compartilhamento e swap de rede. Cabe ressaltar que o compartilhamento e a troca de capacidade são elementos importantes da estratégia da Companhia de ampliação da infraestrutura de transporte em fibra (*backbone* e *backhaul*) com maior eficiência na alocação de recursos (Capex e Opex).

Detalhamento do Segmento Fixo (líquidos de impostos e deduções):

Em 2021, a Receita do Serviço Fixo totalizou R\$ 1.147 milhões, alta de 8,8% A/A, com **as receitas vindas da TIM Live sendo o grande motor dessa performance e registrando um crescimento de 14,7% A/A.**

¹¹ O ARPU de Pré-Pago exclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.

¹² O ARPU de Pós-Pago Humano exclui as linhas de Outras Receitas Móveis e de Plataforma de Clientes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A **TIM Live** continua sendo o principal elemento para essa performance, que **avançou 9,8% A/A no 4T20**, representando mais de 63% da receita de serviço fixo. Os demais serviços do segmento fixo apresentaram recuperação e cresceram 2,8% A/A.

A desaceleração da performance da TIM Live no segundo semestre é explicada por uma combinação de: (i) maior foco na preparação da criação da I-Systems (antiga FiberCo), e conseqüente separação dos ativos, o que provocou uma desaceleração na entrada em novos mercados; (ii) um aumento localizado de competição em algumas áreas de atuação; e (iii) uma queda da performance nas áreas onde a TIM ainda atua com FTTC. A expectativa é que em 2022, a TIM Live volte a ingressar em novas localidades com FTTH, de forma a aumentar ainda mais a participação dessa tecnologia no resultado da Receita do Serviço Fixo.

7.2. Custos e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R\$ milhões			
Custos Reportados da Operação	(8.599)	(8.926)	-3,7%
Custos Normalizados* da Operação	(9.320)	(8.896)	4,8%
Pessoal	(1.126)	(1.004)	12,2%
Comercialização	(3.135)	(3.010)	4,1%
Rede e Interconexão	(2.797)	(2.613)	7,0%
Gerais e Administrativos	(701)	(605)	15,8%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(731)	(756)	-3,3%
Provisão para Devedores Duvidosos	(545)	(553)	-1,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(284)	(354)	-19,7%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	(8.589)	(8.140)	5,5%

*Custos da Operação normalizados por: venda de controle sobre o investimento na companhia I-Systems (-R\$ 782,2 milhões no 4T21), serviços jurídicos e administrativos especializados (+R\$ 34,8 milhões no 4T21, +R\$ 7,7 milhões no 3T21 e +R\$ 13,7 milhões no 2T21), gastos para o projeto de aquisição dos ativos móveis da Oi (+R\$ 4,3 milhões no 4T21) e por ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres (+R\$ 2,6 milhões no 1T20).

Os Custos e Despesas Operacionais Reportados no ano de 2021 totalizaram R\$ 8.599 milhões, uma melhora de 3,7% em relação aos custos reportados em 2020. A performance reflete a eficiência na execução do controle de custos, a despeito de um cenário de alta nos índices de inflação no país e em meio a um processo adotado pela Companhia de aprimoramento de sua infraestrutura interna. **Os Custos e Despesas Operacionais Normalizados subiram, porém de forma limitada (+4,8% A/A), perante a inflação registrada no país ao final do ano (IPCA 2021: 10,06%)**. Além disso, o comparativo anual é afetado pela retomada dos custos variáveis e fixos que registraram queda nos meses de reduzida atividade econômica no país, principalmente no 2T20, devido a pandemia.

Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas Normalizados:

Pessoal alcançou R\$ 1.126 milhões em 2021, apresentando uma alta de 12,2% em relação a 2020. Tal performance foi influenciada por: (i) reajustes sobre salários, bonificações e incentivos no patamar entre um dígito médio e alto; (ii) maior nível de provisão relativo a participação nos resultados dos colaboradores; e (iii) base comparativa desfavorável devido a recuperação de encargos em processos de natureza previdenciária no 4T20 e, em parte,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

por um comparativo anual atípico no 2T20, em decorrência de menores despesas com pessoal comercial devido ao fechamento dos canais físicos de venda durante a pandemia.

A linha de Comercialização e Publicidade apresentou aumento de 4,1% A/A, atingindo R\$ 3.135 milhões, impactada, principalmente, pelo retorno das campanhas publicitárias com mais frequência e maior despesa com comissões de vendas.

Rede e Interconexão, esta linha apresentou alta de 7,0% A/A, quando comparada com 2020. Este resultado foi influenciado pelo aumento da tarifa de terminação móvel (VU-M) e pelos maiores custos de Rede, em decorrência da elevação das despesas com aluguel, compartilhamento e manutenção de infraestrutura.

Despesas Gerais e Administrativas normalizadas (G&A) encerraram o ano de 2021 com um crescimento de 15,8% em relação a 2020. Esta alta é explicada, principalmente, por: (i) maiores despesas com serviços de manutenção, em decorrência da migração da infraestrutura de TI para a *Cloud*; e (ii) por contratação de serviços especializados junto a consultorias para projetos recorrentes.

O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) foi de R\$ 731 milhões, queda de 3,3% quando comparado a 2020, acompanhando a queda da Receita de Produtos, ocasionada pelo menor volume de aparelhos vendidos, apesar do aumento no *mix* de produtos de maior valor.

As Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) atingiram R\$ 545 milhões, uma queda de 1,5% frente ao resultado de 2020, parcialmente afetada pelo reconhecimento de PDD com um cliente de *wholesale*, atingindo 2,1% sobre a Receita Bruta (vs. 2,3% em 2020). O resultado vem refletindo os esforços contínuos na melhoria da aquisição de clientes, através de modelos e políticas de crédito mais robustos, além de maior eficiência na cobrança e recuperação.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais¹³ Normalizadas totalizaram R\$ 284 milhões, uma queda de 19,7% A/A no acumulado do ano, explicada principalmente por menores despesas relacionadas a perdas em processos judiciais cíveis. A participação desta linha sobre os Custos e Despesas totais normalizados ficou em 2,7%.

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) atingiram R\$ 58,9 por adição bruta em 2021, um crescimento de 28,9% A/A, devido a maiores despesas com comissões geradas por: (i) adição líquida positiva no segmento Pós-pago; (ii) pela migração dos clientes para segmentos de maior valor; e (iii) maiores gastos com publicidade no 1S21.

A relação SAC/ARPU, que indica o *payback* por cliente, atingiu 2,3 meses em 2021, frente a 1,7 meses no 4T21.

¹³ A linha de Outras Despesas (Receitas) operacionais registrou um impacto não-recorrente negativo de R\$ 782,2 milhões no 4T21, referente a venda de controle sobre o investimento na companhia I-Systems, e impacto não-recorrente positivo de R\$ 2,6 milhões no 1T20, por ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7.3. Do EBITDA ao Lucro Líquido

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R\$ milhões			
EBITDA Normalizado*	8.738	8.372	4,4%
Margem EBITDA Normalizada*	48,4%	48,5%	-0,1p.p.
Depreciação & Amortização	(5.692)	(5.527)	3,0%
Depreciação	(3.952)	(3.689)	7,1%
Amortização	(1.740)	(1.838)	-5,3%
Equivalência Patrimonial	(12)	-	n.a.
EBIT Normalizado*	3.034	2.845	6,7%
Margem EBIT Normalizada*	16,8%	16,5%	0,3p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado	(653)	(807)	-19,1%
Despesas financeiras	(1.745)	(1.233)	41,6%
Receitas financeiras	1.092	432	152,6%
Variações cambiais, líquidas	1	(7)	n.a.
Lucro antes dos impostos Normalizado*	2.381	2.037	16,9%
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	(182)	(166)	9,1%
Lucro Líquido Normalizado*	2.200	1.871	17,6%
Total de Itens Normalizados	757	(27)	n.a.
EBITDA Reportado	9.459	8.342	13,4%
Margem EBITDA Reportada	52,4%	48,3%	4,1p.p.
EBIT	3.756	2.815	33,4%
Margem EBIT	20,8%	16,3%	4,5p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(653)	(807)	-19,1%
Lucro antes dos impostos	3.103	2.008	54,6%
Imposto de renda e cont. social	(146)	(164)	-10,9%
Lucro Líquido	2.957	1.844	60,4%

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R\$ 743,1 milhões no 4T21, +R\$ 7,7 milhões no 3T21, +R\$ 13,7 milhões no 2T21 e +R\$ 2,6 milhões no 1T20). Lucro Líquido normalizado por: impacto dos impostos diferidos e correntes sobre a receita gerada pela transação da I-Systems (+R\$ 509,2 milhões no 4T21), crédito fiscal e outros efeitos (-R\$ 13,3 milhões no 4T21, -R\$ 526,8 milhões no 3T21 e -R\$ 4,6 milhões no 2T21).

EBITDA Normalizado (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

O EBITDA Normalizado totalizou R\$ 8,738 milhões em 2021, um crescimento de 4,4% A/A. A principal alavanca para este crescimento foi a performance da Receita de Serviços Móveis, com destaque para o bom desempenho do segmento Pós-pago e da geração de receitas oriundas das parcerias classificadas na linha de Plataforma de Clientes.

A Margem EBITDA Normalizada encerrou 2021 em 48,4%. Excluindo-se os efeitos relativos à operação da I-Systems, completada em novembro de 2021, a Margem EBITDA seria de 48,5%.

Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT

A linha de D&A apresentou incremento de 3,0% A/A em 2021, totalizando R\$ 5.692 milhões explicado, principalmente, pelo aumento da Depreciação de Equipamentos de Transmissão 4G e aumento da Depreciação de infraestrutura de torres e dos direitos de uso, em função de uma maior base de contratos de leasing, parcialmente compensada por um menor montante de Amortização de softwares.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No ano, o EBIT Normalizado totalizou R\$ 3.034 milhões, o que representa um crescimento de 6,7% A/A.

Resultado Financeiro Líquido

No ano, o Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 653 milhões, comparado a -R\$ 807 milhões em 2020, em decorrência de:

- (i) Maior receita financeira advinda de: (1) aumento da receita com juros sobre aplicações financeiras, refletindo uma taxa básica de juros elevada e maior geração caixa (Selic encerrou o ano a 9,25%); e (2) de uma soma de bônus que dão direito à participação no capital social do Banco C6 superior a 2020 (4,08% em 2021 vs. 1,4% em 2020).
- (ii) Maior despesa financeira devido à: (1) maior volume de juros e custos atrelados aos novos empréstimos e financiamentos adquiridos – em razão da adição de novas dívidas durante o ano, visando o financiamento das obrigações futuras com a aquisição dos ativos móveis da Oi e as obrigações com o leilão de frequências; e (2) maior volume de juros sobre leasings, em meio à um aumento nos índices de inflação.

Imposto De Renda E Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social Normalizado foi negativo em R\$ 182 milhões em 2021, comparado com -R\$ 166 milhões em 2020. **Em 2021, a alíquota efetiva na visão normalizada foi de -7,6% vs. -8,2% em 2020**, explicado, principalmente, pela maior utilização de benefícios fiscais em 2021.

Lucro Líquido

No ano, o Lucro Líquido Normalizado totalizou R\$ 2.200 milhões, uma expansão de 17,6% comparado a 2020, com LPA de R\$ 0,32.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7.4. Fluxo de Caixa, Dívida e CAPEX

DESCRIÇÃO	2021	Ajustes de Normalização	2021	2020	% A/A
	Reportado		Normalizado*		
R\$ milhões					
EBITDA	9.459	(722)	8.738	8.372	4,4%
Capex	(7.966)	3.585	(4.382)	(3.891)	12,6%
EBITDA - Capex	1.493	2.863	4.356	4.480	-2,8%
Capex Não-Caixa**	2.682	(2.682)	-	-	n.a.
Δ Capital de Giro	1.007	-	1.007	159	533,3%
Itens operacionais não recorrentes	-	722	722	(30)	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional	5.182	902	6.084	4.610	32,0%

* EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R\$ 743,1 milhões no 4T21, +R\$ 7,7 milhões no 3T21, +R\$ 13,7 milhões no 2T21 e +R\$ 2,6 milhões no 1T20). Capex normalizado exclui os impactos relacionados a aquisição de licenças no leilão de frequências (R\$ 3.585 milhões no 4T21).

** Efeitos da aquisição 5G sem impacto no caixa (Nota 40 da DFP).

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL) Normalizado¹⁰, foi positivo em R\$ 6.084 milhões, um crescimento de 32,0% A/A, enquanto o FCOL Reportado totalizou R\$ 5.182 milhões.

No acumulado do ano o EBITDA-Capex Normalizado somou R\$ 4.356 milhões.

Em 2021 o EBITDA-AL-Capex Normalizado totalizou o montante de R\$ 2.385 milhões, uma queda de 13,8% comparado ao 2020.

A variação de R\$ 902 milhões entre a visualização do FCOL Normalizado para o FCOL Reportado deve-se, principalmente, pelo montante atrelado à licença adquirida no último leilão (R\$ 843 milhões) possuir característica de dívida financeira, já que sofre incidência da Selic, sendo considerado no fluxo de financiamento. Já em relação as obrigações relativas a EAF e EACE (R\$ 2.682 milhões), sofrem correção monetária definida no edital do leilão pelo índice inflacionário IGP-DI. Logo, estas obrigações possuem característica de compromisso comercial e impactam o fluxo operacional.

CAPEX

DESCRIÇÃO	2021	2020	% A/A
R\$ milhões			
Rede	3.052	2.740	11,4%
TI & Outros	1.329	1.152	15,4%
Capex Normalizado*	4.382	3.891	12,6%
Leilão 4G e 5G	3.585	-	n.a.
Capex Total	7.966	3.891	104,7%
Capex Normalizado*/Receita Líquida	24,3%	22,5%	1,7p.p.

* Capex normalizado exclui os impactos relacionados a aquisição de licenças no leilão de frequências (R\$ 3.585 milhões no 4T21).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No resultado do ano, o **Capex Normalizado**, que exclui os impactos do leilão, totalizou **R\$ 4.382 milhões**, representando uma alta de **12,6% A/A**, explicado pelos projetos referentes a preparação da infraestrutura para integração com ativos da móveis da Oi. **Em 2021, o Capex Total, incluindo os impactos do leilão, foi de R\$ 7.966 milhões.**

DÍVIDA E CAIXA

Perfil da Dívida

EMISSIONES	MOEDA	TAXA DE JUROS	VENCIMENTO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL
R\$ milhões						
KFW Finnvera	USD	Libor+0,75%	01/24 a 12/25	93	186	278
Scotia	USD	1,4748% a.a.	04/24	2	558	560
BNP Paribas	USD	2,8220% a.a. a 7,0907% a.a.	01/22 a 01/24	444	500	944
Debêntures	BRL	IPCA + 4,1782% a.a.	06/28	(1)	1.669	1.667
BNDES	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	11/31	2	395	396
Dívida Financeira Total				538	3.307	3.845
Licença (4G e 5G)	BRL	Selic	12/40	47	796	843
Dívida Total Antes do Lease				585	4.104	4.688
Lease Total	BRL	IPCA/IGP-M	01/29	1.240	7.581	8.820
Dívida Total				1.825	11.684	13.509

Dívida Líquida

DESCRIÇÃO	4T21	3T21	2T21	4T20
R\$ milhões				
Dívida de Curto Prazo	538	534	1.446	2.261
Dívida de Longo Prazo	3.307	2.881	2.780	284
Dívida Financeira Total	3.845	3.415	4.226	2.545
Caixa e Equivalentes de Caixa	(9.797)	(7.372)	(7.125)	(4.319)
Derivativos Líquidos-ex C6	11	24	(104)	(490)
Dívida Financeira Líquida	(5.940)	(3.933)	(3.003)	(2.263)
Licença (4G e 5G)	843	-	-	-
Dívida Financeira Líquida AL	(5.097)	(3.933)	(3.003)	(2.263)
Lease Total	8.820	8.271	8.186	8.180
Dívida Líquida Total	3.723	4.338	5.183	5.917
Dívida Líquida AL/EBITDA AL*	-0,8x	-0,6x	-0,4x	-0,3x
Dívida Líquida Total/EBITDA	0,4x	0,5x	0,6x	0,7x

*EBITDA 12M "após o pagamento de *leases*", desconsiderando o pagamento de principal e juros relacionados a *leasings* financeiros.

Dívida Por Vencimento

ANO	PRO-FORMA	INCLUINDO IFRS 9, 15 & 16
R\$ milhões		
2023	135	1.370
2024	1.172	2.276
2025	127	967
2026	662	1.294
Após 2026	2.007	5.777
Dívida Total	4.104	11.684

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Dívida Normalizada (pós-*hedge*) do 4T21 ficou em R\$ 13.520 milhões, representando um crescimento de R\$ 2.419 milhões A/A. O total inclui: (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R\$ 8.820 milhões (relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e contratos de arrendamento com prazos superiores a 12 meses, conforme estabelecido pelo IFRS 16); (ii) dívida bancária no montante de R\$ 3.845 milhões; (iii) a posição de derivativos¹⁴ de *hedge* no valor de R\$ 11 milhões (excluindo os efeitos do Banco C6); e (iv) impacto relacionado as licenças no leilão de frequências 4G e 5G no valor de R\$ 843 milhões.

Ao fim de dezembro, o montante de financiamentos (pós-*hedge*) totalizou R\$ 3.845 milhões. **O custo médio da dívida excluindo os *leasings* e licenças foi de 9,5% a.a. no trimestre**, uma elevação quando comparado ao custo de 2,5% a.a. do 4T20, impactado pelo aumento do CDI no período.

Seguindo o programa de financiamento da companhia, aprovado pelo conselho de administração da TIM em março de 2021, para aquisição dos ativos móveis da Oi, ao longo de 2021 a companhia captou R\$ 3,0 bilhões em novas dívidas:

- (i) Em abril de 2021, foram celebrados dois contratos totalizando o montante de R\$ 1.072 milhões, ambos realizados com bancos estrangeiros;
- (ii) Em junho, a Companhia concluiu a liquidação da 2ª emissão de debêntures, no montante total de R\$ 1,6 bilhão, com vencimento em junho de 2028. Tendo sido esta a primeira oferta de debêntures da história da Companhia a considerar aspectos ESG em sua emissão, gerando benefícios para sociedade e para o meio ambiente, além de corroborar para atingimento dos objetivos do Plano Estratégico da Companhia;
- (iii) Em novembro de 2021, foi celebrado um contrato com o BNDES, no valor total de R\$ 390 milhões.

No final do trimestre, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 9.797 milhões, registrando crescimento de R\$ 5.151 milhões A/A.

O rendimento financeiro médio foi de 8,8% a.a. no 4T21, aumento de 6,4 p.p. em relação ao 4T20, em função dos últimos aumentos observados da taxa Selic e de uma melhor alocação dos recursos.

8. Environmental, Social & Governance

Jornada ESG

¹⁴ A posição de derivativos é composta, ainda, pelo bônus de subscrição no capital do Banco C6, conforme Nota Explicativa 37 na DFP da TIM S.A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A TIM é pioneira nos temas ESG (Environmental, Social & Governance) no setor de Telecomunicações no Brasil. Há 14 anos a Companhia faz parte da Carteira do Índice de Sustentabilidade da B3 (ISE-B3), sendo a empresa do setor que há mais tempo configura no Índice. Em fevereiro de 2022, a TIM foi reconhecida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo pela S&P Global ESG, organização responsável pelo Dow Jones Sustainability Index (DJSI). A companhia foi incluída no **Sustainability Yearbook 2022** pela evolução da sua performance no processo de submissão ao DJSI, com um crescimento de 24%.

Desde 2011, a TIM voluntariamente faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança corporativa da Bolsa de Valores Brasileira, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU).

Como signatária do Pacto Global da ONU desde 2008 e da ONU Mulheres desde 2021, a TIM desenvolve projetos conectados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reconhece os direitos à privacidade de dados, à internet segura, ao acesso à informação e à liberdade de expressão como essenciais e inegociáveis.

A TIM vem se tornando uma das líderes na promoção da diversidade e inclusão, com metas, compromissos e adesões a diversas iniciativas relacionadas aos temas gênero, raça, LGBTI+, idade, entre outros. A Companhia se tornou, em 2021, a primeira operadora brasileira a integrar o Refinitiv Diversity & Inclusion Index, se tornando o benchmark brasileiro e de telecom worldwide. Também passou a fazer parte, em 2022, do Índice de Igualdade de Gênero da Bloomberg, que reúne 418 empresas de 45 países, sendo 13 do Brasil.

Reconhecida com o selo Top Employers, a TIM também se consolida como uma das empresas com melhores práticas de RH. A certificação é resultado da auditoria independente da Top Employer Institute, um instituto internacional com 30 anos de atuação em 120 países.

A TIM responde ao Carbon Disclosure Project (CDP) – maior base de dados do mundo sobre Gases de Efeito Estufa relacionada às Mudanças Climáticas – desde 2010, e registra suas emissões no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol.

Desde 2004, a TIM apresenta seu desempenho em sustentabilidade e há 13 anos publica relatórios conforme as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). A partir de 2021, a Companhia passou a chamar esta publicação de Relatório ESG e segue com o seu compromisso de transparência e prestação de contas a seus stakeholders, organizando o relato nos três pilares: Ambiental, Social e Governança. O Relatório é assegurado ainda por terceira parte independente.

[Nossas Políticas](#) de Responsabilidade Social, Direitos Humanos, Diversidade, Meio Ambiente, Gestão da Mudança do Clima, Gestão de Riscos Corporativos, Anticorrupção, Relacionamento com Fornecedores, Segurança e Saúde do Trabalho, Privacidade, entre outras, estão publicamente disponíveis para a livre consulta de nossos *stakeholders*.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em cumprimento a Lei Geral de Proteção de Dados, vigente no Brasil desde 2020, a TIM atua para garantir a privacidade dos clientes, proteger seus dados pessoais e manter uma relação cada vez mais transparente. Mais informações na [Central de Privacidade](#) no site da TIM.

Em 2013 a TIM fundou o [Instituto TIM](#) com a missão de democratizar o acesso à ciência, tecnologia e inovação para promover o desenvolvimento humano no Brasil. Mais de 700 mil pessoas de todos os estados e do Distrito Federal já foram beneficiadas pelos projetos de educação e inclusão do Instituto, sendo, inclusive, premiados internacionalmente (Prêmio Governarte – BID 2015).

Por sua sólida atuação em ESG, a TIM integra índices e ratings nacionais e internacionais, como Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-B3), Índice de Carbono Eficiente (ICO2-B3), Índice Brasil ESG (S&P/B3), Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR-70), Refinitiv Diversity & Inclusion, Gender Equality Index (GEI) da Bloomberg, *FTSE4GOOD Emerging Markets*, *FTSE4GOOD Latin America*, *MSCI ACWI ESG Leaders*, *MSCI Emerging Markets ESG Leaders*, Teva Indices ESG Mulheres no Conselho, selo Women on Board, entre outros, além de ser certificada pelas normas ISO 9001 (desde 2000), ISO 14001 (desde 2010) e ISO 37001 (desde 2021).

Temas Materiais

Devido à pandemia de Covid-19, a TIM conduziu um novo processo de consulta a stakeholders, com o objetivo de revisar sua materialidade, uma boa prática incentivada por especialistas.

Após novas entrevistas e estudos, quatro temas materiais foram complementados e um novo tema surgiu, “Promoção da Diversidade e Igualdade de Oportunidades”, conforme quadro atualizado (negrito) a seguir:

Tema material 102-47	Correlação com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
 Ética e governança nos negócios	 ODS 16
 Gestão de resíduos na operação e pós-consumo	 ODS 12
 Investimento em infraestrutura e confiabilidade da rede *ajustado*	 ODS 9,  ODS 11 e  ODS 15
 Proteção de dados, privacidade do cliente e segurança cibernética *ajustado*	 ODS 16
 Inovação aplicada a produtos e serviços	 ODS 9
 Experiência do cliente e qualidade dos serviços	 ODS 12 e  ODS 16
 Gestão de energia	 ODS 7 e  ODS 13
 Saúde, bem-estar e gestão dos colaboradores *ajustado*	 ODS 4 e  ODS 8
 Gestão estratégica e responsável de fornecedores	 ODS 8 e  ODS 12
 Inclusão digital e acesso à conectividade *ajustado*	 ODS 1 e  ODS 9
 Promoção da Diversidade e Igualdade de Oportunidades *novo*	 ODS 5 e  ODS 8

Ao longo de 2021, a TIM prosseguiu com foco no cumprimento das metas do Plano ESG, conforme os destaques do 4T21 a seguir.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ENVIRONMENTAL

- Ao final de 2021, o projeto de Geração Distribuída totalizou 46 usinas ativas, o que juntamente com a compra de energia no Mercado Livre viabilizou alcançar 83% de energia renovável do consumo total (79% na média anual). Com a aquisição de certificados de energia renovável para o consumo no Sistema Interligado Nacional, a TIM atingiu a marca de 100% de energia renovável;
- Obteve 96% de ecoeficiência em tráfego de dados (acompanhado acompanhada em bit/Joule);
- Reduziu em 153% as emissões indiretas (escopo 2) ¹⁵ e em 94% as emissões de escopo 1 e escopo 2;
- Em dezembro de 2021, totalizou 1.766 *biosites* instalados. Além de serem uma solução para reduzir o número de antenas e torres, diminuindo o impacto visual e urbanístico, essas estruturas podem agregar outras funções, como iluminação pública e câmeras de segurança;
- Comprometida com a meta de ser uma empresa carbono neutro até 2030, a TIM melhorou sua performance no CDP, passando seu *score* de B- (2020) para B (2021);
- É integrante do Índice Carbono Eficiente da B3, carteira composta por empresas que apresentam inventários de emissões de gases de efeito estufa e demonstram compromisso com relação às mudanças climáticas, e também do ICDPR-70, Índice CDP Brasil de Resiliência Climática;
- Aderiu, enquanto Grupo TIM, à iniciativa *Science Based Target* (SBTi) na busca pelas melhores práticas de redução e neutralização das emissões de GEE;
- É certificada nas normas ISO 9001, desde 2000 e ISO 14001, desde 2010.

SOCIAL

- A TIM aumentou em 36% o número de pessoas negras em seu quadro de colaboradores e em 34% o percentual de mulheres em cargos de liderança;
- A meta de levar a conectividade do 4G a todos os municípios do Brasil até 2023 chegou, em dezembro de 2021, a 85% de cobertura. Na região Nordeste, os estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte encerraram o ano com 100% de cobertura;
- No mês da Consciência Negra, a TIM ratificou sua participação na Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero. A operadora tem o compromisso de ter, no mínimo, 40% de pessoas negras em seu quadro profissional até 2023;
- A TIM aderiu, em outubro, ao Fórum Gerações e Futuro do Trabalho, iniciativa que reúne empresas comprometidas com a inclusão de profissionais de diferentes idades no mercado;
- Como parte do seu compromisso de promover um ambiente cada vez mais inclusivo, seguro e livre de discriminação, a TIM publicou em novembro a Política de prevenção, coibição e gerenciamento às práticas de assédio moral, sexual e *bullying*;

¹⁵ A TIM superou a meta de redução de 100% de emissões de GEE comparado ao ano de 2019, alcançando o percentual de -153% por meio de projetos de geração distribuída, da contratação de energia no mercado livre e da compensação da parcela adquirida do Sistema Interligado Nacional, com a aquisição de certificados de energia renovável.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- O Instituto TIM e a TIM se uniram à ONG *One By One* por mais mobilidade e oportunidades para crianças e jovens com deficiência e promoveram em dezembro uma ação de voluntariado com os colaboradores para acabar com a fila por cadeiras de roda da entidade. A Companhia se comprometeu a multiplicar o valor doado pelos funcionários para conseguir alcançar a meta;
- A quarta edição do TIM *Talks Experience* abordou temas como 5G, *cloud*, inteligência artificial, ESG e privacidade de dados. Como nos anos anteriores, o evento foi aberto à sociedade, com transmissão pelo site e YouTube da TIM;
- A TIM é signatária dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEP, em inglês) da ONU e faz parte da Coalizão Empresarial para Equidade Racial e de Gênero.

GOVERNANCE

- Em cumprimento a meta de reduzir pela metade o número de reclamações dos clientes na Anatel, em comparação a 2019, a TIM alcançou em dezembro de 2021 uma redução de 44%;
- Pelo 14º ano, a TIM é listada na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3/Bovespa, mantendo sua posição de empresa de telecomunicações por mais anos consecutivos no ISE. Nesse ciclo, o ISE realizou diversas mudanças na metodologia, como a inclusão do risco reputacional e a nota do Carbon Disclosure Project (CDP) como critérios classificatórios. Além disso, passou a adotar questionários setorializados e a apresentar notas gerais e por setor, para aumentar ainda mais a transparência das empresas que estão mais avançadas na agenda ESG;
- A TIM ficou em sétimo lugar no *ranking* de sustentabilidade da consultoria Resultante ESG, escritório especializado em ESG, pesquisas e educação para planejamento e análise de riscos;
- Na 18ª edição do prêmio As Melhores da Dinheiro, da revista IstoÉ Dinheiro, a TIM foi escolhida a melhor operadora;
- A TIM conquistou 5 ouros no Prêmio ABT 2021 por suas ações de relacionamento com o cliente;
- A TIM foi a operadora com maior índice de satisfação entre os consumidores, segundo o *ranking* da Anatel;
- No Leilão 5G, promovido pela Anatel, a TIM adquiriu 11 lotes, no valor R\$ 1,05 bilhão, conseguindo obter as frequências em todas as faixas que planejava;
- Desde 2011 faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança das empresas listadas na B3;
- Foi primeira e até o momento única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União;
- Primeira operadora a conseguir a certificação ISO 37001, que atesta a segurança e eficácia do sistema de gestão antissuborno.

Para acessar o informe trimestral de ESG, favor acessar: [Informe Trimestral ESG](#)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9. Governança Corporativa

9.1. Companhia listada no Novo Mercado há mais de 10 anos

Em 03 de agosto de 2011 a TIM aderiu ao “Novo Mercado”, segmento que concentra as empresas comprometidas com as melhores práticas de governança corporativa.

A migração para o Novo Mercado resultou em benefícios para todos os acionistas. As regras exigidas, alinhadas às melhores práticas de governança corporativa de mercados como Estados Unidos e Europa, potencializam uma maior liquidez e valorização das ações, permitindo um acesso mais amplo aos mercados internacionais, além de promover o fortalecimento da imagem institucional e o aumento da confiança na Companhia.

Adicionalmente, a TIM pertence ao seleto grupo de empresas que compõem as carteiras do Índice de Governança Corporativa (IGC), do Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG) da B3 e, há 14 anos, também, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composto por empresas que se comprometeram a gerenciar os riscos derivados de desenvolvimentos econômicos, ambientais e sociais, além de ser a primeira e única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União (CGU).

9.2. Governança Corporativa na TIM

A TIM é uma sociedade por ações de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária e supervisionada por um Conselho Fiscal. O Conselho de Administração, por sua vez, é auxiliado por comitês de assessoramento, quais sejam, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Controle e Riscos, o Comitê de Remuneração e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*.

Os deveres e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração estão determinados na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regimento Interno do Conselho de Administração, no Regimento Interno da Diretoria Estatutária, no Regimento Interno do Conselho Fiscal e nos Regimentos Internos dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Na condição de membros ativos e responsáveis pela comunidade em que atuam, a Companhia e seus administradores devem pautar suas ações pela legalidade e pela ética, baseado em três princípios fundamentais: transparência, honestidade e lealdade.

Na condução dos seus negócios pautados, além da ética e da lealdade, pela boa-fé, a Companhia busca: (i) agir com transparência nos negócios, (ii) promover a lealdade na concorrência; (iii) excelência de competitividade no mercado; (iv) atender ao bem-estar e ao crescimento da comunidade em que opera; (v) aprimorar os seus recursos humanos; e (vi) promover o desenvolvimento sustentável.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9.3. Política de Divulgação

A TIM adotou em 2002 uma Política de Divulgação/Negociação e Diferenças de Governança Corporativa da NYSE, à qual a administração da Companhia aderiu mediante assinatura do termo de adesão. Como parte dessa política, estabeleceu-se um código de conduta a ser seguido por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas, além de terem sido impostas restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos.

A Política de Divulgação da Companhia prevê a utilização do Portal da Agência Estado, que pode ser acessado pelo link: <http://economia.estadao.com.br/fatos-relevantes/>, na forma da Instrução CVM nº 547/2014, que permitiu a divulgação de fatos relevantes em portais de notícias de acesso gratuito.

9.4. Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CDA) é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 19 (dezenove) membros, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração era formado por 10 (dez) membros, sendo 4 (quatro) deles independentes. Em 2021, o CDA se reuniu 15 (quinze) vezes no exercício de suas funções.

Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas, publicadas e consignadas no livro de atas do Conselho de Administração, arquivado na sede na Companhia.

O Conselho se reúne ordinariamente no mínimo seis vezes ao ano e no máximo doze vezes, e, também, extraordinariamente, mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer dois Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria Estatutária, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas. Os convidados a participar das reuniões do Conselho não possuem direito de voto.

O Conselho de Administração tem 4 (quatro) comitês de assessoramento, todos diretamente vinculados a ele: o Comitê de Auditoria Estatutário, com regras previstas no Estatuto Social da Companhia, o Comitê de Remuneração, o Comitê de Controle e Riscos e o Comitê de *Environmental, Social & Governance*, podendo haver participação de um ou mais membros nos Comitês, simultaneamente.

9.5. Diretoria Estatutária

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Diretoria Estatutária (Diretoria) é o órgão de representação e de administração executiva da Companhia, sendo composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 12 (doze) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de dois anos, admitida a reeleição, podendo ser destituídos pelo mesmo órgão a qualquer tempo. Em 31 de dezembro de 2021, a Diretoria da Companhia era composta por 8 (oito) membros. Em 2021, a Diretoria se reuniu 43 (quarenta e três) vezes no exercício de suas funções.

9.6. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal (CF) é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, todos profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantenham qualquer outro vínculo com a Companhia, cada com um respectivo suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho Fiscal da Companhia era composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes. Em 2021, o CF se reuniu 8 (oito) vezes no exercício de suas funções.

9.7. Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos independentes. Atualmente o CAE é composto por 3 (três) membros.

O CAE tem por objetivo supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores, tanto internos quanto independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, do outro lado. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes-Oxley Act*, ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission* – SEC. Em 2021, o CAE se reuniu 20 (vinte) vezes no exercício de suas funções.

Os membros do CAE analisaram as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2021”). Considerando as informações prestadas pela Diretoria Estatutária da Companhia e pela auditoria externa da Ernst & Young Auditores Independentes S/S. (“EY”), bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, o CAE avaliou que essas informações e documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Por essa razão,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia, para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

9.8. Comitê de Controle e Riscos

O Comitê de Controle e Riscos (CCR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de medidas de controle interno e de gestão de riscos, e o cumprimento de regras de governança. Em 31 de dezembro de 2021, o CCR era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2021, o CCR se reuniu 10 (dez) vezes no exercício de suas funções.

9.9. Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração (CR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui, dentre outras, a finalidade de assessorar o CDA na avaliação de propostas de rateio da remuneração global aprovada pela Assembleia Geral, e o critério de remuneração dos Diretores Estatutários e dos altos executivos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o CR era composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) desses independente. Ao longo de 2021, o CR se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

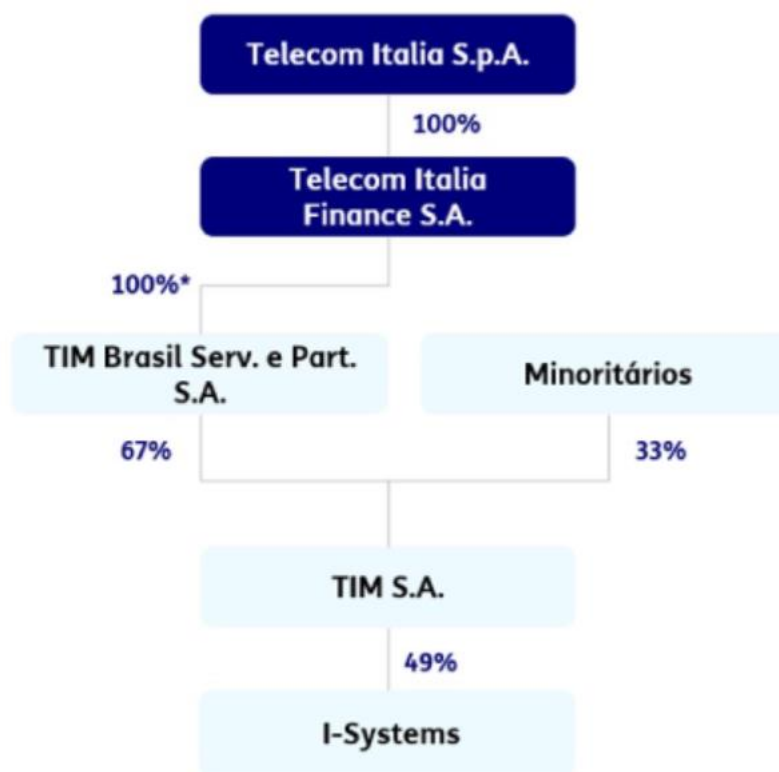
9.10. Comitê de Environmental, Social & Governance

O Comitê de *Environmental, Social & Governance* (CESG), , é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, e possui a finalidade de assessorar o CDA no desenvolvimento e implementação da estratégia e dos princípios de *Environmental, Social & Governance*, incluindo, dentre outras atividades, a recomendação das diretrizes e da estratégia da Companhia aplicáveis à gestão de questões ambientais, sociais e de governança. Em 31 de dezembro de 2021, o CESG era composto por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2021, o CESG se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9.11. Estrutura Acionária

A Companhia encerrou 2021 com capital social no montante de R\$ 13.477.890.507,55, representado por 2.420.804.398 ações ordinárias. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. detêm o controle acionário da TIM com aproximadamente 67% das ações.



* Telecom Italia S.p.A. detém uma ação da TIM Brasil Serv. e Part. S.A.

9.12. Política de Dividendos

Conforme Estatuto Social e a Política de Destinação de Resultados, aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2021, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, a quantia equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

É obrigatória a manutenção de uma reserva legal, à qual a Companhia deve alocar 5% dos lucros líquidos de cada exercício fiscal, até que o valor dessa reserva seja equivalente a 20% do capital.

A distribuição de dividendos anuais é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nos dias 6 de junho, 24 de setembro e 15 de dezembro de 2021, a TIM S.A. divulgou que seu Conselho de Administração aprovou a distribuição de R\$ 350 milhões, R\$ 137,5 milhões e R\$ 560 milhões, respectivamente, a título de Juros Sobre Capital Próprio (“JSCP”). Os pagamentos ocorreram nos dias 20 de julho de 2021, 27 de outubro de 2021 e 25 de janeiro de 2022, sendo as datas de 21 de junho, 29 de setembro e 20 de dezembro de 2021 aquelas que serviram para identificar os acionistas com direito a receber tais valores. Desta forma, as ações adquiridas após as referidas datas estavam ex-direito de distribuição de JSCP. Desse modo, a TIM declarou um montante total de R\$ 1.047,5 milhões de JCP em 2021.

9.13. Eventos do Exercício e Subsequentes

Contingência Tributária

Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”), em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM sobre o tema, ainda pender julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R\$ 547 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

Parceria entre TIM e Cogna

No dia 7 de julho de 2021, a Companhia informou aos seus acionistas, ao mercado em geral e a outras partes interessadas que, juntamente com a Anhanguera Educacional Participações S.A. (“AESAPAR”), uma subsidiária da Cogna Educação S.A (“Cogna”), em conjunto denominadas “Parceiras”, concluíram as negociações referentes a uma parceria estratégica (“Parceria”) com o objetivo de desenvolver ofertas combinadas com benefícios especiais visando o acesso à educação a distância através da plataforma Ampli.

As Parceiras destacaram o caráter inovador do acordo que celebraram, ao juntar uma plataforma digital de ensino desenvolvida em conceito *mobile-first*, com a maior infraestrutura 4G do Brasil. Esta é uma poderosa combinação que vai ampliar e incentivar o acesso a cursos universitários e livres a todos os clientes da TIM. Essa abordagem oferece grande potencial de geração de valor para ambas as empresas por meio do crescimento da base de clientes e aumento de receitas.

A Parceria se encaixa na estratégia de Plataforma de Clientes que vem sendo trabalhada pela Companhia desde 2020. Esta estratégia busca a monetização dos ativos que a TIM detém como operadora de telefonia móvel através de parcerias estratégicas que criem valor para nossos clientes e para a própria empresa.

Este acordo não cria uma *joint venture* e, portanto, a TIM mantém a independência de suas operações. Por meio de um mecanismo de remuneração baseado em objetivos e a depender da evolução dos resultados da parceria, a TIM se tornará sócia minoritária da AESAPAR em uma nova empresa a ser criada como consequência da separação de ativos da plataforma

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ampli (“Ampli Co”). A constituição e operação da Ampli Co será submetida pela AESAPAR às autoridades competentes, em especial ao Ministério da Educação (MEC).

A participação da TIM na Ampli Co pode atingir até 30% do seu capital e a subscrição das ações deverá ser previamente aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. No plano definido, há a expectativa de a Ampli Co buscar no futuro um IPO (*Initial Public Offering*).

TIM obtém direito ao exercício da 3ª e 4ª tranches de bônus de subscrição no Banco C6

Em julho de 2021, no âmbito da parceria estratégica (“Parceria”) firmada com o Banco C6 S.A. (“C6” ou “Banco”), a TIM obteve o direito ao exercício da 3ª tranche do bônus de subscrição do capital social do C6, em decorrência do atingimento do 3º nível das metas acordadas, desta forma foram registrados no balanço da Companhia bônus equivalentes a aproximadamente 0,7% do capital do banco, totalizando de 3,6%.

Em outubro de 2021, a TIM obteve o direito ao *vesting* da 4ª tranche do bônus de Subscrição de participação indireta no capital social do C6, em decorrência do atingimento do 4º nível das metas acordadas no âmbito da parceria, o que significa o atingimento equivalente à participação indireta acumulada de aproximadamente 4,08% no capital social do C6.

TIM elege nova CFO/ DRI

Em agosto de 2021, a TIM anunciou a Sra. Camille Loyo Faria para às posições de Diretora Financeira (CFO) e de Diretora de Relações com Investidores (DRI). Camille chega à TIM com uma larga experiência em funções executivas no setor de telecomunicações e infraestrutura, com passagens por companhias da indústria. Em sua carreira ela acumula ainda atuações importantes na área de *Investment Banking* e no setor de energia.

Fechamento da transação entre a IHS e a I-Systems

No dia 16 de novembro de 2021, a TIM S.A. (“TIM”) e a IHS Fiber Brasil (“IHS”, após as autorizações regulatórias da ANATEL e do CADE, foi consumado o fechamento da transação com vistas à aquisição, pela IHS, de participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. (“FiberCo”), empresa constituída pela TIM para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura.

Como resultado do fechamento da Transação, a IHS Brasil passou a deter 51% do capital social da FiberCo, permanecendo os restantes 49% sob o controle da TIM.

A FiberCo começa sua operação com aproximadamente 15.000 km de fibra em rede secundária, cobrindo, aproximadamente, 6,4 milhões de domicílios (*homes passed*), sendo 3,5 milhões em FTTH e 3,4 milhões em FTTC, que constituem a base inicial de ativos transferidos pela TIM. Os domicílios conectados (*homes connected*) são aproximadamente 700 mil sobre

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

os quais a FiberCo fornecerá serviços de operação e manutenção a TIM. Além disso, foram transferidos a FiberCo cerca de 140 funcionários, e outros ativos e contratos, todos exclusivamente relacionados com o perímetro das suas atividades.

Com a conclusão da aquisição, a FiberCo passou a se chamar I-Systems, e inicia sua trajetória como um veículo de infraestrutura tendo como missão implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado, tendo a TIM como cliente âncora.

ANATEL concede anuência prévia para transferência de controle das atividades de telefonia móvel da Oi

Em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, por unanimidade, concedeu anuência prévia à implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico (“SPE Ativos Móveis” ou “SPE”)¹⁶, que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. (“Transação”).

A anuência prévia prevê determinados condicionantes em linha com uma transação dessa natureza, os quais visam principalmente garantir o acesso de prestadoras de pequeno porte às redes de abrangência nacional, manter compromissos vinculados às radiofrequências transferidas, estabelecer os parâmetros mínimos do plano de comunicação ligado à Transação e assegurar aos usuários certos direitos nas etapas de migração.

TIM elege novo Diretor Presidente (CEO)

Em 31 de janeiro de 2022, a o Conselho de administração da Companhia anunciou o Sr. Alberto Mario Griselli para substituir o Sr. Pietro Labriola nos cargos de CEO e membro do Conselho. O Sr. Griselli, que desde julho de 2019 ocupava o cargo de *Chief Revenue Officer* (CRO) da Companhia, é formado em Engenharia Eletrônica pela La Sapienza University em Roma e FMBA pela Columbia University. Com mais de 20 anos de experiência no setor de telecomunicações, ocupou cargos relevantes como vice-presidente para América Latina da TIMwe, fornecedora global de soluções de engajamento móvel para operadoras de telecomunicações, e *Managing Director* para América Latina da Value Partners, empresa de consultoria de gestão.

CADE aprova a aquisição pela TIM da maior parte dos ativos da operação de telefonia móvel da Oi

¹⁶ Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 09 de fevereiro de 2022, o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, no âmbito do Ato de Concentração nº 08700.000726/2021-08, aprovou a implementação da operação societária referente à transferência integral do controle (“Transação”) das três sociedades de propósito específico (“SPE Ativos Móveis” ou “SPE”), que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”, “Vendedora”), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. (“Compradoras”).

A aprovação prevê um conjunto de condicionantes, em sua maioria comportamentais, e que compunham uma proposta de Acordo em Controle de Concentração (“ACC”) feita pelas Compradoras ao CADE. Esses condicionantes tem um caráter modular e podem ser utilizados por novos entrantes e operadoras de menor porte para reduzir barreiras de entrada e alavancar a exploração de diferentes modelos de negócios, sem afetar o objetivo primário da TIM de fortalecer sua infraestrutura, fechando a disparidade de capacidade espectral em relação a seus principais concorrentes. Desta maneira, a Companhia entende que foi atingido um equilíbrio entre criação de valor e mitigação das preocupações concorrenciais para o setor que o ACC endereça.

A efetiva conclusão da Transação, que definirá um equilíbrio de infraestrutura entre os três principais concorrentes do setor, ainda depende do cumprimento de determinadas etapas previstas no Contrato de Compra e Venda. Entretanto, uma vez ocorrida trará benefícios amplos, mantendo alto grau de rivalidade setorial e garantindo os investimentos necessários para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e o avanço digital do país.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

10. Auditoria Independente – IN CVM nº 381

Em 2021, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou serviços de auditoria de nossas demonstrações financeiras e outros serviços não relacionados à auditoria, que estão relacionados à revisão do Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

Tais serviços não superaram o patamar de 5% do total dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa.

No entendimento dos auditores externos a prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados. Os auditores possuem processos internos para garantir que estes outros serviços sejam avaliados internamente, bem como pré-aprovados antes da apresentação de qualquer proposta à TIM.

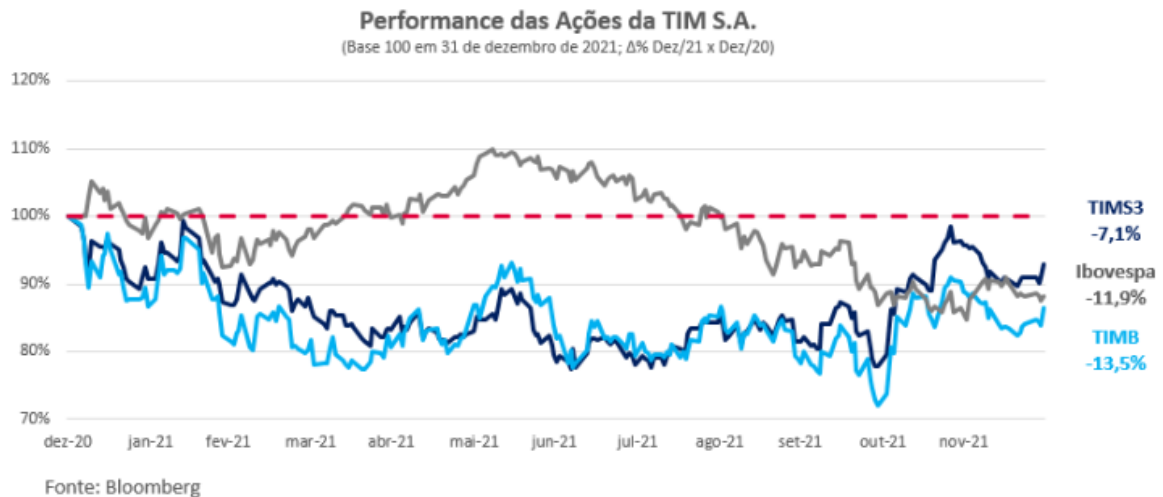
A Companhia destaca ainda que está sujeita à uma política, aprovada pelo Conselho de Administração em 24/09/2021, que disciplina o processo de contratação dos auditores externos bem como de eventuais serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Controladora. Tal documento define ainda, um rol exemplificativo de serviços não relacionados à auditoria cuja contratação é vedada.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

11. Mercado de Capitais

As ações ordinárias da TIM S.A. são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) sob o código TIMS3 e as ADRs, *American Depositary Receipts*, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, *New York Stock Exchange* (NYSE), sob o código TIMB.

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou 2021 em 104.822 pontos, acumulando uma queda de 11,92% quando comparado ao ano anterior, e valor de mercado de R\$ 3,7 trilhões.



A Companhia encerrou 2021 com suas ações ordinárias cotadas a R\$ 13,15 na B3, uma queda de 7,1% A/A, enquanto as ADRs, na NYSE, fecharam ao preço de US\$ 11,64, redução de 13,5% A/A. Em valor de mercado, a TIM fechou o ano valorada em R\$ 31,8 bilhões ou US\$ 5,6 bilhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Considerações Finais

A TIM S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos seus clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incansavelmente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado. Os agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teriam sido atingidos os objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na gestão do negócio.

A Administração

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

Estrutura societária

A TIM S.A. (“TIM”, “Companhia” e/ou “Empresa”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia que detinha 66,59% do capital social da TIM S.A. em 31 de dezembro de 2021 (66,58% em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia presta Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e o Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&F/Bovespa). Adicionalmente, a TIM S.A possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da *Securities and Exchange Commission* (“SEC”). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Em dezembro de 2020, o Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada no dia 10 de dezembro de 2020, a constituição de uma sociedade denominada FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda, como preparação para futura segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial.

No dia 5 de maio de 2021, a TIM S.A. informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no mesmo dia, foi aprovado um acordo entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. (“IHS”), com vistas a aquisição, pela IHS, da participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura S.A. (“FiberCo”).

O processo de aquisição de participação societária da FiberCo, posteriormente denominada I-Systems, pela IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems.

O detalhamento da venda da participação societária da FiberCo, está descrito abaixo.

Reorganização Societária

Venda de 51% da I-Systems (antiga FiberCo) para IHS

Em 5 de maio de 2021, a Companhia publicou a decisão de seu Conselho de Administração sobre a alienação por parte da TIM de 51% do capital social da FiberCo em favor da IHS, permanecendo os restantes 49% sob o controle da Companhia quando do fechamento da operação (*closing*).

Notas Explicativas

A FiberCo foi constituída pela Companhia para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura. A FiberCo nasce com a missão de implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado. Não obstante, os termos do acordo definem a TIM como principal cliente neste momento, tendo a prerrogativa de 6 meses de exclusividade após a entrada em novas áreas.

Em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A. registrou investimento em coligada no valor de R\$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49%.

Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R\$1.051.477.

De acordo com laudo de avaliação do acervo líquido formado pelos ativos e passivos o valor apurado de R\$1.211.789 foi integralizado como capital social da I-Systems em 1º de novembro de 2021.

O processo de venda do percentual de 51% de participação societária da nova companhia, I-Systems, para IHS foi concluído em 16 de novembro de 2021. Para a conclusão da venda, a IHS realizou uma integralização de capital R\$582.498 (primária) na nova companhia (I-Systems) e o pagamento de R\$1.096.294 (secundária) diretamente a TIM S.A., totalizando, desta forma R\$1.678.792 pela aquisição de 51% de participação societária. O valor justo apurado por 100% da nova companhia foi de R\$3.291.794.

No momento do *closing* a participação na investida foi registrada pelo valor justo conforme previsto pelo IFRS 10 (CPC36), sendo, posteriormente, conforme definido na norma IAS 28 (CPC18), avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

Conforme previsto no IAS 28 (CPC18), a venda de investimento com perda de controle deve ser reconhecida pela baixa total de investimento e reconhecimento de parte do investimento da coligada pelo valor justo.

Os efeitos da transação estão detalhados abaixo:

Notas Explicativas

Descrição	31/12/2021
Preço da transação	1.096.294
Registro investimento a <i>fair value</i>	1.612.957
Custo dos ativos	
Baixa do investimento	(1.211.472)
Baixa do ágio na aquisição Fiber RJ/Fiber SP	(1.051.477)
Baixa do imposto diferido sobre ágio amortizado fiscalmente	335.935
Ganho na transação	782.237
Imposto de renda e contribuição social	(509.245)
Ganho líquido na transação	272.992
Ganho antes de IR e CS na remensuração do investimento a valor justo	668.720
Ganho antes de IR e CS na alienação do ativo	113.517

Incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

Em 29 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a submissão à Assembleia Geral Extraordinária da proposta de incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada em 31 de agosto de 2020, e aprovou, por maioria dos votos, a incorporação da TIM Participações pela TIM S.A, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre as administrações das companhias em 29 de julho de 2020.

Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de agosto de 2020 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Participações, no montante de R\$355.323.

Conforme previsto no Protocolo de Incorporação, as variações do patrimônio da TIM Participações entre a data do laudo (31 de março de 2020) e do ato societário de incorporação (31 de agosto de 2020), foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da incorporada. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Participações foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito. Esta transação não teve impacto econômico ou tributário e o ágio incorporado não será utilizado para fins de quaisquer compensações fiscais.

Esta reorganização societária, teve como objetivo proporcionar maior eficiência e simplificação da estrutura organizacional do Grupo TIM, tornando a estrutura de controles internos mais eficientes. Além disso, a reorganização societária proporciona uma otimização de carga tributária nas futuras distribuições de juros sobre capital próprio, e também, a integração de unidades administrativas e financeiras, permitindo, a concentração e redução dos custos operacionais e outras despesas administrativas com serviços profissionais. Como resultado desta operação, não houve qualquer impacto para os acionistas controladores e não controladores.

Após a Incorporação, a TIM S.A., passou a ser negociada com os códigos TIMS3 na B3 e TIMB na NYSE.

Notas Explicativas

Para fins de apresentação do saldo comparativo, as informações patrimoniais e financeiras da TIM S.A. permanecem inalteradas atendendo o conceito de entidade legal para a apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O acervo líquido contábil na data de incorporação, em 01 de setembro de 2020, está sumariado a seguir:

<u>01/09/20</u>	<u>01/09/20</u>
Ativo	Passivo
Circulante	Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	Impostos, taxas e contribuições a recolher
21.959	368
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	Outros passivos
28.515	10.708
Outros ativos	Total do passivo circulante
166	11.076
Total do ativo circulante	Não circulante
50.640	Provisão para processos judiciais e administrativos
Não circulante	Outros passivos
Depósitos judiciais	36.850
72.346	29.752
Outros ativos	Total do passivo não circulante
1.254	66.602
Ágio (1)	Patrimônio Líquido
308.761	Capital social
Total do ativo não circulante	Reservas
382.361	1.719
Total do ativo	Total do patrimônio líquido
433.001	355.323
	Total do passivo e do patrimônio líquido
	433.001

(1) O Ágio incorporado possui a seguinte composição:

Ágio rentabilidade futura	367.571
Mais valia de passivos (provisão para processos judiciais) em combinação de negócios	(89.106)
Imposto de renda diferido sobre mais valia	30.296
	308.761

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e provisão para processos judiciais e administrativos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

Notas Explicativas

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que a partir da reorganização societária mencionada na Nota 1, todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas exclusivamente na TIM S.A. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

Os saldos consolidados comparativos para dezembro de 2021 não foram apresentados, uma vez que a subsidiária I-Systems (antiga Fiber Co) foi constituída em dezembro de 2020 e conforme descrito na nota 1, teve 51% de participação acionária alienada à IHS, quanto a TIM S.A. passou a deter participação minoritária não controladora de 49%. Nesse momento a TIM S.A. passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

e. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2022.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

- **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.**

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado;
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado;
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. O grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

- **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.**

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

- **CPC 11 - Contratos de seguro**

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.

Essa norma não se aplica a Companhia.

- **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante**

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

- **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Notas Explicativas

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros do Grupo.

- **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Impactos COVID - 19

Desde março de 2020 foi decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde devido ao surto do Coronavírus 2019 (COVID-19), os principais impactos e primeiros casos foram contabilizados no Brasil e no mundo também do primeiro trimestre de 2020.

O surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e se prolonga até 2021 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram muito a atividade econômica, incluindo alguns impactos nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa das Companhias no Brasil. Ao longo de 2020, foi decretado o *lockdown* em vários estados do Brasil que durou de março a junho de 2020.

No ano de 2020, a Companhia apresentou uma infraestrutura robusta sendo parte de um segmento extremamente importante neste período de crise, essencial para a população, governo e sistema de saúde. Após análise interna, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia não é altamente alavancada e ainda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa do volume de caixa.

Em 2021, houve o agravamento da crise com aumento do número de casos, consequentemente, a necessidade de novas medidas de restrição, dentre elas o fechamento do comércio impactando o funcionamento das lojas novamente, mas as restrições tiveram uma duração menor comparada a 2020, reduzindo o impacto do fechamento das lojas. Essas restrições foram implementadas principalmente no mês de março em diferentes cidades do Brasil.

Em setembro de 2021, o país apresentou uma evolução significativa nos níveis de vacinação, com redução da taxa de transmissão e número de casos, com isso houve uma leve melhora nas atividades econômicas. Até o momento, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações.

Estamos no 2º ano de pandemia e sem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) *Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros e investimentos em coligadas*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15) e seus ativos tangíveis e intangíveis.

Os investimentos líquidos em coligadas são avaliados após a aplicação do método de equivalência patrimonial para determinar se há qualquer evidencia objetiva de não recuperabilidade. O valor recuperável de um investimento em coligada deve ser determinado para cada investimento, a menos que a coligada não gere entradas de caixa de forma contínua que sejam em grande parte independentes daquelas geradas por outros ativos da entidade. O investimento em coligada foi avaliado conforme descrito na nota 13.

(b) *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)*

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

Notas Explicativas

(c) *Provisão para processos judiciais e administrativos*

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(d) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

(e) *Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”*

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(f) *Arrendamentos*

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária (nota 16), sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em 01/01/2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; e (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Caixa e bancos	99.821	100.008	100.009
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:			
CDB/Compromissadas	5.128.794	2.475.282	2.475.282
	<u>5.228.615</u>	<u>2.575.290</u>	<u>2.575.291</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB’s e Operações Compromissadas é de 101,57% (101,24% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

São ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
FUNCINE ⁽ⁱ⁾	11.508	7.061
Fundo Soberano ⁽ⁱⁱ⁾	9.624	5.220
FIC: ⁽ⁱⁱⁱ⁾		
Títulos Públicos ^(iv)	2.975.613	1.345.797
CDB ^(v)	40.496	17.370
Letra Financeira ^(vi)	703.118	292.500
Outros ^(vii)	839.169	409.551
	<u>4.579.528</u>	<u>2.077.499</u>
Parcela circulante	(4.568.020)	(2.070.438)
Parcela não circulante	11.508	7.061

Notas Explicativas

(i) A partir de dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média em 2021 é negativa em 0,06% a.a. (negativa em 3,34% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

(ii) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2021 é de 95,13% (87,71% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(iii) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos federais e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2021 dos FIC's foi de 122,76% (112,72% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(iv) Títulos públicos são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.

(v) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco e com taxas predeterminadas.

(vi) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo.

(vii) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

6. Contas a receber de clientes

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços (“*unbilled*”). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada (“*impairment*”).

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,19% (0,22% em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

	2021	2020
Contas a receber de clientes	3.253.207	3.180.661
Contas a receber bruta	4.000.026	3.831.921
Serviços faturados	2.107.682	2.039.403
Serviços a faturar ("unbilled")	849.762	817.669
Uso de rede	504.333	399.083
Venda de mercadorias	521.362	552.962
Ativo contratual (nota 23)	15.340	14.914
Outras contas a receber	1.547	7.890
Perdas por crédito de liquidação esperada	(746.819)	(651.260)
Parcela circulante	(3.066.906)	(3.051.834)
Parcela não circulante	186.301	128.827

A movimentação da provisão para perda por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	651.260	774.077
Constituição de provisão	544.642	552.817
Baixas de Provisão	(449.083)	(675.634)
Saldo Final	746.819	651.260

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	2021	2020
Total	4.000.026	3.831.921
A vencer	2.895.999	2.785.469
Vencidos até 30 dias	246.195	248.955
Vencidos até 60 dias	100.027	84.218
Vencidos até 90 dias	77.280	71.635
Vencidos a mais de 90 dias	680.525	641.644

7. Estoques

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

Notas Explicativas

	2021	2020
Estoques	202.553	246.602
Estoques	214.605	257.477
Aparelhos celulares e tablets	140.934	186.961
Acessórios e cartões pré-pagos	53.791	55.558
TIM chips	19.880	14.958
Perdas para ajuste ao valor de realização	(12.052)	(10.875)

8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	1.259.932	1.230.801
ICMS	1.216.912	1.188.018
Outros	43.020	42.783
Parcela circulante	(354.620)	(374.015)
Parcela não circulante	905.312	856.786

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

(i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

(ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

(iii) por créditos de ICMS decorrentes do trânsito em julgado favorável, em maio de 2021, em uma ação de repetição de indébito referente a serviços de telefonia pré-paga em Santa Catarina, no montante de R\$52 milhões.

Notas Explicativas

9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	2.042.361	2.698.239
Imposto de renda e contribuição social (i)	807.096	381.905
PIS / COFINS (ii)	1.164.772	2.253.545
Outros	70.493	62.789
Parcela circulante	(1.311.906)	(1.421.112)
Parcela não circulante	730.455	1.277.127

(i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados a outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

Em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pender de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R\$ 547 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporadas em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. De acordo com a avaliação interna da Companhia, esperamos utilizar tais créditos até o 2º trimestre do ano de 2022.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda.), na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza, discute este tema judicialmente desde 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação. O valor total registrado em 2019 referente a esses créditos foi de R\$3.023 milhões, sendo R\$1.795 milhões de principal e R\$1.228 milhões de atualizações monetária.

Os valores contabilizados são atualizados mensalmente pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), disponibilizada no site da Receita Federal do Brasil.

Em 2020, a TIM efetuou declarações de compensação com créditos oriundos do processo de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, para pagamentos de tributos federais, no valor total de R\$ 1.516 milhões. Já no ano de 2021, foram efetuadas compensações no total de R\$ 957 milhões com os referidos créditos de PIS e COFINS.

Notas Explicativas

Em maio de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) encerrou a discussão quanto ao direito creditório das empresas, definindo em sede de julgamento de Embargos de Declaração, que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS é válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral (Tema 69), no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 574706.

Considerando que os ministros ratificaram que o ICMS que não se inclui na base de cálculo do PIS/COFINS é o destacado na nota fiscal, confirmamos que os procedimentos adotados pela TIM S.A., quando da habilitação dos créditos de PIS/COFINS, estão adequados.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Notas Explicativas

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	219.876	475.128
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	330.627	303.948
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	257.529	224.459
Ajuste a valor presente – licença 3G	3.298	5.240
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	32.377	29.971
Provisão para participação nos lucros dos empregados	40.177	36.915
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	437.950	258.246
Ágio amortizado – TIM Fiber (ii)	(34.560)	(370.494)
Instrumentos financeiros derivativos	(143.948)	(154.718)
Juros capitalizados 4G	(233.433)	(262.608)
Custo atribuído – TIM S.A.	(42.617)	(53.792)
Ajustes sobre contratos de <i>leasing</i>	369.521	303.833
Depreciação acelerada (iii)	(466.863)	(266.464)
Ajuste ao valor justo I-Systems (antiga FiberCo) (iv)	(249.477)	-
Outros	16.431	20.982
	<u>536.888</u>	<u>550.646</u>
Parcela imposto ativo diferido	<u>536.888</u>	<u>550.646</u>

(i) Representada principalmente pela taxa Fistel (TFF), referente aos exercícios de 2020 e 2021. O TFF relativo aos exercícios de 2020 e 2021 tiveram seus pagamentos suspensos por força de decisão judicial liminar e, portanto, ainda não possuem data específica para pagamento. Para detalhes vide nota 21.

(ii) Representado pelo ágio na combinação de negócios das empresas TIM Fiber RJ e SP adquiridas pela TIM em 2012, realizado parcialmente em novembro de 2021 após a conclusão dessa transação.

(iii) A partir do 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R\$ 467 milhões até 31 de dezembro de 2021 (R\$ 266,5 milhões até 31 de dezembro de 2020) e foi aplicado a partir de 1 de janeiro de 2020.

(iv) Refere-se ao diferido constituído sobre o valor justo da participação não majoritária calculado na transação de venda descrita na nota 1 ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Prejuízos Fiscais e Base Negativa
2022	103.847
2023	79.581
2024	36.448
2025 em diante	-
Total	219.876

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$255.252 ao longo deste ano até 31 de dezembro de 2021 (R\$325.583 em 31 de dezembro de 2020, incluindo prejuízos fiscais).

11. Despesas antecipadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
	358.287	223.394
Propagandas não veiculadas (i)	86.154	1.679
Aluguéis e seguros	67.034	69.208
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (ii)	153.988	125.114
Serviços de TI (iii)	28.626	10.535
Outros	22.485	16.858
Parcela circulante	(275.148)	(149.796)
Parcela não circulante	83.139	73.598

(i) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(ii) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/ CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

(iii) Representam os pagamentos antecipados de despesas de serviços de TI para rede migração das informações para nuvem “cloud”.

Notas Explicativas

12. Depósitos judiciais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	2021	2020
	718.773	794.755
Cível	285.583	315.312
Trabalhista	128.607	149.390
Tributário	178.914	181.670
Regulatório	111	111
Penhora Online (i)	125.558	148.272

(i) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais.

Cível

Trata-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, como por exemplo caso em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em Juízo em discussão é de R\$72.533 (R\$ 70.560 em 31 de dezembro de 2020).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 34.289 (R\$ 34.544 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

- (b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 9.073 (R\$ 8.862 em 31 de dezembro de 2020).
- (c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$20.022 (R\$ 18.883 em 31 de dezembro de 2020).
- (d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$11.254 (R\$ 11.317 em 31 de dezembro de 2020).
- (e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$8.048 (R\$ 7.843 em 31 de dezembro de 2020).
- (f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$3.478 (R\$ 3.329 em 31 de dezembro de 2020).
- (g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$3.582 (R\$ 3.514 em 31 de dezembro de 2020).
- (h) Depósito realizado pela TIM S.A – Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 61.752 (R\$ 58.664 em 31 de dezembro de 2020).
- (i) ICMS – Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 9.960 (R\$ 14.505 em 31 de dezembro de 2020).
- (j) CSLL – Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa, assim como cobrança referente a compensação BC Negativa / Prejuízo Fiscal sucedida. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 9.730 (R\$ 9.739 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

13. Investimento

A participação societária em coligada ou controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

O Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada em 10 de dezembro de 2020, a constituição da FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. (“FiberCo”), uma sociedade limitada, como preparação para uma possível (ou eventual) segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial. A empresa foi constituída em 16 de dezembro de 2020 e transformada em S.A. em maio de 2021.

Tal processo foi uma das etapas intermediárias da transformação da TIM na prestação dos serviços de banda larga, e objetivava a criação de um veículo aberto de infraestrutura de fibra ótica (“FiberCo”) com a captação de um parceiro estratégico que se tornará sócio da FiberCo. A FiberCo atua no mercado de atacado podendo prover serviços de conectividade em fibra, de última milha e de transporte, para as operadoras do mercado, contando com a TIM como cliente (vide nota 1).

Conforme mencionado na nota 1, em novembro de 2021, como resultado da cisão de ativos líquidos do negócio de banda larga e criação da I-Systems (antes denominada FiberCo) com posterior alienação de 51% de sua participação societária em favor da IHS, a TIM S.A., avaliou a transação como perda de controle e parou de consolidar, registrando o investimento em coligada no valor de R\$1.612.957, a valor justo, pela participação minoritária remanescente (não controladora) de 49% (R\$ 1.601.703 em 31 de dezembro de 2021).

A TIM S.A. tem 49% (100% em 31 de dezembro de 2020) de participação no capital social da I-Systems (antiga FiberCo).

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* no investimento líquido registrado.

a) Participação em empresa controlada

Em 31 de dezembro de 2020, a TIM S.A. detinha 100% de controle sobre a Fiber Co (atual I-Systems).

	2021 Fiber Co (atual I-Systems)	2020 Fiber Co (atual I-Systems)
Quantidade de quotas/ações detidas	1.000	1.000
Participação no capital total	100%	100%
Patrimônio líquido em 31/10/2021	(318)	1
Prejuízo líquido de janeiro a outubro/21	(318)	-
Resultado de equivalência patrimonial até 31 de outubro de 2021	(318)	-
Valor do investimento em 31 de dezembro	-	1

Notas ExplicativasMutação do investimento em empresas controladas:

	FiberCo (atual I-Systems) (controlada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	1
Resultado de equivalência patrimonial até out/21	(318)
Aumento de capital	1.211.789
Baixa do investimento	(1.211.472)
Saldo do investimento em 16 novembro 2021	-

b) Participação em empresa coligada

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tem em sua estrutura societária empresas controladas. Em novembro de 2021, a TIM S.A. passou a ter a I-Systems como coligada e a contabilizar o resultado desta empresa via equivalência patrimonial, deixando de a consolidar.

	2021 I-Systems
Quantidade de ações detidas	1.794.287.995
Participação no capital total	49%
Patrimônio líquido	1.794.288
Prejuízo líquido do exercício	(22.968)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.254)
Valor do investimento	1.601.703

Mutação do investimento em empresas coligadas:

	I-Systems (coligada)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2020	-
Reavaliação da participação minoritária a valor justo	1.612.957
Resultado de equivalência patrimonial nov/21 e dez/21	(11.254)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2021	1.601.703

Notas Explicativas

14. Imobilizado

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

- Movimentação do imobilizado

	Saldo em dez/20	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em dez/21
Total do Custo do Imobilizado Bruto	47.429.167	5.572.362	(3.841.851)	-	49.159.678
Equipamentos de comutação / transmissão	25.875.916	26.905	(2.920.511)	2.872.144	25.854.454
Cabos de fibra ótica	878.100	-	(125.366)	25.778	778.512
Aparelhos em comodato	2.643.336	805	(13.495)	175.808	2.806.454
Infraestrutura	6.436.572	-	(511.635)	518.348	6.443.285
Bens de informática	1.770.386	-	(46.584)	32.538	1.756.340
Bens de uso geral	902.287	-	(43.401)	57.959	916.845
Direito de uso em arrendamentos	8.367.895	1.591.307	(179.875)	-	9.779.327
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(984)	(3.682.575)	783.667
Total Depreciação Acumulada	(29.328.469)	(3.951.760)	2.428.951	-	(30.851.278)
Equipamentos de comutação / transmissão	(18.130.526)	(1.983.589)	1.926.121	-	(18.187.994)
Cabos de fibra ótica	(482.613)	(65.669)	26.077	-	(522.205)
Aparelhos em comodato	(2.398.217)	(145.661)	9.187	-	(2.534.691)
Infraestrutura	(4.018.854)	(408.540)	384.239	-	(4.043.155)
Bens de informática	(1.617.970)	(58.209)	46.449	-	(1.629.730)
Bens de uso geral	(637.903)	(48.204)	36.878	-	(649.229)
Direito de uso em arrendamentos	(2.042.386)	(1.241.888)	-	-	(3.284.274)
Total Imobilizado Líquido	18.100.698	1.620.602	(1.412.900)	-	18.308.400
Equipamentos de comutação / transmissão	7.745.390	(1.956.684)	(994.390)	2.872.144	7.666.460
Cabos de fibra ótica	395.487	(65.669)	(99.289)	25.778	256.307
Aparelhos em comodato	245.119	(144.856)	(4.308)	175.808	271.763
Infraestrutura	2.417.718	(408.540)	(127.396)	518.348	2.400.130

Notas Explicativas

Bens de informática	152.416	(58.209)	(135)	32.538	126.610
Bens de uso geral	264.384	(48.204)	(6.523)	57.959	267.616
Direito de uso em arrendamentos	6.325.509	349.419	(179.875)	-	6.495.053
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	3.953.345	(984)	(3.682.575)	783.667

(i) As baixas líquidas são representadas principalmente por:

. R\$1.218.340 de baixa de ativo imobilizado, o qual compõe parte do saldo de R\$1.211.789 de ativos líquidos que foi integralizado como capital social da I-Systems (antiga FiberCo) em 01 de novembro de 2021, conforme descrito na nota 1.

. R\$179.875 em direitos de uso em arrendamentos em função de remensuração de contratos, incluindo alterações de vigência e escopo de aluguéis.

	Saldo em dez/19	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo em dez/20
Total do Custo do Imobilizado Bruto	43.358.751	4.687.207	(616.791)	-	47.429.167
Equipamentos de comutação / transmissão	22.817.681	10.464	(174.249)	3.222.020	25.875.916
Cabos de fibra ótica	813.589	-	-	64.511	878.100
Aparelhos em comodato	2.489.995	912	(7.140)	159.569	2.643.336
Infraestrutura	6.096.847	92.234	(8.063)	255.554	6.436.572
Bens de informática	1.721.251	1	(9.996)	59.130	1.770.386
Bens de uso geral	859.505	1	(1.544)	44.325	902.287
Direito de uso em arrendamentos	6.933.416	1.849.539	(415.060)	-	8.367.895
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.056	(739)	(3.805.109)	513.881
					-
Total Depreciação Acumulada	(25.746.587)	(3.767.678)	185.796	-	(29.328.469)
Equipamentos de comutação / transmissão	(16.389.213)	(1.906.480)	165.167	-	(18.130.526)
Cabos de fibra ótica	(410.567)	(72.046)	-	-	(482.613)
Aparelhos em comodato	(2.256.863)	(143.309)	1.955	-	(2.398.217)
Infraestrutura	(3.593.833)	(432.549)	7.528	-	(4.018.854)
Bens de informática	(1.565.309)	(62.649)	9.988	-	(1.617.970)
Bens de uso geral	(590.658)	(48.403)	1.158	-	(637.903)
Direito de uso em arrendamentos	(940.144)	(1.102.242)	-	-	(2.042.386)
Total Imobilizado líquido	17.612.164	919.529	(430.995)	-	18.100.698
Equipamentos de comutação / transmissão	6.428.468	(1.896.016)	(9.082)	3.222.020	7.745.390
Cabos de fibra ótica	403.022	(72.046)	-	64.511	395.487
Aparelhos em comodato	233.132	(142.397)	(5.185)	159.569	245.119
Infraestrutura	2.503.014	(340.315)	(535)	255.554	2.417.718
Bens de informática	155.942	(62.648)	(8)	59.130	152.416
Bens de uso geral	268.847	(48.402)	(386)	44.325	264.384
Direito de uso em arrendamentos	5.993.272	747.297	(415.060)	-	6.325.509
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	2.734.056	(739)	(3.805.109)	513.881

Notas Explicativas

(i) O valor de R\$415.060 é representado por remensuração de contratos e inclui alterações de vigência e escopo de aluguéis e também revisão de estimativa em relação a contratos de baixo valor veículos.

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutur a de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terrenos (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.019.900	400.262	1.500.909	1.404.438	6.325.509
Adições	630.805	295.874	237.150	427.478	1.591.307
Remensuração	(83.606)	(45.312)	(23.772)	(27.185)	(179.875)
Depreciação	(518.590)	(109.512)	(210.054)	(403.732)	(1.241.888)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.048.509	541.312	1.504.233	1.400.999	6.495.053
Vida útil - %	7,86%	9,70%	9,47%	3,24%	

- Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2021, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

15. Intangível

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas.

Notas Explicativas

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, tivemos a capitalização de encargos da licença 4G de 700MHz entre 2014 e 2019 e atualmente temos a capitalização de encargos na aquisição da licença 5G para radiofrequência não prontamente disponível e outras obrigações relacionadas a tal radiofrequência. Essa capitalização ocorre até que o ativo seja considerado disponível para uso pela Administração, e a partir desta data, encerra-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue.

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em dez/20	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em dez/21
Total Custo do Intangível Bruto	31.444.050	4.352.331	(1.165.840)	-	34.630.541
Direito de uso de softwares	19.117.515	-	(112.626)	906.115	19.911.004
Autorizações	9.931.248	50.408	(1.737)	1.171.578	11.151.497
Ágio (i)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	177.866	-	-	8.355	186.221
Outros ativos	329.626	-	-	3.490	333.116
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.572.960
Total Amortização Acumulada	(22.416.975)	(1.739.937)	111.450	-	(24.045.462)
Direito de uso de softwares	(16.378.487)	(1.164.210)	110.679	-	(17.432.018)
Autorizações	(5.816.241)	(542.196)	771	-	(6.357.666)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(67.966)	(8.731)	-	-	(76.697)
Outros ativos	(154.281)	(24.800)	-	-	(179.081)
Total Intangível Líquido	9.027.075	2.612.394	(1.054.390)	-	10.585.079
Direito de uso de softwares (c)	2.739.028	(1.164.210)	(1.947)	906.115	2.478.986
Autorizações (f)	4.115.007	(491.788)	(966)	1.171.578	4.793.831
Ágio (d)	1.527.220	-	(1.051.477)	-	475.743
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.900	(8.731)	-	8.355	109.524
Outros ativos	175.345	(24.800)	-	3.490	154.035
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	4.301.923	-	(2.089.538)	2.572.960

(i) Inclui a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R\$1.051.477.

Baixas Transferências

Notas Explicativas

	Saldo em dez/19	Saldo Companhia	Adições/ Amortização			Saldo em dez/20
Total Custo do Intangível Bruto	29.861.788	367.571	1.215.636	(945)	-	31.444.050
Direito de uso de softwares	18.184.382	-	-	(939)	934.072	19.117.515
Autorizações	9.811.794	-	32.105	(6)	87.355	9.931.248
Ágio	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	169.327	-	8.539	-	-	177.866
Outros ativos	327.360	-	-	-	2.266	329.626
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.276	-	1.174.992	-	(1.023.693)	360.575
Total Amortização Acumulada	(20.561.032)		(1.856.917)	974	-	(22.416.975)
Direito de uso de softwares	(15.093.166)	-	(1.286.295)	974	-	(16.378.487)
Autorizações	(5.278.413)	-	(537.828)	-	-	(5.816.241)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(60.204)	-	(7.762)	-	-	(67.966)
Outros ativos	(129.249)	-	(25.032)	-	-	(154.281)
Total Intangível Líquido	9.300.756	367.571	(641.281)	29	-	9.027.075
Direito de uso de softwares (c)	3.091.216	-	(1.286.295)	35	934.072	2.739.028
Autorizações (f)	4.533.381	-	(505.723)	(6)	87.355	4.115.007
Ágio (d)	1.159.649	367.571	-	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.123	-	777	-	-	109.900
Outros ativos	198.111	-	(25.032)	-	2.266	175.345
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.276	-	1.174.992	-	(1.023.693)	360.575

Os ativos intangíveis em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Inclui os valores de aquisição da Licença 5G, conforme nota 15.f.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 50
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

Notas Explicativas

(d) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia possui o seguinte ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente. TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012. A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$ 1.159.649.

Em novembro de 2021, a Companhia concluiu o *drop-down* de ativos líquidos relacionados ao negócio de banda larga residencial relativos à infraestrutura de rede secundária para a controlada integral FiberCo e realizou a alienação de 51% de participação societária da FiberCo, atualmente denominada I-Systems, em favor da IHS. Neste momento, em função do *closing* da transação, a TIM S.A. realizou a baixa de cerca de 90% do ágio total registrado na aquisição da TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. no montante de R\$1.051.477. Como resultado, a IHS passou a deter 51% do capital social da I-Systems, passando a TIM S.A. a ter participação minoritária (não controladora) de 49% sobre a I-Systems. Consequentemente, com o fechamento deste negócio em novembro de 2021, o ágio inicialmente registrado na aquisição das empresas Fiber RJ e Fiber SP foi reduzido para R\$108.171. Este é o saldo registrado em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A, a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

Ágio aquisição da “Intelig” pela TIM Participações – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

Teste de *impairment*

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM.

A metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* acima mencionados está sumarizada a seguir:

Notas Explicativas

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, portanto abrange o grupo consolidado. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia. Importante ressaltar que os resultados do grupo são representados essencialmente pela TIM S.A. Deste modo, os resultados da TIM S.A. são o principal gerador de caixa do Grupo TIM, visto que a única empresa operacional atuante no Brasil é a TIM S.A, e por essa razão a Companhia representa uma única unidade geradora de caixa para fins de teste de *impairment* de ativos de vida útil indefinida de acordo com IAS 36 / CPC01.

Em 31 de dezembro de 2021 o teste de *impairment* foi realizado comparando o *carrying amount* com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo nível 1 e o *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Seus títulos são negociados na BOVESPA com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

A mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso. Os efeitos da TIM Participações holding (incorporada pela TIM S.A) sobre o valor de *carrying amount* em 2021 eram irrelevantes e também seus efeitos sobre o resultado do Grupo Consolidado. Portanto, os cálculos realizados a nível consolidado contemplam essencialmente os resultados e saldos contábeis da TIM S.A., assim a Administração da Companhia conclui que a utilização da metodologia do valor justo menos custos de vendas é adequada para conclusão da não existência de constituir provisão para *impairment* uma vez que o valor justo menos o custo de venda é superior que o total *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).

Notas Explicativas

(f) Autorizações

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida, que totalizaram R\$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente (“AVP”). A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Conseqüentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 a 2019.

Em 2021, houve o registro relativo à aquisição das radiofrequências da telefonia móvel de 5ª Geração (“5G”). Em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G e sagrou-se vencedora em diversos lotes das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz. Estas licenças serão pagas em um período de 10 a 20 anos, com incidência de taxa Selic. Em dezembro de 2021, a Companhia assinou os Termos de autorização destas radiofrequências gerando a contabilização de ativo intangível relacionado às licenças no valor de R\$884 milhões e às obrigações relacionadas a estas licenças (entre elas, desembolsos com custos do edital e obrigações de desembolso com entidades administradoras abaixo descritas) no valor de R\$2.680 milhões.

Para o cumprimento das obrigações adicionais, é previsto, conforme edital, que haja a constituição de entidades administradoras, as quais são destinadas somente a cumprir com os compromissos previstos no Leilão. As empresas vencedoras do Leilão têm a obrigação de desembolsar somente os valores previstos em edital para que tais entidades cumpram com as obrigações definidas. Há obrigações adicionais previstas relacionadas a radiofrequência 3,5GHz (obrigação de limpeza da faixa, solução interferência, entre outras), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Faixa (“EAF”), e relacionadas a radiofrequência 26GHz (projeto de conectividade das escolas públicas), as quais devem ser cumpridas pela Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (“EACE”).

As radiofrequências 2,3GHz e 26GHz encontram-se prontamente disponíveis para uso pela Companhia (bens em serviço), gerando o registro em “Autorizações” dos valores relativos às licenças (R\$614 milhões) e as obrigações relacionadas a licença 26GHz, que serão cumpridas por meio da EACE (R\$550 milhões). Os desembolsos com a EACE (R\$633 milhões), previstos no Edital, ocorrerão em 5 parcelas semestrais entre 2022 e 2024, e tem correção monetária pelo IGP-DI. A Companhia avaliou a aplicação do conceito de ajuste a valor presente (“AVP”) no reconhecimento inicial (R\$83 milhões).

Já a radiofrequência 3,5GHz não está prontamente disponível, necessitando de atividades de limpeza de espectro para estar disponível para uso, e, portanto, encontra-se registrado em bens em andamento (R\$270 milhões). Desta forma, as obrigações relacionadas a esta atividade, a serem realizadas pela EAF (R\$2.104 milhões) também estão registradas em bens em andamento. Os desembolsos com a EAF, previstos no Edital, ocorrerão em 2 parcelas ao longo do ano de 2022, e têm correção monetária pelo IGP-DI.

Adicionalmente, conforme descrito anteriormente, a Companhia capitaliza custos de empréstimos para ativo qualificável que demanda período de tempo substancial para que esteja em condições de uso conforme pretendido pela Administração. Neste conceito enquadra-se a radiofrequência de 3,5GHz. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou em ativo intangível 1 milhão de juros Selic incorridos sobre a radiofrequência 3,5GHz e 19 milhões referente a correção monetária dos valores devidos à EAF. Estes saldos estão registrados em bens em andamento.

Desta forma o efeito total no ativo intangível da Companhia em 2021 referente às radiofrequências 5G e obrigações relacionadas foi de R\$3.584 milhões, sendo R\$2.394 em bens em andamento e R\$1.190 milhões em Autorizações.

Notas Explicativas

16. Arrendamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	2021	2020
LT Amazonas	166.944	162.198
Subleasing lojas - IFRS16	76.177	-
	243.121	162.198
Parcela circulante	(30.076)	(5.357)
Parcela não circulante	213.045	156.841

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
	55.939	167.320	176.895	400.154	243.121
LT Amazonas (i)	26.124	106.491	176.895	309.510	166.944
Subleasing lojas - IFRS16 (ii)	29.815	60.829	-	90.644	76.177

Notas Explicativas

(i) LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A. Nestes acordos, a Companhia e Telefónica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefónica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

(ii) Subleasing Lojas - IFRS16

A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de “lojas revenda”. O impacto no leasing passivo está refletido no grupo “Arrendamentos - Lojas & Quiosques”.

Passivo

	2021	2020
LT Amazonas (i)	302.091	290.385
Venda de Torres (leaseback) (ii)	1.507.629	1.256.410
Outros (iv)	142.458	115.027
Sub-total	1.952.178	1.661.822
Outros arrendamentos (iii):		
Arrendamentos - Infraestrutura de Rede	3.345.930	3.252.463
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	653.422	434.990
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	1.657.345	1.606.567
Arrendamentos - Fibra	1.454.664	1.422.993
Sub-total <i>leasing</i> IFRS16 / CPC 06 (R2)	7.111.361	6.717.013
Total	9.063.539	8.378.835
Parcela circulante	(1.269.878)	(1.054.709)
Parcela não circulante	7.793.661	7.324.126

O montante de juros pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) é de R\$ 599.296 (R\$ 567.261 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na nota 37.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

Notas Explicativas

	Até dezembro de 2022	Janeiro de 2023 a dezembro de 2026	Janeiro de 2027 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total - Passivo de arrendamento	2.139.718	6.431.022	5.898.599	14.469.339	9.063.539
LT Amazonas (i)	57.349	202.271	336.138	595.758	302.091
Venda e leaseback das Torres (ii)	245.800	992.299	2.135.989	3.374.088	1.507.629
Outros (iv)	28.348	112.493	142.458	283.299	142.458
Total Outros arrendamentos (iii)	1.808.221	5.123.959	3.284.014	10.216.194	7.111.361
Arrendamentos - Infraestrutura de rede	752.818	2.450.689	1.735.619	4.939.126	3.345.930
Arrendamentos - Lojas & Quiosques e Imóveis	183.468	440.996	356.198	980.662	653.422
Arrendamentos - Terrenos (Rede)	340.099	1.135.266	1.192.197	2.667.562	1.657.345
Arrendamentos - Fibra	531.836	1.097.008	-	1.628.844	1.454.664

i) LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

ii) Venda e leaseback das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* - "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "sale and leaseback" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 23).

As taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo.

Notas Explicativas

(iii) Outros arrendamentos:

Além dos contratos de arrendamentos citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2021 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 8,94% (9,06% em 2020).

(iv) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamentos em torres de transmissão.

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 36.310 (R\$ 28.523 em 31 de dezembro de 2020).

17. Outros valores a compensar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel.

Em 31 de dezembro de 2021, esse crédito é de R\$28.661 (R\$43.906 em 31 de dezembro de 2020).

18. Fornecedores

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Notas Explicativas

	2021	2020
	3.267.404	3.128.732
Moeda nacional	3.063.458	2.932.486
Fornecedores de materiais e serviços (i)	2.966.897	2.839.547
Interconexão (ii)	65.464	64.066
Roaming (iii)	212	212
Co-billing (iv)	30.885	28.661
Moeda estrangeira	203.946	196.246
Fornecedores de materiais e serviços (i)	153.082	148.888
Roaming (iii)	50.864	47.358
Parcela Circulante	3.267.404	3.128.732

(i) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(ii) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(iii) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(vi) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

19. Autorizações a pagar

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Renovação de autorizações (i)	191.329	188.498
Dívida ANATEL atualizada (ii)	164.269	146.949
Autorizações a pagar (iii)	3.525.489	-
	3.881.087	335.447
Parcela circulante	(2.630.169)	(102.507)
Parcela não circulante	1.250.918	232.940

(i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$ 191.329 (R\$ 188.498 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

- (ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$ 61 milhões (R\$ 164 milhões em 31 de dezembro de 2021) o qual ainda está pendente de julgamento.

- (iii) Conforme descrito na nota 15.f, em novembro de 2021, a TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5GHz e 26GHz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, ocorreu a assinatura dos Termos de Autorização, o que caracteriza a efetiva aquisição do direito sobre os lotes destas radiofrequências.

Para os valores relativos às radiofrequências (R\$884 milhões no registro inicial), há incidência de juros Selic, e a Companhia realizará pagamentos anuais pelo período de 20 anos. Já para os valores relacionados as obrigações de desembolsos com as entidades EAF e EACE (R\$2.737 milhões no registro inicial, sendo R\$2.654 milhões líquidos de AVP) há correção monetária por IGP-DI, e os desembolsos ocorrerão entre 2022 e 2024. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto é de 3.525 milhões.

As autorizações a pagar em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2023	406.371
2024	141.151
2025	46.535
2026	46.535
2027	46.535
2028	46.535
2029	46.535
2030	46.535
2031	46.535
	<u>1.250.918</u>

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de dezembro de 2021, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Termos de Autorização	Data de Expiração									
	<u>450 MHz</u>	<u>800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz</u>	<u>Frequências adicionais 1800 MHz</u>	<u>1900 MHz e 2100 MHz (3G)</u>	<u>2500 MHz Banda V1 (4G)</u>	<u>2500 MHz (Banda P** (4G)</u>	<u>700 MHz (4G)</u>	<u>2,3GHz (5G)</u>	<u>3,5GHz (5G)</u>	<u>26GHz (5G)</u>
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)

Notas Explicativas

Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) - fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Sul - Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
						AR41, Curitiba e Região Metropolitana - julho, 2031				
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 - julho, 2031	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras e 5G)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029	Dezembro, 2041	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031 (lotes I e J) e Dezembro, 2041 (lotes H)
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029	-	Dezembro, 2041	Dezembro, 2031

* Termos já renovados por 15 anos.

** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

Notas Explicativas

20. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

<u>Descrição</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>dez/21</u>	<u>dez/20</u>
KFW Finnvera (ii)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	278.176	344.125
BAML (ii)	EUR	0,2790% a.a.	Ago/21	-	570.844
Scotia ¹ (ii)	USD	1,2410% a 1,7340% a.a.	Abr/24	559.650	1.030.761
BNP Paribas (ii)	USD	2,8220% a.a.	Jan/22	428.793	399.302
BNP Paribas (ii)	BRL	7,0907% a.a.	Jan/24	515.166	-
Debêntures ² (ii)	BRL	IPCA + 4,1682% a.a. (i)	Jun/28	1.667.399	-
BNDES (i)	BRL	IPCA + 4,2283% a.a.	Nov/31	396.281	-
Total				3.845.465	2.345.032
Circulante				(538.450)	(1.689.385)
Não circulante				3.307.015	655.647

¹ A taxa da dívida ativa em 31/12/21 com o banco Scotia é de 1,4748% a.a.

² É prevista uma redução automática de até 0,25bps em juros remuneratórios observará o cumprimento de metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão.

Garantias

(i) Determinados recebíveis da TIM S.A.;

(ii) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados semestralmente. Em fevereiro de 2020 a Companhia realizou o pré-pagamento total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES ativos àquela época, contudo ainda existem contratos em vigor com o banco regulando as linhas de crédito disponíveis para saque que estão demonstradas no quadro abaixo. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. A Companhia vem cumprindo todos os índices estabelecidos.

Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao The Bank of Nova Scotia, no valor de R\$ 572 milhões, custo de CDI + 1,05% a.a. e prazo de 3 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.

Em abril de 2021, a Companhia contratou uma nova operação de empréstimo junto ao banco BNP Paribas, no valor de R\$ 500 milhões, custo de CDI + 1,07% a.a. e prazo de 2,9 anos. A operação teve como objetivo fortalecer o caixa da Companhia para capital de giro.

Notas Explicativas

Em junho de 2021, a Companhia, realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, no valor de R\$1.600 milhão. As debêntures contam com uma componente sustentável que permite sua qualificação como *sustainability-linked* e, em caso de cumprimento das metas sustentáveis estabelecidas na escritura de emissão, os juros remuneratórios de IPCA + 4,1682% a.a. poderão ser reduzidos automaticamente em até 0,25bps. As debêntures terão juros semestrais e as amortizações acontecerão, respectivamente, no 5º, 6º e 7º ano. A emissão objetivou o financiamento de projetos de implantação, ampliação e modernização de redes fixa e móvel em diferentes tecnologias, incluindo 5G, e se enquadra no disposto da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011. No âmbito desta operação, a Companhia optou por celebrar um contrato de *swap* de taxas de juros com objetivo de hedge, ao custo de para CDI + 0,95% ao ano. Durante o prazo de vigência da operação, também deverá ser observado o cumprimento do índice financeiro Dívida líquida sobre EBITDA, indicador este cumprido até a presente data.

Em novembro de 2021, a Companhia captou junto ao BNDES a linha de crédito FINAME, no valor total disponível de R\$ 390 milhões, ao custo de IPCA + 4,2283% a.a. e prazo total de 10 anos com carência de 3 anos para início da amortização. A Companhia optou por celebrar um contrato de *swap* de taxas de juros com o objetivo de *hedge*, ao custo final de 96,95% do CDI.

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponíveis:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 31 de dezembro 2021
BNDES (i)	TJLP	Mai/18	Mar/22	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (ii)	TJLP	Mai/18	Mar/22	20.000	20.000	-
FINAME (iii)	IPCA	Mar/19	Mar/22	390.000	-	390.000
BNB (iv)	IPCA	Jan/20	Jun/23	752.479	752.479	-
Total R\$:				2.252.479	1.862.479	390.000

Objetivo:

- (i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais
- (ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade
- (iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional
- (iv) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco do Nordeste do Brasil

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2023	88.818
2024	1.125.526
2025	80.712
2026	615.727
2027	615.727
2028	618.006
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	<u>3.307.015</u>

Notas Explicativas

O valor nominal dos empréstimos e financiamentos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valor nominal
2022	538.450
2023	88.818
2024	1.125.526
2025	80.712
2026	615.727
2027	615.727
2028	618.006
2029	55.714
2030	55.714
2031	51.071
	3.845.465

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Ambos são financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um cunho de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores. Para fins de análise de valor justo, considerando as características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia, BNP Paribas, Debêntures e BNDES considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 31 de dezembro de 2021 é, respectivamente, R\$ 563.259, R\$ 524.422, R\$ 1.635.203 e R\$ 384.073.

21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	1.421.955	938.880
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	303.721	359.498
Impostos e Taxas ANATEL (i)	1.042.933	509.087
Imposto sobre Serviço - ISS	66.075	66.082
Outros	9.226	4.213
Parcela circulante	(1.418.682)	(935.778)
Parcela não circulante	3.273	3.102

Notas Explicativas

(i) Em 2020, para minimizar os impactos da pandemia, foi editada a Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, que autorizou a postergação dos vencimentos para 31 de agosto de 2020 de tributos tais como TFF, Condecine e CFRP no valor de R\$ 790 milhões. No terceiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou o pagamento parcial no montante de R\$300 milhões referente a CFRP e Condecine, mas por força de liminar em medida judicial não houve necessidade de realização do pagamento do Fistel (TFF), que permanece em aberto até decisão final.

Em 2021, novamente houve o pagamento parcial das taxas de cerca de R\$300 milhões referentes às CFRP e Condecine e o valor remanescente de R\$480 milhões relativo ao Fistel (TFF) de 2021 segue suspenso, sem data definida para pagamento com base em liminar também proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região.

Durante o exercício de 2021, houve o reconhecimento de R\$51,2 milhões de juros moratórios incidentes sobre os valores de Fistel (TFF) relativos ao exercício de 2020 e 2021 com pagamento suspenso por decisão liminar.

22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2021, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	258.340	508.743
Imposto de renda e contribuição social (i)	186.294	313.145
PIS / COFINS	41.916	154.353
Outros (ii)	30.130	41.245
Parcela circulante	(245.113)	(296.299)
Parcela não circulante	13.227	212.444

(i) A variação está relacionada à alteração da apuração do Lucro Real Anual pelo Lucro Real Trimestral. Nesse sentido, o valor apresentado em dezembro de 2020 compreendia o IRPJ e a CSLL devidos entre janeiro e dezembro daquele ano, enquanto em 2021 o passivo apresentado representa apenas o montante devido no 4º Trimestre.

(ii) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

Notas Explicativas

23. Receitas diferidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas diferidas	886.340	1.021.924
Serviços a prestar pré-pago (i)	118.795	189.482
Subvenções governamentais (ii)	11.184	24.732
Receitas antecipadas	8.522	11.163
Receitas diferidas sobre venda de torres (iii)	734.826	788.921
Passivo contratual (iv)	13.013	7.626
Parcela circulante	(197.179)	(266.436)
Parcela não circulante	689.161	755.488

(i) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(ii) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 203 milhões e o montante em aberto em 31 de dezembro de 2021 é de R\$11.184 (R\$24.732 em 31 de dezembro de 2020). Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de “outras receitas (despesas), líquidas” (nota 29).

(iii) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 16).

(iv) Contratos com clientes. A tabela abaixo contempla informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

	2021
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.051.120
Ativo contratual	15.340
Passivo contratual	(13.013)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Notas Explicativas

Resumo das principais variações no exercício.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.288
Adições	8.800
Baixas	(13.761)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.327

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2022	2023
Ativo (passivo) contratual	3.685	(1.358)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

Notas Explicativas

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	2021	2020
Provisão para processos judiciais e administrativos	960.881	886.947
Cível (a)	309.019	245.432
Trabalhistas (b)	192.132	213.026
Tributária (c)	429.951	399.288
Regulatória (d)	29.779	29.201

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-20	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-21
	886.947	278.789	(316.804)	111.949	960.881
Cível (a)	245.432	175.715	(194.501)	82.373	309.019
Trabalhistas (b)	213.026	71.961	(98.730)	5.875	192.132
Tributária (c)	399.288	31.078	(23.539)	23.124	429.951
Regulatória (d)	29.201	35	(34)	577	29.779

	dez-19	Saldo Companhia incorporada	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	dez-20
	703.522	125.956	333.724	(413.634)	137.379	886.947
Cível (a)	208.202	4.501	224.416	(266.872)	75.185	245.432
Trabalhistas (b)	208.224	45.691	63.649	(138.899)	34.361	213.026
Tributária (c)	254.833	75.646	48.897	(7.792)	27.704	399.288
Regulatória (d)	32.263	118	(3.238)	(71)	129	29.201

Notas Explicativas

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis

a.1 *Ações movidas por consumidores*

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante provisionado de R\$150.881 (R\$ 139.429 em 31 de dezembro de 2020) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, alteração unilateral de contratos e negativação indevida.

a.2 *Órgãos de Defesa do Consumidor*

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R\$116.985 (R\$51.713 em 31 de dezembro 2020).

a.3 *Ex- parceiros comerciais*

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R\$20.708 (R\$ 18.634 em 31 de dezembro de 2020).

a.4 *Outros*

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras, se discute: (i) subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iii) suposto descumprimento de contrato e; (iv). Os valores envolvidos equivalem a R\$20.089 (R\$33.682 em 31 de dezembro de 2020).

a.5 *Socioambiental e infraestrutura*

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Infraestruturas (instalação/operação). Os valores envolvidos e provisionados equivalem a R\$356 (R\$610 em 31 de dezembro de 2020).

a.6 *ANATEL*

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Não existe valor correspondente em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.364 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

b. Processos trabalhistas

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável, adicionais legais e horas extras, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 1.314 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 (1.873 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R\$ 192.132 atualizado monetariamente (R\$ 213.026 em 31 de dezembro de 2020).

c. Processos tributários

	2021	2020
Tributos Federais	202.743	182.146
Tributos Estaduais	145.436	135.891
Tributos Municipais	7.626	5.633
Processos TIM S.A (<i>Purchase price allocation</i>)	74.146	75.618
	<u>429.951</u>	<u>399.288</u>

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC.

Tributos federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A provisão para a TIM S.A. suporta sessenta e quatro processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 8.510 (R\$ 8.355 em 31 de dezembro de 2020), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 15.149 (R\$ 14.771 em 31 de dezembro de 2020).
- (ii) A Companhia constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela Companhia a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 39.554 (R\$ 38.584 em 31 de dezembro de 2020).
- (iii) Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para o processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não

Notas Explicativas

sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R\$ 60.382 (R\$ 58.988 em 31 de dezembro de 2020).

- (iv) A empresa constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 18.579 (R\$ 5.313 em 31 de dezembro de 2020).

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

A provisão para a TIM S.A. suporta noventa e um processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 41.352 (R\$ 36.491 em 31 de dezembro de 2020), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 5.291 (R\$ 5.135 em 31 de dezembro de 2020), bem como (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 16.216 (R\$ 15.751 em 31 de dezembro de 2020), (iv) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 16.374 (R\$ 14.912 em 31 de dezembro de 2020) e (v) créditos relacionados com operações de substituição tributária, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 22.183 (sem equivalência em 31 de dezembro de 2020). (vi) suposta falta de recolhimento ou apropriação supostamente indevida de créditos relativos ao diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL), cujos valores atualizados equivalem a R\$ 13.963 (sem equivalência em 31 de dezembro de 2020).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R\$74.146 (R\$75.618 em 31 de dezembro de 2020).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (“PADOs”), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ 29.779 (R\$ 29.201 em 31 de dezembro de 2020).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

Notas Explicativas

	2021	2020
	18.140.556	18.147.562
Cível (e.1)	1.292.202	1.101.332
Trabalhista e previdenciária (e.2)	392.035	340.801
Tributária (e.3)	16.309.439	16.586.353
Regulatória (e.4)	146.880	119.076

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	2021	2020
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	160.696	220.347
ANATEL (e.1.2)	258.683	223.066
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	493.806	160.279
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	216.054	193.529
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	99.743	154.187
Outros (e.1.6)	63.220	149.924
	1.292.202	1.101.332

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute, dentre outros temas: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

Notas Explicativas

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) valores supostamente devidos em decorrência de subscrição acionária; (ii) pedidos de indenização por responsabilidade civil; (iv) suposto descumprimento de contrato.

e.2. Trabalhista e Previdenciária

e.2.1. Previdenciária

A TIM S.A recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor provável de R\$ 23.786 atualizado (R\$ 10.467 em 31 de dezembro de 2020). Ainda, recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, sob suposto não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas recebidas a título de abono indenizatório, gratificação não-ajustada, hiring bônus e incentive, no valor possível total de R\$ 85.720 atualizado (R\$ 22.829 atualizado em 31 de dezembro de 2020).

e.2.2. Trabalhistas

Há 3.067 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 (3.038 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R\$ 306.315 atualizado (R\$317.971 em 31 de dezembro de 2020).

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

e.3. Tributárias

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	16.309.439	16.586.353
Tributos Federais (e.3.1)	3.026.326	4.268.212
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.782.114	8.562.352
Tributos Municipais (e.3.3)	1.234.618	740.813
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	3.266.381	3.014.976

Notas Explicativas

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 12.133.168 (R\$ 11.976.959 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 3.026.326 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 4.268.212 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 1.467.409 (R\$ 2.715.670 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia foi intimada do acórdão em 28 de abril de 2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R\$1,4 bilhão.
- b. Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 231.810 (R\$ 193.181 em 31 de dezembro de 2020).
- c. Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$ 69.124 (R\$ 67.572 em 31 de dezembro de 2020).
- d. Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$ 268.170 (R\$ 259.088 em 31 de dezembro de 2020).
- e. Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 410.662 (R\$ 399.691 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 8.782.114 (R\$ 8.562.352 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$ 1.140.553 (R\$ 1.128.741 em 31 de dezembro de 2020).
- b. Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 356.251 (R\$ 492.935 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

- c. Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R\$ 654.011 (R\$ 608.316 em 31 de dezembro de 2020).
- d. Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de dezembro de 2021, o montante envolvido é de R\$ 3.449.439 (R\$ 3.356.501 em 31 de dezembro de 2020).
- e. Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de 138.242 (R\$ 136.286 em 31 de dezembro de 2020).
- f. Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$727.057 (R\$ 698.673 em 31 de dezembro de 2020).
- g. Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$547.575 (R\$ 249.271 em 31 de dezembro de 2020).
- h. Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 116.700 (R\$ 197.521 em 31 de dezembro de 2020).
- i. Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 286.519 (R\$ 260.447 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R\$ 1.234.618 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 740.813 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 618.343 (R\$ 150.023 em 31 de dezembro de 2020).
- b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R\$ 399.141 (R\$ 385.536 em 31 de dezembro de 2020).
- c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 137.944 (R\$ 126.159 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas

e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL com classificação de risco possível é de R\$3.266.381 (R\$ 3.014.976 em 31 de dezembro de 2020). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 120.218 (R\$ 119.076 em 31 de dezembro de 2020). A variação decorreu principalmente de atualização monetária no exercício.

Em 22 de agosto de 2019, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da TIM, que vinha sendo negociado desde junho de 2018 com o regulador. O acordo abrange um valor de referência das sanções de R\$ 627 milhões. O compromisso prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos índices de reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 366 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura será implementada em três anos - sendo mais de 80% nos primeiros dois anos - estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais prestadoras.

Em 19 de junho de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o referido TAC após deliberação final do Regulador e a assinatura do termo ocorreu em 25 de junho. O acordo abrange sanções que totalizam um valor de aproximadamente R\$ 639 milhões, atualizados, que serão arquivadas em função de compromissos representados em ações de melhoria de qualidade e experiência do cliente bem como incremento de infraestrutura de rede em mais de 2.000 localidades.

Ao longo do quarto trimestre de 2021, a Companhia executou todas as atividades planejadas para o estrito cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) celebrado junto à Anatel, visando o atingimento das metas associadas ao 2º ano TAC. Com o fechamento do 1º Ano TAC, as atividades de fiscalização por parte da Agência estão ocorrendo em relação aos compromissos vencidos, já havendo sido reconhecidos como cumpridos por parte da Anatel: Compromissos Adicionais; Controles Internos; Índice de Reclamações; índice Geral de Qualidade; Numeração; Interconexão e; Óbice. A Companhia seguirá na plena implementação dos mecanismos de acompanhamento interno por meio do reporte trimestral da evolução dos cronogramas pelo Escritório de Governança em Reunião de Diretoria e Conselho de Administração. A Companhia vem cumprindo, até o momento, o cronograma de implementação do TAC sem necessidade de nenhuma obrigação adicional.

Notas Explicativas

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

25. Patrimônio líquido

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

Em 2 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o grupamento da totalidade das 42.296.789.606 ações ordinárias e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do Art. 12 da Lei nº 6.404/76, sem modificação do capital social, na proporção de 100 ações para formar 1 ação ordinária, passando o capital social, a ser representado por 422.967.896 ações ordinárias e sem valor nominal, preservando todos os direitos e vantagens das referidas ações ordinárias. O grupamento proposto não resultou em frações de ações. A incorporação resultou no cancelamento de todas as ações de emissão da Companhia, as quais eram de titularidade da TIM Participações.

Após a incorporação, mencionada na nota 1, e verificada a condição suspensiva, os acionistas da TIM Participações receberam 1 ação ordinária de emissão da TIM S.A para cada 1 ação ordinária de emissão da TIM Participações de sua titularidade, o que, assumindo a manutenção do número de ações de emissão da TIM Participações ex-tesouraria, resultou na emissão de 2.420.447.019 ações ordinárias pela TIM S.A., todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 1.719 definido no protocolo de incorporação, o qual passou a ser representado por R\$13.477.891.

Em 28 de setembro de 2020, em reunião do Conselho de administração, os conselheiros da Companhia tomaram conhecimento dos pagamentos relacionados às outorgas de 2018 e 2019, realizados por meio da transferência das ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, conforme previsto nos Planos e nos termos do Programa de Recompra aprovado pelo Conselho de Administração da TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A), em reunião realizada em 29 de julho de 2020, no montante de 357.379 ações (nota 1).

Notas Explicativas

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	2021	2020
	401.806	397.183
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Plano de incentivo a longo prazo	48.202	43.579

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 1).

b.2 Plano de incentivo a longo prazo

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia relacionadas ao programa de incentivo a longo prazo, concedido aos empregados (nota 26).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

Notas Explicativas

c.3 Reserva de benefício fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros da mesma. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R\$ 1.958.301 (R\$1.781.560 em 31 de dezembro de 2020).

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.957.174	1.843.690
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(176.741)	(169.541)
(-) Constituição da reserva legal	(139.021)	(83.708)
Lucro líquido ajustado	2.641.412	1.590.441
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	660.353	397.611
Composição dos dividendos a pagar e JCP:		
Juros sobre capital próprio	1.047.500	1.083.000
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.047.500	1.083.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(142.977)	(162.450)
Total de dividendos e JCP líquidos	904.523	920.550

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das demonstrações financeiras são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio.

Durante o ano de 2021, foi distribuído o montante de R\$1.047.500, conforme apresentado abaixo:

Provento JSCP	Aprovação	Pagamento
R\$ 350.000	09/06/2021	20/07/2021
R\$ 137.500	24/09/2021	27/10/2021
R\$ 560.000	15/12/2021	25/01/2022

O saldo em 31 de dezembro de 2021 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar”, totalizando R\$ 533.580 é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de

Notas Explicativas

R\$49.955 (R\$43.026 em 31 de dezembro 2020) além do valor liquidado em 25 de janeiro de 2022, no montante de R\$ 483.625 líquidos

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016, Plano 2018-2020 e Plano 2021-2023

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014, 19 de abril de 2018 e 30 de março de 2021, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo; “Plano 2011-2013”, “Plano 2014-2016”, “Plano 2018-2020” e “Plano 2021-2023” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto os Planos 2018-2020 e 2021-2023 preveem a outorga de ações (*performance shares e/ou restricted shares*).

O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já os Planos 2018-2020 e 2021-2023 propõem conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos à permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para os Planos 2018-2020 e 2021-2023 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, os novos Planos, além de considerar a transferência de Ações, preveem também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o *fair value* das opções e o valor das ações, sendo reconhecido nos resultados ao longo do período *vesting* (carência).

Notas Explicativas

Tabela Programa Opções de Ações (Stock Options)

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	nov/22	R\$ 8,10	295.063	-	(182.511)	-	-	112.552
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out/21	R\$ 8,45	21.771	-	(21.771)	-	-	-
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set/20	R\$ 13,42	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul/19	R\$ 8,13	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set/18	R\$ 8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago/17	R\$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	17.532.884			316.834	-	(204.282)	-	-	112.552
Preço médio ponderado do saldo de outorgas				R\$ 8,10					

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Identificação Outorga	Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Outorga	Saldo no início do exercício	Outorgadas durante o exercício	Transferidas durante o exercício*			Pagas em Dinheiro*			Canceladas durante o exercício	Saldo no final do exercício
						Volume Vested	Variação Performance	Adicional Dividendos	Volume Vested	Variação Performance	Adicional Dividendos		
Plano 2021-2023 Outorga(s) 2021	3.431.610	mai/24	R\$ 12,95	-	3.431.610	-	-	-	-	-	-	(311.876)	3.119.734
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2020	796.054	abr/23	R\$ 14,40	796.054	-	(206.578)	(51.634)	(8.933)	-	-	-	(70.378)	519.098
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2019	930.662	jul/22	R\$ 11,28	687.895	-	(207.859)	(78.111)	(23.252)	-	-	-	(53.006)	427.030
Plano 2018-2020 Outorga(s) 2018*	849.932	abr/21	R\$ 14,41	199.594	-	(187.039)	(42.854)	(22.250)	(9.101)	(2.305)	(1.094)	(3.454)	-
Total	6.008.258			1.683.543	3.431.610	(601.476)	(172.599)	(54.435)	(9.101)	(2.305)	(1.094)	(438.714)	4.065.862
Preço médio ponderado do saldo de outorgas				R\$ 12,96									

Os dados significativos incluídos no modelo, para as Outorgas de opções de ações foram:

Data de outorga	Preço Base – média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94% a.a
Outorga 2012	R\$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89% a.a
Outorga 2013	R\$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2014	R\$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2015	R\$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10% a.a
Outorga 2016	R\$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a

Notas Explicativas

Nota: Os dados significativos são característicos de plano baseado em opções, considerando utilização do valor justo (*fair value*) como o método adequado para calcular as despesas com a remuneração por opções.

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM S.A. (TIM Participações S.A. antes da incorporação pela TIM S.A. em 31 de agosto de 2020), considerando os seguintes períodos:

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.
- **Plano 2018-2020 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de junho de 2019 à 30 de junho de 2019.
- **Plano 2018-2020 – 3ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2020 à 31 de março de 2020.
- **Plano 2021-2023 – 1ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM S.A. no período de 01 de março de 2021 à 31 de março de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$22.212 (R\$ 9.999 em 31 de dezembro de 2020).

27. Receita líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Notas Explicativas

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços líquidas, também inclui as receitas originadas por contratos de novas parcerias (financeira, educação e publicidade), o valor de receitas reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 119.457.

Em relação a parceria financeira, foi instaurado o Procedimento Arbitral nº 28/2021/SEC8, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC” e “Procedimento Arbitral”, respectivamente), pela TIM em face do Banco C6 S.A., Carbon Holding Financeira S.A. e Carbon Holding S.A. (em conjunto, “Requeridos”), por meio do qual discutir-se-á a interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria entre as partes. Em caso de perda, a parceria poderá ser rescindida.

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

Identificação dos contratos

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou, principalmente, a existência das seguintes obrigações de desempenho:

Notas Explicativas

- (i) venda de equipamentos; e
 (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 /CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 11) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	2021	2020
Receita líquida	18.058.027	17.267.812
Receita bruta	25.357.429	24.346.101
Receita de serviços	24.264.246	23.279.423
Receita de serviços - Móvel	22.433.225	21.522.135
Receita de serviços - Fixa	1.831.021	1.757.288
Venda de mercadorias	1.093.183	1.066.678
Deduções da receita bruta	(7.299.402)	(7.078.289)
Impostos incidentes	(4.679.722)	(4.534.582)
Descontos concedidos	(2.610.388)	(2.531.920)
Devoluções e outros	(9.292)	(11.787)

Notas Explicativas

28. Custos e despesas operacionais

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021				2020			
	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(8.443.023)	(4.621.788)	(1.723.384)	(14.788.195)	(7.996.615)	(4.443.027)	(1.656.267)	(14.095.909)
Pessoal	(62.214)	(676.479)	(387.735)	(1.126.428)	(58.024)	(632.231)	(313.400)	(1.003.655)
Serviços de terceiros	(560.039)	(1.763.360)	(668.641)	(2.992.040)	(587.835)	(1.743.644)	(532.044)	(2.863.523)
Interconexão e meios de conexão	(1.840.139)	-	-	(1.840.139)	(1.672.655)	-	-	(1.672.655)
Depreciação e amortização	(4.847.995)	(265.565)	(578.136)	(5.691.696)	(4.569.064)	(247.666)	(710.282)	(5.527.012)
Impostos, taxas e contribuições	(34.732)	(777.819)	(29.388)	(841.939)	(28.675)	(761.152)	(23.809)	(813.636)
Aluguéis e seguros	(362.171)	(109.781)	(20.082)	(492.034)	(316.650)	(107.550)	(15.743)	(439.943)
Custo das mercadorias	(731.007)	-	-	(731.007)	(756.060)	-	-	(756.060)
Publicidade e propaganda	-	(459.811)	-	(459.811)	-	(377.184)	-	(377.184)
Perdas por créditos de liquidação	-	(544.642)	-	(544.642)	-	(552.817)	-	(552.817)
Outros	(4.726)	(24.331)	(39.402)	(68.459)	(7.652)	(20.783)	(60.989)	(89.424)

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

29. Outras receitas (despesas), líquidas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas		
Receita de subvenção, líquida	13.548	17.427
Multas s/ serviços de telecomunicações	58.793	37.490
Receita na alienação de ativos (i)	2.711.535	5.375
Outras receitas	65.482	65.216
	2.849.358	125.508
Despesas		
FUST/FUNTEL (ii)	(134.962)	(133.378)
Impostos, taxas e contribuições	(2.274)	(10.316)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(248.987)	(292.439)
Despesa na alienação de ativos (i)	(1.942.791)	(13.538)
Outras despesas	(22.573)	(32.823)
	(2.351.587)	(482.494)
Outras receitas (despesas), líquidas	497.771	(356.986)

Notas Explicativas

(i) Representa a receita na alienação de 51% de participação acionária da I-Systems (antiga FiberCo) vendida à IHS no montante de R\$ 2.709.251, que é composto pelo caixa (secundária) pago à TIM S.A. e o valor justo da participação minoritária de 49% que se manteve com a TIM S.A.

Nas despesas, o montante de 1.927.014 é representado pela baixa do acervo líquido baixado na TIM S.A. e integralizado como capital social na I-Systems, além da baixa do ágio e IR diferido relacionado ao ágio em função da alienação de 51% da I-Systems (antiga FiberCo). O ganho desta transação antes do IR e CS é de R\$ 782.237. Vide nota 1.

(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

30. Receitas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Receitas financeiras	1.091.748	432.287
Juros sobre aplicações financeiras	339.681	81.672
Juros de clientes	28.427	28.686
Juros swap	203.852	32.955
Juros sobre arrendamento	24.788	19.924
Atualização monetária (i)	208.029	110.970
Outros derivativos (ii)	285.009	155.165
Outras receitas	1.962	2.915

(i) Parte substancial está relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais e administrativos e depósitos judiciais.

(ii) Trata-se da diferença entre o custo e o valor de mercado da opção de subscrição de ações referente a parceria do Banco C6, portanto o valor de marcação a mercado destes derivativos inclui ganho de R\$285 milhões referente a opção de ações de direito da companhia obtida em função de atingimento de meta contratual definida em parceria operacional iniciada em 2020. O valor de mercado foi calculado com base em informações disponíveis na última transação de investimento realizada pelo parceiro e divulgado no mercado. As divulgações deste instrumento financeiro derivativo estão detalhadas na nota 37, o qual foi mensurado pelo valor justo, e será mensurado subsequentemente no resultado da Companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 27.

Notas Explicativas

31. Despesas financeiras

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas financeiras	(1.745.213)	(1.232.781)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(99.183)	(70.392)
Juros sobre impostos e taxas	(61.745)	(43.311)
Juros swap	(352.029)	(45.970)
Juros sobre leasing	(845.033)	(766.263)
Atualização monetária (i)	(247.200)	(155.036)
Descontos concedidos	(52.509)	(33.725)
Outras despesas	(87.514)	(118.084)

(i) Parte substancial relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais, no montante de R\$ 111.949, vide nota 24 (R\$ 137.379 em 31 de dezembro de 2020).

32. Variação cambial, líquida

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas		
Empréstimos e financiamentos (ii)	215.262	-
Fornecedores	13.190	15.952
Swap (i)	275.836	305.012
Outros	16.640	43.155
	<u>520.928</u>	<u>364.119</u>
Despesas		
Empréstimos e financiamentos (ii)	(275.724)	(305.010)
Fornecedores	(20.061)	(45.901)
Swap (i)	(215.262)	-
Outros	(9.222)	(19.991)
	<u>(520.269)</u>	<u>(370.902)</u>
Variações cambiais, líquidas	<u>659</u>	<u>(6.783)</u>

(i) Refere-se a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira (nota 37).

(ii) Refere-se principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

33. Despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	9.697	(684.099)
Contribuição social do exercício	26.538	(232.671)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (i)	167.118	164.442
	<u>203.353</u>	<u>(752.328)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	(255.972)	453.274
Contribuição social diferida	(93.432)	144.775
	<u>(349.404)</u>	<u>598.049</u>
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	-	(9.671)
	<u>(349.404)</u>	<u>588.378</u>
	<u>(146.051)</u>	<u>(163.950)</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.103.225	2.007.640
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(1.055.097)	(682.598)
(Adições) / exclusões:		
<i>Adições, exclusões permanentes:</i>		
Receitas não tributáveis	135.465	11.370
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(53.505)	(42.329)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (i)	167.118	164.442
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	356.150	368.220
Venda I – Systems (antiga FiberCo) (ii)	(335.935)	-
Crédito de IR/CS sobre Selic de Indébito Tributário (iii)	534.804	-
Reversão Provisão de IR/CS TIM Nordeste (iv)	87.565	-
Outros valores	17.384	16.945
	<u>909.046</u>	<u>518.648</u>
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	<u>(146.051)</u>	<u>(163.950)</u>
Alíquota efetiva	<u>4,71%</u>	<u>8,17%</u>

(i) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A TIM S.A possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

(ii) Referem-se aos impostos diferidos sobre o ágio baixado, conforme transação de venda descrita na nota 1, ocorrida em novembro de 2021 entre a TIM S.A. e a IHS. Vide nota 15.d.

Notas Explicativas

(iii) Conforme mencionado na nota 9, em setembro de 2021, o STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento pela não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da SELIC nos processos de repetição de indébito. Apesar de o acórdão da decisão citada ainda estar pendente de publicação, assim como o processo específico da TIM ainda pender de julgamento, a TIM registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R\$ 534 milhões, visto que a realização do ganho pela Companhia passa a ser provável.

(iv) No 2º trimestre de 2021, houve impacto positivo de R\$ 87 milhões decorrente da baixa de ativo e reversão de provisão de IR/CSLL, constituída em 2009, em virtude de êxito parcial em processo administrativo relacionado à incorporação da empresa TIM Nordeste pela TIM Celular.

34. Lucro por ação

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

O número de ações da TIM.S.A. antes da reorganização societária era 2.420.447.019, um número equivalente ao número de ações ordinárias da TIM Participações na data de incorporação. Conseqüentemente o lucro por ação básico e diluído foram calculados considerando o impacto retrospectivo da alteração na quantidade de ações conforme IAS 33/CPC 41.

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.957.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.314	2.420.804
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	1,22	0,76

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.957.174	1.843.690
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.638	2.421.065
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	1,22	0,76

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 324 milhares (261 milhares em 31 de dezembro de 2020) de ações relacionadas ao plano de incentivo a longo prazo, conforme mencionado na nota 26.

Notas Explicativas

35. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia são os seguintes:

	Ativo	
	2021	2020
Telecom Italia Sparkle (i)	1.414	1.630
Gruppo Havas (vi)	83.613	-
TI Sparkle (iii)	5.084	1.915
TIM Brasil (vii)	23.069	6.129
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.502	370
I Systems (ix)	5.879	-
Outros	674	674
Total	121.235	10.718

	Passivo	
	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	71.288	75.317
Telecom Italia Sparkle (i)	3.689	10.576
TI Sparkle (iii)	10.205	7.333
TIM Brasil (iv)	6.558	6.145
Grupo Vivendi (v)	1.238	1.150
Gruppo Havas (vi)	19.794	24.068
I Systems (viii)	31.596	-
Outros	4.585	2.797
Total	148.953	127.386

	Receita	
	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	1.112	1.197
Telecom Italia Sparkle (i)	353	2.994
TI Sparkle (iii)	3.347	4.059
I Systems (ix)	5.881	-
Total	10.693	8.250

Notas Explicativas

	Custo/Despesa	
	2021	2020
Telecom Italia S.p.A. (ii)	105.137	110.407
Telecom Italia Sparkle (i)	19.219	27.485
TI Sparkle (iii)	20.533	19.923
Grupo Vivendi (v)	1.271	1.207
Gruppo Havas (vi)	206.349	207.682
I Systems (viii)	31.596	-
Outros	22.597	22.308
Total	406.702	389.012

(i) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.

(ii) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM.S.A o direito de utilização da marca “TIM” mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.

(iii) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(iv) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.

(v) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

(vi) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R\$143.439 (R\$ 195.117 em 31 de dezembro de 2020), estão relacionados aos repasses de mídia.

(vii) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(viii) Os valores referem-se a serviços de infraestrutura de fibra.

(ix) Os valores referem-se a serviços prestados pela TIM S.A., principalmente relativos à operação e manutenção de rede, no escopo do Contrato de Serviços de Transição, firmado no momento do *closing* da transação.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia investiu R\$ 9.147 (R\$ 4.829 em 31 de dezembro de 2020)

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

36. Remuneração da Administração

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Notas Explicativas

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo	31.494	23.949
Outros benefícios de longo prazo	1.052	4.544
Remuneração baseada em ações	15.176	6.343
	47.722	34.836

37. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se os derivativos que são ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais ativos/passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a "hedge accounting".

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap*.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de *swap* com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no balanço e resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos remanescente de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de *swap*. Os ganhos ou perdas com esses contratos de *swap* são registrados no resultado da Companhia.

Notas Explicativas

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA, taxa pré e/ou TLP, quando tais taxas tiverem um risco na visão da companhia de não acompanhar proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). A Companhia optou por proteger a exposição atrelada ao IPCA decorrente da emissão de debêntures e financiamento junto ao BNDES, e a exposição a taxa pré atrelada a dívida com o BNP Paribas, todos até o vencimento.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 ou receitas de serviços prestados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(v) Risco de Liquidez

- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.

- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

Notas Explicativas

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela diretoria de Finanças, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	198.027	208.787	340.660	36.166
Outros derivativos (i)	457.892	-	161.429	-
	655.919	208.787	502.089	36.166
Parcela circulante	(134.292)	(194.837)	(262.666)	(7.273)
Parcela não circulante	521.627	13.950	239.423	28.893

- (i) Os outros derivativos, são instrumentos de opções de subscrição de ações, representam a opção da Companhia de subscrever 4,08% das ações do capital do C6, onde o Grupo/Companhia pagou um prêmio de subscrição de ações no valor de R\$17,7 milhões. Conforme requerimentos do IFRS9, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, corresponde a R\$458 milhões e R\$ 161 milhões, respectivamente. O impacto da marcação a mercado da opção de conversão de ações calculado de R\$440,3 milhões representa a diferença do valor justo da opção menos o montante pago pelo prêmio de subscrição de ações. Esse instrumento financeiro foi mensurado ao valor justo e será verificado subsequentemente no resultado do exercício da companhia, tendo também em consideração os riscos relacionados com a arbitragem divulgados em nota 27.

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo
2023	39.335
2024	16.843
2025 em diante	465.449
	521.627

Notas Explicativas

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 20 e 16.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	2021		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	4.579.528	655.919	5.235.447
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.579.528	655.919	5.235.447
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027	198.027
Outros derivativos	-	457.892	457.892
Títulos e valores mobiliários	4.579.528	-	4.579.528
Total do passivo	-	208.787	208.787
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	208.787	208.787
Instrumentos financeiros derivativos	-	208.787	208.787

	2020		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.077.499	502.089	2.579.588
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.077.499	502.089	2.579.588
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos	-	161.429	161.429
Títulos e valores mobiliários	2.077.499	-	2.077.499
Total do passivo	-	36.166	36.166
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	36.166	36.166
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166	36.166

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de c/ias similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

31 de dezembro de 2021

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	9.472.377	5.235.447	14.707.824
Instrumentos financeiros derivativos	-	198.027	198.027
Outros derivativos	-	457.892	457.892
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.253.207	-	3.253.207
Títulos e valores mobiliários	-	4.579.528	4.579.528
Caixa e equivalentes de caixa	5.228.615	-	5.228.615
Arrendamentos	243.121	-	243.121
Depósitos judiciais	718.773	-	718.773
Outros valores a compensar	28.661	-	28.661

Notas Explicativas

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	16.095.801	208.787	16.304.588
Empréstimos e Financiamentos	3.845.465	-	3.845.465
Instrumentos financeiros derivativos	-	208.787	208.787
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.653.218	-	2.653.218
Passivo de arrendamento	9.063.539	-	9.063.539
Dividendos e JSCP a pagar	533.580	-	533.580

31 de dezembro de 2020

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	6.756.810	2.579.588	9.336.398
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos		161.429	161.429
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.180.661	-	3.180.661
Títulos e valores mobiliários	-	2.077.499	2.077.499
Caixa e equivalentes de caixa	2.575.290	-	2.575.290
Arrendamentos	162.198	-	162.198
Depósitos judiciais	794.755	-	794.755
Outros valores a compensar	43.906	-	43.906
	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	14.391.175	36.166	14.427.341
Empréstimos e Financiamentos	2.345.032	-	2.345.032
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166	36.166
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	3.128.732	-	3.128.732
Arrendamentos	8.378.835	-	8.378.835
Dividendos e JSCP a pagar	538.576	-	538.576

Notas Explicativas

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira ou indexados à taxas de juros, com o objetivo de administrar tal exposição.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor. Para a cobertura de taxas de juros, cabe à Companhia optar ou não pela contratação de mecanismo de proteção, conforme igualmente previsto em políticas internas.

Em 31 de dezembro de 2021, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro a seguir:

31 de dezembro de 2021

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	282.474	282.474	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	79,00% a 92,59% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	428.793	429.247	100%	3,32% a.a.	155% do CDI
USD	PRE x DI	The Bank of Nova Scotia	Scotiabank	559.650	559.933	100%	1,73% a.a.	CDI + 1,05%
BRL	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	515.166	517.843	100%	8,34% a.a.	CDI + 1,07%
BRL	IPCA x DI	DEBENTURE	ITAU	1.696.999	1.696.999	100%	IPCA + 4,17% a.a.	CDI + 0,95%
BRL	IPCA x DI	BNDES	XP	396.281	396.281	100%	IPCA + 4,23% a.a.	96,95% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2020

Moeda	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa) ¹	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		Dívida	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	351.233	351.233	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,25% do CDI
EUR	PRE X DI	Bank of America	Bank of America	570.878	570.878	100%	0,33% a.a.	108,05% do CDI
USD	PRE X DI	The Bank of Nova Scotia.	Scotiabank	1.031.526	1.031.526	100%	1,72% a.a.	134,43% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	399.725	399.725	100%	3,32% a.a.	155% do CDI

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), Libor e IPCA, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, da Libor e do IPCA, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

Cenário sensibilidade	Valor justo em USD, EUR, BRL e IPCA (1)	A) Δ Variação Acumulada Dívida	Valor justo da ponta ativa do swap (+)	Valor justo da ponta passiva do swap (-)	Resultado swap	B) Δ Variação Acumulada Swap	C) Resultado final (B-A)
Dez./21	3.390.406	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
CDI	provável	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
	possível	(2.301)	3.388.105	(3.428.742)	(40.637)	(29.671)	(27.370)
	remoto	(4.451)	3.385.955	(3.455.013)	(69.058)	(58.093)	(53.641)
USD	provável	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
	possível	319.094	3.709.499	(3.401.372)	308.127	319.094	-
	remoto	638.187	4.028.593	(3.401.372)	627.221	638.187	-
Libor	provável	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
	possível	1.136	3.391.542	(3.401.372)	(9.830)	1.136	-
	remoto	2.271	3.392.677	(3.401.372)	(8.695)	2.271	-
IPCA	provável	-	3.390.406	(3.401.372)	(10.966)	-	-
	possível	(112.750)	3.277.656	(3.401.372)	(123.716)	(112.750)	-
	remoto	(217.402)	3.173.004	(3.401.372)	(228.368)	(217.402)	-

(1) (KFW Finnvera, Scotia, BofA, BNP, Debenture e BNDES)

Notas Explicativas

Variável de risco	Cenário sensibilidade	CDI	USD	Libor	IPCA
CDI	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
	possível	11,44%	5,5805	0,3433%	10,06%
	remoto	13,73%	5,5805	0,3433%	10,06%
USD	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
	possível	9,15%	6,3210	0,3433%	10,06%
	remoto	9,15%	8,3708	0,3433%	10,06%
Libor	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
	possível	9,15%	5,5805	0,4291%	10,06%
	remoto	9,15%	5,5805	0,5149%	10,06%
IPCA	provável	9,15%	5,5805	0,3433%	10,06%
	possível	9,15%	5,5805	0,3433%	12,58%
	remoto	9,15%	5,5805	0,3433%	15,09%

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de dezembro de 2021 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no exercício

	2021	2020
Resultado líquido em operações de Derivativos	(87.603)	290.856
Resultado de operações com outros derivativos	285.009	155.165

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumariados:

Notas Explicativas

	2021	2020
Total dos empréstimos e derivativos (Nota 20 e 37)	3.398.333	1.879.109
Arrendamentos - Passivo (Nota 16)	9.063.539	8.378.835
Arrendamentos - Ativo (Nota 16)	(243.121)	(162.198)
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(5.228.615)	(2.575.290)
FIC (Nota 5)	(4.568.020)	(2.070.438)
Dívida Líquida	2.422.116	5.450.018
Outros derivativos (nota 37)	457.892	161.429
Financiamento Licença 5G	843.020	-
Dívida Líquida - ajustada	3.723.028	5.611.447
LAJIDA (EBITDA) (i) (últimos 12 meses) - Ajustado	9.459.299	8.341.929
Índice de alavancagem financeira	0,39	0,67
Reconciliação ao Lucro Líquido do exercício:		
Lucro Líquido do exercício	2.957.174	1.843.690
Depreciações e amortizações	5.691.696	5.527.012
Resultado Financeiro Líquido	652.806	807.277
Imposto de renda e contribuição social	146.051	163.950
Equivalência patrimonial	11.572	-
LAJIDA (EBITDA) - Ajustado (i)	9.459.299	8.341.929

- (i) Lajida ajustado: lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização e equivalência patrimonial.
EBITDA: *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (não é uma métrica contábil)

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(465.922)
Ingressos	3.062.000	2.041.474	(296.464)
Cancelamentos	-	(202.379)	-
Encargos financeiros	167.857	858.260	148.177
Variações cambiais, líquidas	60.463	-	(60.574)
Pagamentos	(1.789.887)	(2.012.651)	227.651
	-	-	-
31 de dezembro de 2021	3.845.465	9.063.539	(447.132)

Notas Explicativas

	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2019	2.029.088	7.780.870	(42.106)
Ingressos	1.800.000	1.966.355	(161.429)
Remensuração	-	(443.666)	-
Encargos financeiros	90.500	797.569	13.016
Variações cambiais, líquidas	305.010	-	(305.012)
Pagamentos	(1.879.566)	(1.722.293)	29.610
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(465.922)

38. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

	2021	2020
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	6.492	7.346

ICATU, SISTEL e VIVEST

A Companhia vem patrocinando planos de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social e do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO VIVEST decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de pensão, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL com característica de benefício definido. Inclui os empregados aposentados que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de benefício definido. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Plano TIMPREV (SUL e Nordeste): plano de pensão para empregados ativos e assistidos com característica de contribuição definida. Referidos planos de benefícios estão sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas das predecessoras da Companhia. Referido plano está sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

Notas Explicativas

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica complementar para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Plano de previdência complementar administrado pela Vivest, que compete à TIM em razão da aquisição da AES Atimus, empresa que pertencia à antiga Eletropaulo.

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM.

Demonstramos a seguir a posição atuarial dos passivos e ativos relacionados aos planos de aposentadoria e assistência médica, em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33/IAS 19.

a) Efeitos na data base de 31 de dezembro:

	Planos						Totais	
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	2021	2020
Conciliação dos ativos e passivos em 31/12/21	(*)		(*)					
Valor presente das obrigações atuariais	38.869	9.176	119	672	14.100	3.231	66.167	69.362
Valor justo dos ativos do plano	(56.478)	(14.739)	(405)	-	(11.511)	-	(83.133)	(80.856)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(17.609)	(5.563)	(286)	672	2.589	3.231	(16.966)	(11.494)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	-	2.327	168	-	-	-	2.495	2.023
Passivo / (ativo) atuarial líquido	(17.609)	(3.236)	(118)	672	2.589	3.231	(14.471)	(9.471)

(*) Nenhum ativo foi reconhecido pelas patrocinadoras, em virtude da impossibilidade de reembolso desse superávit, além de que as contribuições do patrocinador não serão reduzidas no futuro.

b) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido

	Planos						
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico	
Passivo (ativo) atuarial em 31/12/20	(15.731)	(1.360)	(287)	858	2.145	4.343	
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(1.063)	(90)	(20)	57	160	535	
Contribuições da patrocinadora (Ganhos) ou perdas atuariais reconhecidas	-	-	-	(45)	-	(8)	
Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	(815)	(1.786)	189	(198)	284	(1.639)	
Passivo (ativo) atuarial líquido em 31/12/21	(17.609)	(3.236)	(118)	672	2.589	3.231	

Notas Explicativas

c) Reconciliação do valor presente das obrigações

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor das obrigações em 31/12/20	41.852	10.072	147	858	12.090	4.343
Custo do serviço corrente	17	-	-	-	-	213
Juros sobre obrigação atuarial	2.743	640	10	57	868	322
Benefícios pagos no ano	(2.898)	(768)	(9)	(45)	(605)	(8)
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	0	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações	(2.845)	(768)	(29)	(198)	1.747	(1.639)
Valor das obrigações em 31/12/21	38.869	9.176	119	672	14.100	3.231

d) Reconciliação do valor justo dos ativos

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Valor justo dos ativos em 31/12/20	57.479	12.998	434	-	9.945	-
Benefícios pagos no ano	(2.898)	(768)	(9)	-	(605)	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	3.799	834	29	-	708	-
Ganho (perda) atuariais com ativos do plano	(1.902)	1.675	(49)	-	1.463	-
Contribuições pagas pelos participantes	-	-	-	-	-	-
Contribuições da patrocinadora vertidas no plano	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos em 31/12/21	56.478	14.739	405	-	11.511	-

e) Despesas previstas para 2022

	Planos					
	PBS	PBS Assistidos	Convênio de Administração	PAMEC/ Apólice de Ativos	AES Telecom	Plano Médico
Custo do serviço corrente (com juros)	4	-	-	-	-	121
Juros sobre as obrigações atuariais	3.289	769	10	57	1.242	290
Rendimento esperado dos ativos	(4.841)	(1.257)	(35)	-	(1.008)	-
Juros sobre o efeito do limite do (ativo)/passivo	1.552	284	10	-	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	4	(204)	(15)	57	234	411

Notas Explicativas

Premissas atuariais adotadas nos cálculos

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos foram as seguintes:

Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial:	PBS Sul: 8,81% / 5,13%; PBS Nordeste: 8,84% / 5,16%; CA: 8,81% / 5,13%; PBS-A: 8,78% / 5,10%; AES: 9,02% / 5,33%; PAMEC: 8,81% / 5,13%; FIBER: 9,02% / 5,33%
Taxa de crescimento salarial nominal:	PBS: 3,50% / 0,00% CA, PBS-A, AES, PAMEC e FIBER: Não Aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral:	PBS, CA, PAMEC e FIBER: AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%;
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	PBS e Fiber: Álvaro Vindas; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa de rotatividade esperada:	PBS: Nula; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável; FIBER: 0,15/ (tempo de serviço + 1), sendo nula a partir dos 50 anos
Probabilidade de ingresso em aposentadoria:	PBS e FIBER: 100% na 1ª elegibilidade; CA, PBS-A, AES e PAMEC: Não Aplicável
Taxa estimada de inflação no longo prazo	PAMEC e FIBER: 6,60% / 3,00%
Método de apuração	Método do Crédito Unitário Projetado

39. Seguros

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados. Para 31 de dezembro de 2021 não há empresas controladas, portanto os saldos apresentados são individuais.

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos limites máximos de indenização são demonstrados a seguir:

Modalidades	Limites máximos de indenização
Riscos Operacionais	R\$550.000
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R\$ 30.001
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

Notas Explicativas

40. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
<u>Transações que não envolvem caixa</u>			
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	1.929.392	1.315.151	1.315.151
Adições ao intangível - aquisição de licenças	2.682.469	-	-

A TIM participou do Leilão 5G das faixas de radiofrequência 2,3GHz, 3,5Ghz e 26Ghz para implantação da telefonia móvel de 5ª Geração, sagrando-se vencedora de diversos lotes nestas radiofrequências. Em dezembro de 2021, o Capex registrado referente às licenças e as obrigações relacionadas é de R\$ 3.584 milhões. Sendo o valor de R\$ 2.682 milhões em contra partida de autorizações a pagar e o R\$ 902 milhões com impacto no caixa.

41. Eventos subsequentes

Sr. Alberto Mario Griselli nomeado como CEO da TIM S.A.

A TIM S.A, em continuidade com o Fato Relevante publicado em 21 de janeiro de 2022, comunicou que em 31 de janeiro de 2022, seu Conselho de Administração aceitou a renúncia do Sr. Pietro Labriola aos cargos de Diretor Presidente (“CEO”) e Conselheiro de Administração da Companhia.

O Conselho da Companhia posteriormente nomeou o Sr. Alberto Mario Griselli para substituir o Sr. Labriola nos cargos de CEO e membro do Conselho de forma efetiva e imediata. A eleição do Sr. Griselli para o Conselho da Companhia precisa ser confirmada pela próxima Assembleia Geral Ordinária da TIM.

O cargo de *Chief Revenue Officer* (“CRO”) anteriormente ocupado pelo Sr. Griselli ficará temporariamente vago, e o CEO acumulará suas responsabilidades.

O Sr. Griselli é formado em Engenharia Eletrônica pela *La Sapienza University* em Roma e FMBA pela Columbia University. Com mais de 20 anos de experiência no setor de telecomunicações, ocupou cargos relevantes como vice-presidente para América Latina da TIMwe, fornecedora global de soluções de engajamento móvel para operadoras de telecomunicações, e *Managing Director* para América Latina da *Value Partners*, empresa de consultoria de gestão. O Sr. Griselli ocupava o cargo de CRO na TIM desde 30 de julho de 2019.

Notas Explicativas

Anatel concede anuência prévia para transferência de controle das atividades de telefonia móvel da Oi

A TIM S.A. tomou conhecimento que em sessão pública extraordinária de seu Conselho Diretor ocorrida em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, por unanimidade, concedeu anuência prévia à implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico (“SPE Ativos Móveis” ou “SPE”)(1), que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A. (“Transação”).

A anuência prévia prevê determinados condicionantes em linha com uma transação dessa natureza, os quais visam principalmente garantir o acesso de prestadoras de pequeno porte às redes de abrangência nacional, manter compromissos vinculados às radiofrequências transferidas, estabelecer os parâmetros mínimos do plano de comunicação ligado à Transação e assegurar aos usuários certos direitos nas etapas de migração.

A conclusão da Transação ainda depende do cumprimento de outras condições precedentes, incluindo a aprovação do Ato de Concentração nº 08700.000726/2021-08 pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados do andamento das aprovações, nos termos da Resolução CVM nº 44/21 e da legislação aplicável.

(1) Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).

Notas Explicativas

CADE aprova a aquisição pela TIM da maior parte dos ativos da operação de telefonia móvel da Oi

Em 9 de fevereiro de 2022, o Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, aprovou a implementação da operação societária referente à transferência integral do controle das três sociedades de propósito específico (“SPE Ativos Móveis” ou “SPE”) 1, que correspondem às atividades de telefonia móvel da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”, “Vendedora”), para as empresas TIM, Telefônica Brasil S.A. e Claro S.A.

A aprovação prevê um conjunto de condicionantes, em sua maioria comportamentais, e que compunham uma proposta de Acordo em Controle de Concentração (“ACC”) feita pelas Compradoras ao CADE. Esses condicionantes tem um caráter modular e podem ser utilizados por novos entrantes e operadoras de menor porte para reduzir barreiras de entrada e alavancar a exploração de diferentes modelos de negócios, sem afetar o objetivo primário da TIM de fortalecer sua infraestrutura, fechando a disparidade de capacidade espectral em relação a seus principais concorrentes. Desta maneira, a Companhia entende que foi atingido um equilíbrio entre criação de valor e mitigação das preocupações concorrenciais para o setor que o ACC endereça.

A efetiva conclusão da transação, que definirá um equilíbrio de infraestrutura entre os três principais concorrentes do setor, ainda depende do cumprimento de determinadas etapas previstas no Contrato de Compra e Venda². Entretanto, uma vez ocorrida trará benefícios amplos, mantendo alto grau de rivalidade setorial e garantindo os investimentos necessários para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras e o avanço digital do país.

Para TIM e seus acionistas, os benefícios se materializarão por meio de geração de receitas incrementais e eficiências em virtude de sinergias operacionais. Para nossos clientes atuais e aqueles da Oi Móvel que passaremos a servir, haverá uma significativa melhoria na experiência de uso e qualidade do serviço prestado a partir de uma infraestrutura mais robusta. Este será um marco na trajetória da TIM na transformação da empresa na operadora preferida dos consumidores no Brasil.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados sobre fatos relevantes relacionados a esta Transação, nos termos da Resolução CVM nº 44 e da legislação aplicável.

¹ Cozani RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE TIM), Garliava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Telefônica) e Jonava RJ Infraestrutura e Rede de Telecomunicações S.A. (SPE Claro).

² Contrato de Compra e Venda de ações e outras avenças para UPI Ativos Móveis assinado em 28 de janeiro de 2021.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT ON FINANCIAL STATEMENTS To the shareholders, board members and directors of TIM S/A Rio de Janeiro – RJ Opinion We have audited the financial statements of TIM S/A (the "Company"), which comprise the statement of financial position as at December 31, 2021, and the statements of profit or loss, of comprehensive income, of changes in equity and cash flows for the year then ended, and notes to the financial statements, including a summary of significant accounting policies. In our opinion, the accompanying financial statements present fairly, in all material respects of TIM S/A as at December 31, 2021, and its financial performance and cash flows for the year then ended in accordance with the accounting practices adopted in Brazil and with the International Financial Reporting Standards (IFRS) issued by the International Accounting Standards Board (IASB). Basis for opinion We conducted our audit in accordance with Brazilian and International Standards on Auditing. Our responsibilities under those standards are further described in the Auditor's responsibilities for the audit of the financial statements section of our report. We are independent of the Company in accordance with the relevant ethical principles set forth in the Code of Professional Ethics for Accountants, the professional standards issued by the Brazil's National Association of State Boards of Accountancy (CFC) and we have fulfilled our other ethical responsibilities in accordance with these requirements. We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion. Key audit matters Key audit matters are those matters that, in our professional judgment, were of most significance in our audit of the financial statements of the current period. These matters were addressed in the context of our audit of the financial statements as a whole, and in forming our opinion thereon, and we do not provide a separate opinion on these matters. For each matter below, our description of how our audit addressed the matter, including any commentary on the findings or outcome of our procedures, is provided in that context. We have fulfilled the responsibilities described in the Auditor's responsibilities for the audit of the financial statements section of our report, including in relation to these matters. Accordingly, our audit included the performance of procedures designed to respond to our assessment of the risks of material misstatement of the financial statements. The results of our audit procedures, including the procedures performed to address the matters below, provide the basis for our audit opinion on the accompanying financial statements. Provision for tax related contingencies As disclosed in note 24 to the financial statements, the Company is a party to numerous tax claims and proceedings at different jurisdictional levels, which amounted to R\$16,739 million, as of December 31, 2021, for which a provision amounting to R\$430 million was recorded in the financial statements, while the remaining R\$16,309 million was disclosed as losses possible to occur, in accordance with IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets. The determination of the provision and disclosures related to the tax contingencies involve significant judgment from management, including their analysis of the matters in dispute, the opinion of internal and external legal counsel and the estimation surrounding their ultimate resolution. The determination of the amount of the provision and the amounts disclosed depends on critical judgments made by management, based on the analysis of the proceedings and the corresponding prognosis for their final resolution by its legal advisors. The audit of management's assessment of the likelihood of loss in tax proceedings is complex, highly subjective and based on interpretations of tax legislation and court decisions, since there is significant uncertainty in the estimates as to the outcome of court decisions, how formerly adjudged cases have evolved and the position of the tax authorities. In addition, in view of the magnitude of the amounts involved, any changes in estimates or assumptions that impact the determination of the loss prognosis may have significant impacts on the Company's financial statements. Accordingly, this was considered a key audit matter. How our audit conducted this matter Our audit procedures included, among others: (a) obtained an understanding, evaluated the design and tested the operating effectiveness of controls over the identification and evaluation of tax claims, including management's process to determine whether the technical merits are more-likely-than-not to be sustained in court and over the generation of the report produced by the information technology system that support this process; (b) to test the Company's assessment of the probability of losses over tax claims, our audit procedures included, among others, involving our tax professionals to assess the Company's technical merits regarding certain matters in dispute, obtaining and analyzing external legal opinions, obtaining internal and external legal counsel confirmation letters, meeting with internal legal counsel to discuss certain tax disputes, and obtaining a representation letter from the Company's internal legal counsel; and (c) assessed the adequacy of the disclosures made by the Company in note nº 24 in respect of provision for tax related contingencies. Based on the result of audit procedures performed in the provision for tax contingencies and related disclosures, which is consistent with management's assessment, we understand that the measurement of tax claims assessed as probable and possible loss, as well as the respective disclosures in note nº 24 are acceptable in the context of the financial statements taken as a whole. Sale of 51% equity interest in I-System (formerly FiberCo Soluções Infraestrutura S/A) As described in Note 1 to the financial statement, on November 16, 2021, the Company sold the 51% of its equity interest held in I-System, generating a gain of R\$782 million, which was measured as the difference between the fair value of consideration received and the adjusted carrying value of the net assets of I-System. The determination of the adjusted carrying value of the net assets of I-System involved identifying and measuring the assets, the liabilities and the goodwill allocated to I-System as of the closing date of the transaction. Auditing the Company's accounting for the sale of its 51% equity interest in I-System was complex and judgmental due to the nature of the significant judgment exercised by management in determining the amount of goodwill to allocate to I-System, the transaction and significant judgment exercised by management in determining the accounting analysis and implications for the loss of control determination and assessment of the master service agreement. How our audit conducted this matter We obtained an understanding, evaluated the design and tested the operating effectiveness of controls over the Company's process for I-System sale. For example, we tested controls over management's review of the accounting treatment for the sale and for calculating the gain after tax effect, and controls over the preparation and review of key inputs, data and assumptions used by management to determine the allocation of goodwill to I-System. To test management's assessment of the sale, our procedures included, among others: inspecting the transaction agreements, assessing the reasonableness of judgments and testing the accuracy of the gain on the sale after tax effect's calculation, assessing key inputs, data and assumptions used by management to determine the allocation of goodwill to I-System by examining audit evidence for key inputs, data and assumptions; evaluating management's application of the criteria for the loss of control by evaluating for contrary evidence on related documents for the transaction and management's assessment of the master service agreement under IFRS 16; we also involved tax professionals to assess the Company's sale tax implications. We also assessed the adequacy of the disclosures made by the Company with respect to the sale transaction. Based on the result of the audit procedures performed in the Sale of 51% equity interest in I-System and related disclosures, which is consistent with management's assessment, we understand that the measurement of sale as well as the respective disclosures in note nº 1 are acceptable in the context of the financial statements taken as a whole. Other matters Statements of value added The statements of value added (SVA) for year ended December 31, 2021, prepared under the responsibility of Company management, and presented as supplementary information for purposes of IFRS, were submitted to audit procedures conducted together with the audit of the Company's financial statements. To form our opinion, we evaluated if these

statements are reconciled to the financial statements and accounting records, as applicable, and if their form and content comply with the criteria defined by NBC TG 09 – Statement of Value Added. In our opinion, these statements of value added were prepared fairly, in all material respects, in accordance with the criteria defined in abovementioned accounting pronouncement, and are consistent in relation to the overall financial statements. Other information accompanying the financial statements and the auditor's report Management is responsible for such other information, which comprise the Management Report. Our opinion on financial statements does not cover the Management Report and we do not express any form of assurance conclusion thereon. In connection with our audit of the financial statements, our responsibility is to read the Management Report and, in doing so, consider whether this report is materially inconsistent with the financial statements or our knowledge obtained in the audit or otherwise appears to be materially misstated. If, based on the work we have performed, we conclude that there is a material misstatement of the Management Report, we are required to report that fact. We have nothing to report in this regard. Responsibilities of management and those charged with governance for the financial statements Management is responsible for the preparation and fair presentation of the financial statements in accordance with the accounting practices adopted in Brazil and with the International Financial Reporting Standards (IFRS) issued by the International Accounting Standards Board (IASB), and for such internal control as management determines is necessary to enable the preparation of financial statements that are free of material misstatement, whether due to fraud or error. In preparing the financial statements, management is responsible for assessing the Company's ability to continue as a going concern, disclosing, as applicable, matters related to going concern and using the going concern basis of accounting unless management either intends to liquidate the Company or to cease operations, or has no realistic alternative but to do so. Those charged with governance are responsible for overseeing the Company's and its subsidiaries' financial reporting process. Auditor's responsibilities for the audit of the financial statements Our objectives are to obtain reasonable assurance about whether the financial statements as a whole are free of material misstatement, whether due to fraud or error, and to issue an auditor's report that includes our opinion. Reasonable assurance is a high level of assurance, but is not a guarantee that an audit conducted in accordance with Brazilian and International standards on Auditing will always detect a material misstatement when it exists. Misstatements can arise from fraud or error and are considered material if, individually or in the aggregate, they could reasonably be expected to influence the economic decisions of users taken on the basis of these financial statements. As part of an audit in accordance with Brazilian and International Standards on Auditing, we exercise professional judgment and maintain professional skepticism throughout the audit. We also:

- Identified and assessed the risks of material misstatement of the financial statements, whether due to fraud or error, designed and performed audit procedures responsive to those risks, and obtained audit evidence that is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion. The risk of not detecting a material misstatement resulting from fraud is higher than for one resulting from error, as fraud may involve collusion, forgery, intentional omissions, misrepresentations, or the override of internal control.
- Obtained an understanding of internal control relevant to the audit in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the Company's and its subsidiaries' internal control.
- Evaluated the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates and related disclosures made by management.
- Concluded on the appropriateness of management's use of the going concern basis of accounting and, based on the audit evidence obtained, whether a material uncertainty exists related to events or conditions that may cast significant doubt on the Company's ability to continue as a going concern. If we conclude that a material uncertainty exists, we are required to draw attention in our auditor's report to the related disclosures in the financial statements or, if such disclosures are inadequate, to modify our opinion. Our conclusions are based on the audit evidence obtained up to the date of our auditor's report. However, future events or conditions may cause the Company to cease to continue as a going concern.
- Evaluated the overall presentation, structure and content of the financial statements, including the disclosures, and whether the financial statements represent the underlying transactions and events in a manner that achieves fair presentation. We communicate with those charged with governance regarding, among other matters, the scope and timing of the planned audit procedures and significant audit findings, including deficiencies in internal control that we may have identified during our audit. We also provided those charged with governance with a statement that we have complied with relevant ethical requirements, including applicable independence requirements, and to communicate with them all relationships and other matters that may reasonably be thought to bear on our independence, and where applicable, related safeguards. From the matters communicated with those charged with governance, we determined those matters that were of most significance in the audit of the financial statements of the current period and are therefore the key audit matters. We describe these matters in our auditor's report unless law or regulation precludes public disclosure about the matter or when, in extremely rare circumstances, we determine that a matter should not be communicated in our report because the adverse consequences of doing so would reasonably be expected to outweigh the public interest benefits of such communication.

Rio de Janeiro, February 23, 2022. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6 Fernando Alberto S. Magalhães Contador CRC-1SP133169/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores independentes e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores. Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), sem ressalvas, emitido no dia 23 de fevereiro de 2022, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2021 e de distribuição de dividendos da Companhia estão todas em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Rio de Janeiro (RJ), 23 de fevereiro de 2022. WALMIR KESSEL Presidente do Conselho Fiscal JARBAS T. BARSANTI RIBEIRO Membro do Conselho Fiscal JOSINO DE ALMEIDA FONSECA Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO¹. Sobre o Comitê O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”) foi criado pela Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações S.A. (“TPART”), em 12 dezembro de 2013. Em 31 de agosto de 2020, com o objetivo de simplificar a estrutura societária do grupo no País, a TPART foi incorporada por sua subsidiária integral, TIM S.A. (“Companhia” ou “TIM”), que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações, mantendo a mesma estrutura de governança corporativa, de controles internos, de sistemas, e o mesmo arcabouço jurídico. Como consequência deste movimento de reorganização societária, o CAE da TIM manteve a mesma estrutura do CAE da TPART, e deu continuidade às atividades, aos planos de trabalho e às análises que vinham sendo conduzidas por este último. O CAE da TIM é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, que busca as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado, e regido pela Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução Normativa CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, e demais regulações aplicáveis. O CAE é formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, para o mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos. Cumpre esclarecer que a função de membro do CAE é indelegável, devendo ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos. A eleição dos novos conselheiros de administração ocorreu na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de março de 2021. Para o mandato 2021/2023, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE: Srs. Gesner José de Oliveira Filho (Coordenador), Flavia Maria Bittencourt e Herculano Aníbal Alves (especialista em contabilidade societária), todos caracterizados como independentes segundo o critério definido pelo regulamento do Novo Mercado da B3. O CAE tem como atribuições ordinárias supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou sua controlada, de um lado, e, de outro lado, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de Audit Committee da Companhia, em conformidade com o disposto na Sarbanes-Oxley Act (“SOx”), ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na US Securities and Exchange Commission (“SEC”), por possuir American Depositary Receipts (ADRs) na The New York Stock Exchange (“NYSE”) desde 16 de novembro de 1998. O CAE possui dotação orçamentária anual, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes. O presente Relatório é emitido em observância ao previsto pelo inciso IX, do Artigo 14, do Regimento Interno do CAE, e conforme regra estabelecida pela CVM.

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM em 2021 O CAE reunir-se-á sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação. Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, 20 (vinte) reuniões do CAE que contemplaram 107 (cento e sete) itens de Ordem do Dia (sessões). As reuniões tiveram duração média de 1 (uma) hora e 52 (cinquenta e dois) minutos cada e, durante as discussões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e Diretor de Relação com Investidores, além dos demais membros da Diretoria Executiva, os Diretores das áreas de Auditoria Interna e de Compliance, e os Auditores Independentes. A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes: I. Análise o plano anual de trabalho dos auditores independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas por estes em 12 (doze) sessões durante o ano de 2021. A Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”) foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2021, e pelo planejamento e execução das auditorias referentes às informações trimestrais (“ITRs”), conforme as normas reconhecidas, bem como pela revisão especial das ITRs, enviadas à CVM. Seu parecer assegura que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). A EY foi, ainda, responsável pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia. II. Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 10 (dez) sessões durante o ano de 2021, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas, e avaliou, mediante a aplicação de questionário de avaliação previamente aprovado pelo CAE, o desempenho da Auditoria Interna da Companhia. III. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, em 8 (oito) sessões durante o ano de 2021, a fim de, entre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, sobretudo em relação aos controles internos que sustentam a certificação Sarbanes-Oxley (“SOx”). Em relação aos controles internos, foram objeto de acompanhamento e recomendações pelo CAE os seguintes principais temas: (i) monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhorias; (ii) análise do processo de certificação dos controles internos – SOx junto aos administradores e aos Auditores Independentes; (iii) procedimentos da Companhia para cumprimento integral dos requisitos da SOx e monitoramento intensivo dos planos de remediação relativos às deficiências apontadas pela auditoria independente em relação ao processo de Certificação SOx na Companhia. O CAE constatou que os controles internos são implementados em consonância com a natureza, complexidade e necessidade das operações e, diante das informações prestadas pela Diretoria Executiva, pela Auditoria Interna e pelos auditores independentes, verificou não existir qualquer fato relevante ou de natureza grave que possa colocar em risco o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis. IV. O CAE informou-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o CAE teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar suas implementações, e a execução das recomendações de melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles. Com base nas informações às quais teve acesso, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estruturado de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos

sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se sujeitam as transações. O CAE tem assinalado a importância de melhoria contínua no sistema de controles internos. V. Acompanhou e supervisionou os trabalhos desenvolvidos pela área de Compliance da Companhia, em 9 (nove) sessões, com destaque aos assuntos relacionados à: (i) SOx Compliance, por meio de monitoramento de deficiências apontadas pelo Auditor Independente e pela administração da Companhia; (ii) Compliance de Tecnologia da Informação e Segurança Corporativa, ressaltando os riscos de Cyber Security e debatendo sobre a implementação na Companhia das adaptações requeridas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”); (iii) Compliance de Processos Comerciais e gerais da Companhia; fraude e corrupção, garantindo a aderência às leis, normas, padrões e regulamentos internos e externos. No âmbito do Programa de Integridade e Anticorrupção da Companhia, o CAE também acompanhou o processo visando a manutenção da Certificação ISO 37001 concedida em 2020. VI. Tomou conhecimento das principais alterações propostas no âmbito regulatório e as mudanças institucionais previstas, bem como os principais aspectos dos cenários político e econômico, com destaque para os riscos e desafios da conjuntura atual que possam impactar a Companhia. Para tanto, tem acompanhado os principais macroindicadores que auxiliam uma avaliação de riscos do ambiente externo para a Companhia no limite daquilo que é previsível pelas melhores técnicas quantitativas e qualitativas. VII. No desempenho de suas atividades, o CAE acompanhou regularmente questões relacionadas à: (i) Satisfação do consumidor e qualidade dos serviços e do atendimento; (ii) Estímulo à inovação aplicada a produtos e serviços; (iii) Transparência e prestação de contas aos stakeholders; (iv) Ética nos negócios; (v) Inclusão digital; (vi) Diálogos e comunicação com públicos de relacionamento; (vii) Gestão de produtos eletrônicos; (viii) Investimento em infraestrutura; e (ix) Desenvolvimento de novas tecnologias. VIII. No decorrer de 2021, o CAE analisou relatórios de Enterprise Risk Management (“ERM”) da Companhia com foco no monitoramento do plano de trabalho para revisão e atualização dos fatores de risco publicados pela Companhia, gestão dos riscos financeiros, apetite de risco da Companhia e adequação dos fatores de riscos constantes no Formulário de Referência da Companhia, no inventário dos riscos SOx/CVM. Este tema foi trazido em 6 (seis) sessões durante o ano de 2021. A estrutura de gestão de riscos da Companhia prevê a análise pelo CAE com base no exame realizado pelo Comitê de Controle e Riscos (“CCR”). Ambos são órgãos de governança vinculados ao Conselho de Administração conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia. IX. Dentre as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, o Comitê examinou, avaliou e opinou, previamente, sobre 11 (onze) contratos de naturezas diversas entre a Companhia, de um lado, e partes relacionadas, de outro lado. Todas as contratações seguiram estritamente o processo de governança necessário para atender tanto às normas de Compliance internas da Companhia, quanto à regulamentação da CVM e da SEC. As informações relevantes sobre as contratações estão devidamente divulgadas no Formulário de Referência da Companhia. X. No âmbito de suas atribuições, o CAE analisou, em 9 (nove) sessões durante o ano de 2021, os relatórios referentes às denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias da Companhia e as respectivas ações de melhoria previstas. Os relatórios, que são divididos por tipologia, ficam arquivados na sede da Companhia. XI. Além das 20 (vinte) reuniões informadas, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE participaram de 2 (duas) reuniões privadas, de 1 (uma) hora cada, com a área de Auditoria Interna da Companhia, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para avaliação de possíveis cerceamentos ou risco de quebra de independência, de qualquer tipo de ingerência da administração, dando abertura ao Comitê para externar eventuais preocupações que precisem ser avaliadas no desenvolvimento dos trabalhos da auditoria. 3. Assuntos Discutidos com os Auditores Independentes considerando a forma de apresentação do Relatório de Auditoria (NBC TA 701) Conforme determinado pelas normas de auditoria (NBC TA 260), que dispõem sobre a comunicação com os responsáveis pela governança da Companhia, o auditor deve comunicar, dentre outros, o quanto segue: (i) suas responsabilidades em relação à auditoria das demonstrações contábeis; (ii) visão geral do seu Plano de Auditoria para o exercício; (iii) sua visão sobre os aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da Companhia, incluindo políticas e estimativas contábeis, e divulgações nas demonstrações contábeis; (iv) dificuldades significativas encontradas durante a auditoria, se houver; (v) aspectos de independência, incluindo confirmação formal sobre sua independência em relação à Companhia; (vi) comunicação, por escrito, aos responsáveis pela governança, das constatações significativas decorrentes da auditoria; e (vii) conforme determinado pela NBC TA 701, comunicar quais os Principais Assuntos de Auditoria (“PAAs”) a serem considerados no Relatório do Auditor Independente. Diante do exposto acima, visando cumprir com o protocolo e/ou requerimento de comunicação entre os auditores e os responsáveis pela governança da Companhia, o CAE manteve reuniões periódicas com os Auditores Independentes da Companhia, com objetivo de acompanhar o andamento dos trabalhos dos auditores em relação às demonstrações financeiras da Companhia e sobre os controles internos de relatórios financeiros (SOx), de forma que todos os assuntos acima, entre outros, foram formalmente avaliados pelo CAE junto aos Auditores Independentes. Especificamente em relação aos PAAs, o CAE interagiu com os Auditores Independentes com o objetivo de entender o julgamento dos Auditores para determinação desses assuntos como PAAs, bem como o entendimento da abordagem de auditoria definida pelos Auditores Independentes como resposta de auditoria a esses PAAs. Por fim, além de toda a interação com os Auditores Independentes, o CAE realizou as seguintes atividades ao longo do ano para avaliação das áreas consideradas como PAAs pelos Auditores Independentes: 3.1. Provisão para contingências tributárias (nota explicativa 24 - “Provisão para processos judiciais e administrativos”) O CAE revisou trimestralmente a evolução das contingências tributárias e acompanhou os prognósticos fornecidos pelos responsáveis pelas áreas Tributária, Cível, Trabalhista e Regulatória da Companhia. 3.2. Impacto na venda de participação da Companhia na I-System (anteriormente denominada FiberCo) O CAE manteve diversas interações com a administração da Companhia para avaliação e acompanhamento dos impactos contábeis ocasionados pelo fechamento da transação. 4. Outras Atividades 4.1. Revisão do Formulário 20-F e do Formulário de Referência Com relação aos trabalhos de revisão do Formulário 20-F (SEC) e do Formulário de Referência (CVM), os membros do CAE se reuniram formalmente, no total, 2 (duas) vezes entre os meses de março e junho de 2021, com executivos da Companhia. 4.2. Avaliação do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas Os membros do CAE se reuniram com executivos da Companhia para avaliar a adesão da Companhia a determinadas práticas de governança previstas no Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas, em atendimento à Instrução Normativa CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que alterou e acrescentou dispositivos à Instrução Normativa CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009. 4.3. Autoavaliação do CAE Os membros do CAE submeteram-se a questionário de autoavaliação de desempenho de suas atividades, conforme as melhores práticas de governança existentes no mercado nacional e estrangeiro. Com base nas respostas apresentadas, os membros do CAE procuraram aprimorar e tornar mais eficientes as atividades desenvolvidas durante o ano de 2021, objetivando um processo de evolução constante e permanente. 4.4. Avaliação dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna Os membros do CAE procederam à avaliação da qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna da Companhia, por meio de questionários de avaliação previamente aprovados pelo CAE. 5. Conclusões e recomendações Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisaram as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2021”). Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela EY, e a proposta de destinação do resultado

do exercício de 2021, o CAE concluiu que essas informações e documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia. Por essa razão, recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Rio de Janeiro (RJ), de 23 de fevereiro de 2022.

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário
HERCULANO ANÍBAL ALVES Membro do Comitê de Auditoria Estatutário
FLAVIA MARIA BITENCOURT Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e Chief Revenue Officer), Camille Loyo Faria (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Maria Antonietta Russo (Human Resources & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Leonardo de Carvalho Capdeville (Chief Technology Information Officer) e Jaques Horn (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022. ALBERTO MARIO GRISELLI Diretor Presidente e Chief Revenue Officer CAMILLE LOYO FARIADiretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores MARIO GIRASOLE Regulatory and Institutional Affairs Officer LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE Chief Technology Information Officer BRUNO MUTZENBECHER GENTIL Business Support Officer MARIA ANTONIETTA RUSSO Human Resources & Organization Officer JAQUES HORN Diretor Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES Alberto Mario Griselli (Diretor Presidente e Chief Revenue Officer), Camille Loyo Faria (Diretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Maria Antonietta Russo (Human Resources & Organization Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Leonardo de Carvalho Capdeville (Chief Technology Information Officer) e Jaques Horn (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2022.

ALBERTO MARIO GRISELLI Diretor Presidente e Chief Revenue Officer
CAMILLE LOYO FARIADiretora Financeira e Diretora de Relações com Investidores
MARIO GIRASOLE Regulatory and Institutional Affairs Officer
LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE Chief Technology Information Officer
BRUNO MUTZENBECHER GENTIL Business Support Officer
MARIA ANTONIETTA RUSSO Human Resources & Organization Officer
JAQUES HORNDiretor Jurídico